Jornal O DIA SP

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

CNPJ 07.658.098/0001-18 - NIRE 35.300.382.846

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024

1 Data, Hora e Local: Aos 14.03.2024, às 10h30, em reunião realizada exclusivamente por meio de videoconferência, nos termos do Art. 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404/1976 (“**Lei das S.A.**”), sendo tida como realizada na sede social da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 475, 3º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-000 (“**Companhia**”). **2 Convocação e Presença:** dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei das S.A., tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, conforme registro e assinatura constantes no Livro de Presença de Acionistas respectivo, a QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Paulista, 475, 3º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus **Diretores**, Sr. **Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 0780413091 (SSP/BA), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“**CPF**”) sob o nº 955.799.825-34 e Sr. **Eduardo Ribeiro Faria de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nª. 12367780-9 (DIC-RJ), inscrito no CPF sob o nº. 116.872.757-00, ambos domiciliados no município de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 475, 3º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-0000 (“**Qualicorp Consultoria**”). **3 Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto**; Secretária: Sra. **Aline Vieira Ferraz**. **4 Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a prestação de fiança (“**Fiança**”) em garantia das obrigações assumidas pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“**Emissora**”), perante os titulares de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da 7ª (sétima) emissão da Emissora, no valor total de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (“**Debenturistas**”, “**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13.07.2022, conforme em vigor (“**Resolução CVM 160**”), e do “*Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão, em Série Única, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.*” (“**Escritura de Emissão**”), a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de emissora das Debêntures, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Salas 302 a 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 (“**Agente Fiduciário**”), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas, e a Companhia, na qualidade de fiadora; **(ii)** a autorização da prática, pelos diretores da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Fiança, observado o disposto no item “5.1” das Deliberações abaixo, inclusive, mas não se limitando à celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Fiança; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus representantes legais no âmbito da Emissão, da Oferta e da Fiança, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens “(i)” e “(ii)” acima mencionados. **5 Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros presentes resolveram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **5.1.** Aprovar, nos termos do art. 7º, item “(viii)”, do estatuto social da Companhia e do art. 822 do Código Civil, a prestação da Fiança pela Companhia em favor dos Debenturistas, obrigando-se como fiadora e devedora solidária e principal responsável pelos pagamentos no âmbito da Emissão, a fim de garantir o pontual e integral adimplemento de todas e quaisquer obrigações e valores, principais e acessórios, assumidos pela Emissora na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, conforme os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794, respectivamente, da Lei nº 13.105, de 16.03.2015, conforme alterada. Os principais termos e condições das Debêntures a serem garantidas pela Fiança seguem abaixo: **(i) Número de Séries:** a Emissão será realizada em uma única série; **(ii) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão; **(iii) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados pela Emissora para refinanciamento da Emissora; **(iv) Número da Emissão:** a Emissão representará a 7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora; **(v) Banco Liquidante e Escriturador:** a instituição prestadora dos serviços de banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, CEP 04.344-902, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 (“**Banco Liquidante**”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante da Emissão). A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures será a Itaú Corretora De Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º Andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 (“**Escriturador**”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços de escriturador das Debêntures); **(vi) Fundo de Liquidez e Estabilização:** não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário. **(vii) Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito de registro automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos do disposto na Resolução CVM 160, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação do Coordenador Líder responsável pela distribuição das Debêntures, nos termos do contrato de distribuição das Debêntures a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia e o Coordenador Líder (“**Contrato de Distribuição**”); **(viii) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão (“**Data de Emissão**”); **(ix) Data de Início de Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data de primeira integralização das Debêntures (“**Data de Início da Rentabilidade**”); **(x) Forma e Comprovação da Titularidade das Debêntures:** as Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; **(xi) Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora; **(xii) Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia adicional fidejussória; **(xiii) Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures ou resgate antecipado, em caso de (i) Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida no item (xxxii) abaixo) ou (ii) Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido no item (xxx) abaixo) (“**Data de Vencimento**”); **(xiv) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures; **(xv) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do art. 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no art. 48 da Resolução CVM 160, de acordo com os procedimentos da B3, observado o Plano de Distribuição. O preço de integralização das Debêntures (i) na primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo), será o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) das Debêntures (conforme abaixo definido); e (ii) nas Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização, será o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização (“**Preço de Integralização**”), podendo, ainda, em qualquer Data de Integralização, serem subscritas com ágio ou deságio, conforme poderá vir a ser definido, a exclusivo critério do Coordenador Líder, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, deverá ser aplicado em igualdade de condições a todas as Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, na Data de Integralização.; **(xvi) Atualização Monetária das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(xvii) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais) (“**Valor Nominal Unitário**”); **(xviii) Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3 (“**Taxa DI**”), acrescida de spread (sobretaxa) de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Remuneração**”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), até a data de pagamento da Remuneração em questão, data de pagamento decorrente de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(xix) Pagamento da Remuneração**: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Facultativa ou Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, até a Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma “**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures**”). Farão jus aos pagamentos de Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração a ser prevista na Escritura de Emissão; **(xx) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário**: ressalvada a hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida abaixo) e liquidação antecipada das Debêntures em razão de resgate antecipado ou vencimento antecipado, conforme previsto na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento , observadas as datas e respectivos percentuais a serem indicados na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma “**Data de Amortização**”); **(xxi) Local de Pagamento**: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(xxii) Prorrogação de Prazos**: considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quanto a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou qualquer dia que não houver expediente na B3; **(xxiii) Encargos Moratórios**: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“**Encargos Moratórios**”); **(xxiv) Decadência dos Direitos aos Acréscimos**: sem prejuízo do disposto no item (xxiii) acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado no item (xxvii) abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou dos Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento; **(xxv) Repactuação**: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(xxvi) Desmembramento das Debêntures:** não será admitido o desmembramento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas. **(xxvii) Publicidade:** sem prejuízo de observar o disposto no art. 13 da Resolução CVM 160, em relação à publicidade da Emissão e da Oferta, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Jornal de Publicação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (https://ri.qualicorp.com.br), observado o estabelecido no art. 289 da Lei das S.A. e as limitações impostas pela Resolução CVM 160 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere o Jornal de Publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário, informando o novo veículo para divulgação de suas informações.; **(xxviii) Imunidade dos Debenturistas**: caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista; **(xxix) Classificação de Risco**: não será contratada agência classificadora de risco para as Debêntures, para a Emissão ou para a Emissora; **(xxx) Resgate Antecipado Facultativo Total**: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 15.09.2025 (inclusive), realizar resgate antecipado da totalidade das Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão e observado o disposto no art. 55 da Lei das S.A. (“**Resgate Antecipado Facultativo Total**”). Não será permitido o resgate parcial das Debêntures. O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e do prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se aplicável, calculado de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(xxxi) Amortização Extraordinária Facultativa:** a Emissora poderá, a partir de 15 de setembro de 2025 (inclusive), a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das Debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“**Amortização Extraordinária Facultativa**”). O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, acrescido da Remuneração e do prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano (base 252 Dias Úteis), multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures quando da realização da Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o percentual do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargo Moratórios, se aplicável, calculado de acordo com a fórmula a ser prevista a Escritura de Emissão; **(xxxii) Oferta de Resgate Antecipado:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“**Oferta de Resgate Antecipado**”); **(xxxiii) Aquisição Facultativa:** observado o previsto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor (“**Resolução CMV 77**”), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto no art. 55, § 3º, da Lei das S.A. e na regulamentação aplicável da CVM, adquirir Debêntures, (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, sendo que a Emissora deverá, previamente à aquisição, enviar comunicação individual aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicar anúncio, nos termos da Escritura de Emissão, sobre sua intenção, observado o disposto no art. 19 e seguintes da Resolução CVM 77 (“**Aquisição Facultativa**”); **(xxxiv) Fiança:** como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Companhia prestará Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável com a Emissora, de todos os valores devidos, nos termos a serem descritos na Escritura de Emissão; **(xxxv) Vencimento Antecipado:** observadas as demais disposições a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, as obrigações constantes da Escritura de Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático a serem previstas na Escritura de Emissão; **(xxxvi) Demais características da Emissão:** as demais características da Emissão e das Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **5.2.** Autorizar os diretores da Companhia e/ou os representantes legais da Companhia, a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização da Fiança ora aprovada, inclusive, mas não somente a celebração de todo e qualquer documento e eventuais aditamentos que se façam necessários; e **5.3.** Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão, da Oferta e das Fianças, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens “5.1” e “5.2” das Deliberações, acima mencionados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Art. 130, § 1º, da Lei das S.A. Assinaturas: Mesa: Presidente: Sr. Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto; e Secretária: Sra. Aline Vieira Ferraz Acionista: Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (representada por seus Diretores, Srs. Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto e Eduardo Ribeiro Faria de Oliveira). A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 14.03.2024. Mesa: **Aline Vieira Ferraz** - Secretária.

Plajo S.A. Indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **30 de abril de 2024 às 16h00** na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 20 de março de 2024. **Vicente Baptista Bijarra** - Diretor Presidente.

Cia. Agricola Forti

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83

Convocação

São convocados os Srs. Acionistas da Cia. Agricola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 20/04/2024, às 9:00 horas, em 1ª convocação, com a presença de 2/3 dos acionistas ou as 9:30 horas, em 2º convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivari-SP., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária**: **a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2023; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76. Capivari, 20/03/2024. **a.a)** Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (20,21,22)

Banco Digio S.A.

CNPJ nº 27.098.060/0001-45 – NIRE 35.300.151.372

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 16h40, reuniram-se, na sede social, Alameda Xingu, nº 512, 7º andar, parte, Edifício “Condomínio Evolution Corporate”, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06455-030, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Carlos Giovane Neves, que convidou o senhor Oswaldo Tadeu Fernandes para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Marlos Francisco de Souza Araujo** ao cargo de Diretor, em carta de 4.12.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....

....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Carlos Giovane Neves, Oswaldo Tadeu Fernandes, Clayton Neves Xavier, Nairo José Martinelli Vidal Júnior e Marcelo Scarpa Rezende Leite. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Digio S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 91.282/24-0, em 5.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bitz Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 15.011.719/0001-03 – NIRE 35.300.547.616

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 21.12.2023

Aos 21 dias do mês de dezembro de 2023, às 8h30, reuniram-se, na sede social, Rua da Consolação, 2.302, 7º andar, Consolação, São Paulo, SP, CEP 01302-001, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Sociedade sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Alexandre da Silva Glüher para secretário. Durante a reunião, os Conselheiros registraram os pedidos de renúncia formulados pelos senhores Carlos Alberto Rodrigues Guilherme ao cargo de Membro deste Conselho, em carta desta data (21.12.2023); Eurico Ramos Fabri ao cargo de Diretor Gerente, em carta de 27.11.2023; Marlos Francisco de Souza Araujo ao cargo de Diretor, em carta de 4.12.2023, cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada por todos os Conselheiros presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Alexandre da Silva Glüher, Milton Matsumoto, Octavio de Lazari Junior e Maurício Machado de Minas. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **Bitz Instituição de Pagamento S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 88.544/24-2, em 29.2.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 74.014.747/0001-35 – NIRE 35.300.540.263

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 16h25, reuniram-se, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04543-011, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira que convidou o senhor Ricardo Barbieri de Andrade para Secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Alan Marinovic**, ao cargo de Diretor da Sociedade, em carta de 4.12.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito; 2) a designação do senhor Rui Miguel Aleixo Marques, ocorrida em 4.12.2023, em substituição ao senhor Alan Marinovic, como responsável perante o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

....

....

CVM Responsabilidades/Normas
Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo - PLDFT no âmbito do mercado de valores mobiliários - **Resolução CVM nº 50, de 31.8.2021, Art. 8º**.
Supervisão dos procedimentos e Controles Internos - **Resolução CVM nº 35, de 26.5.2021, inciso III, Art. 2º**.
Adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (Suitability) - **Resolução CVM nº 30, de 11.5.2021, inciso III, Art 8º**.
Supervisão dos procedimentos e Controles Internos - **Resolução CVM nº 32, de 19.5.2021, inciso II, Art. 17**.

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira e Ricardo Barbieri de Andrade. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 87.807/24-5, em 29.2.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.

TRONOX

Companhia Aberta

CNPJ/MF 15.115.504/0001-24 - NIRE 29.300.010.065

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária da Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (“Companhia”) a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica (*Microsoft Teams*) (“Plataforma Eletrônica”), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Fixar o número de membros que irão compor o Conselho de Administração para um mandato unificado até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 2024; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato unificado até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 2024; **(v)** Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024; **(vi)** Fixar o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para um mandato unificado até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 2024; **(vii)** Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para um mandato unificado até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 2024; e **(viii)** Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. **Instruções Gerais:** A AGO será realizada exclusivamente de modo digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei das S.A., e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), não havendo, portanto, a possibilidade de comparecimento físico à AGO. Para todos os fins legais, a presente reunião será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 71, §2º da Resolução CVM 81. A participação do acionista poderá ser: • **Via boletim de voto a distância (“BVD”):** Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM 81, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data e até o dia 19 de abril de 2024 (inclusive), suas instruções de voto em relação à matéria objeto da ordem do dia da AGO mediante o preenchimento e envio do BVD, cujo modelo foi disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia (https://www.tronox-ri.com.br/) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual de Participação, divulgado nesta data; ou • **Virtual, por meio da Plataforma Eletrônica:** A participação virtual, por meio da Plataforma Eletrônica, poderá se dar pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGO, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGO, mediante solicitação explícita de desconsideração das instruções de voto enviadas via BVD, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação. Conforme disposto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81, os acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente da Assembleia Geral Ordinária, por meio da Plataforma Eletrônica, deverão fornecer obrigatoriamente até o dia 24 de abril de 2024, através do e-mail relacionamento.investidores@tronox.com a documentação e informações indicadas no Manual de Participação divulgado pela Companhia em 20 de março de 2024. A documentação e informações enviadas até o dia 24 de abril de 2024 serão validadas pela Companhia e o Acionista receberá, até às 23:59 horas (horário de Brasília/DF - Brasil), do dia 25 de abril de 2024, um link de acesso acompanhado de acesso pessoal e intransferível para sua participação virtual na Assembleia Geral Ordinária. Os acionistas que não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação até o dia 24 de abril de 2024, não poderão participar da Assembleia Geral Ordinária. Ainda, tais acionistas deverão apresentar a documentação necessária para sua habilitação, conforme descrita no Manual de Participação, no prazo indicado acima, conforme resumida abaixo: *Acionistas Pessoas Físicas:* • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular). *Acionistas Pessoas Jurídicas:* • Último estatuto ou contrato social consolidado e documentação societária comprovando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores, termos de posse); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • No caso de fundos de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores, termos de posse); e (iii) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor. *Acionistas Representados por procurador:* • Além dos documentos indicados acima, procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no §1º do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos ou contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do procurador. *Acionistas Estrangeiros:* • Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser traduzidos de forma juramentada, não sendo necessária sua notarização e consularização. Os acionistas que não se habilitarem no prazo acima referido, isto é, até às 23h59 do dia 24 de abril de 2024, não poderão participar da AGO. Para maiores informações sobre a participação na Assembleia Geral Ordinária virtual da Companhia, os Acionistas devem entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail relacionamento.investidores@tronox.com ou do telefone (71) 3634-9114. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data na sede da Companhia, no endereço eletrônico da Companhia em www.tronox-al.com.br da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em www.cvm.gov.br e da B3 em www.b3.com.br. Por fim, nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Os percentuais mínimos de ações com e sem direito voto, para a instalação do Conselho Fiscal, consoante o previsto no artigo 4º da Resolução CVM nº 70/2022 são, respectivamente, de 2% e 1%. Camaçari, 21 de março de 2024. **Roberto Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração.**

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 74.014.747/0001-35 – NIRE 35.300.540.263

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.8.2023

Data, Hora, Local: Em 31.8.2023, às 10h, na sede social, Avenida Paulista, 1.450, 3º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917. ***Mesa:*** Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; Secretário: Alan Marinovic. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações:*** 1) aprovada a absorção de parcela cindida do Patrimônio Líquido da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (***Bradesco CTVM***), CNPJ nº 61.855.045/0001-32, NIRE 35.300.051.343, proposta pela Diretoria em Reunião de 30.8.2023, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, visando promover a reorganização societária, objetivando a segregação e transferência de operações estratégicas, atualmente registradas na ***Bradesco CTVM*** com o remanejamento desses para esta Sociedade; 2) ratificada a nomeação da KPMG Auditores Independentes Ltda., com sede na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar, Vila São Francisco, São Paulo - SP, CEP 04711-904, CNPJ nº 57.755.217/0001-29, CRC nº 2SP-027685/O-0, como responsável pelas avaliações dos patrimônios líquidos da ***Bradesco CTVM*** e desta Sociedade, a valor contábil, na respectiva data-base (30.6.2023); 3) aprovado, também, o “Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial” (Instrumento de Protocolo), firmado por esta Sociedade e pela ***Bradesco CTVM*** em 30.8.2023, bem como o seu anexo (Laudo de Avaliação, incluindo o Balanço Patrimonial com o respectivo demonstrativo da parcela vertida), tanto na forma como no teor em que foram redigidos, especialmente quanto aos números neles contidos, cujas transcrições foram dispensadas, os quais, rubricados pelos componentes da Mesa, passam a fazer parte integrante desta Ata como Anexos, e serão levados a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Na sequência dos trabalhos, disse o senhor Presidente que, em decorrência da aprovação da absorção da parcela cindida do patrimônio da ***Bradesco CTVM***, o capital da Sociedade será aumentado, de acordo com o disposto na letra “b” da Cláusula V do Instrumento de Protocolo, em R$2.459.349.186,75 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos), elevando-o de R$283.740.662,21 (duzentos e oitenta e três milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos) para R$2.743.089.848,96 (dois bilhões, setecentos e quarenta e três milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), mediante a emissão de 75.667.043 (setenta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e sete mil e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a consequente alteração do “caput” do Artigo 7º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação, após a aprovação do processo pelo Banco Central do Brasil: Artigo 7º) O capital social é de R$2.743.089.848,96 (dois bilhões, setecentos e quarenta e três milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), dividido em 90.001.129 (noventa milhões, uma mil, cento e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.”. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; Secretário: Alan Marinovic; Acionista: **Ágora Investimentos S.A.**, representada por seus procuradores, senhores Ismael Ferraz e Miguel Santana Costa. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; Secretário: Alan Marinovic. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 83.900/24-0, em 27.2.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 61.855.045/0001-32 – NIRE 35.300.051.343

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.8.2023

Data, Hora, Local: Em 31.8.2023, às 10h45, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011. ***Mesa:*** Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; Secretário: Alan Marinovic. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações:*** 1) aprovada a cisão de parcela do Patrimônio Líquido desta Sociedade pela Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ***(Ágora CTVM)***, CNPJ nº 74.014.747/0001-35, NIRE 35.300.540.263, proposta pela Diretoria em Reunião de 30.8.2023, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, visando promover a reorganização societária, objetivando a segregação e transferência de operações estratégicas, atualmente registrados nesta Sociedade, com o remanejamento desses para a ***Ágora CTVM***; 2) ratificada a nomeação da KPMG Auditores Independentes Ltda., com sede na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar, Vila São Francisco, São Paulo - SP, CEP 04711-904, CNPJ nº 57.755.217/0001-29, CRC nº 2SP-014428/O-6, como responsável pelas avaliações dos patrimônios líquidos desta Sociedade e da ***Ágora CTVM***, a valor contábil, na respectiva data-base (30.6.2023); 3) aprovado, também, o “Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial” (Instrumento de Protocolo), firmado por esta Sociedade e pela Ágora ***CTVM*** em 30.8.2023, bem como seu anexo (Laudo de Avaliação, incluindo o Balanço Patrimonial com o respectivo demonstrativo da parcela a ser cindida), tanto na forma como no teor em que foram redigidos, especialmente quanto aos números neles contidos, cujas transcrições foram dispensadas, os quais, rubricados pelos componentes da Mesa, passam a fazer parte integrante desta Ata como Anexos, e serão levados a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Na sequência dos trabalhos, disse o senhor Presidente que, em decorrência da aprovação da cisão de parcela do patrimônio desta Sociedade pela ***Ágora CTVM***, o capital social será reduzido, de acordo com o disposto na letra “a” da Cláusula V do Instrumento de Protocolo, em R$2.459.349.186,75 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos), sem cancelamento de ações, passando de R$2.543.386.227,90 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e três milhões, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e vinte e sete reais e noventa centavos) para R$84.037.041,15 (oitenta e quatro milhões, trinta e sete mil, quarenta e um reais e quinze centavos), com a consequente alteração do “caput” do Artigo 6º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação, após a aprovação do processo pelo Banco Central do Brasil: “Artigo 6º) O capital social é de R$84.037.041,15 (oitenta e quatro milhões, trinta e sete mil, quarenta e um reais e quinze centavos), dividido em 971.561.866 (novecentos e setenta e um milhões, quinhentas e sessenta e uma mil, oitocentas e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.”. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, lavrando-se a presente Ata que aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; Secretário: Alan Marinovic; Acionista: **Banco Bradesco BBI S.A.**, representado por seus procuradores, senhores Ismael Ferraz e Miguel Santana Costa. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira; Secretário: Alan Marinovic. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 83.899/24-8, em 27.2.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E06D-6B46-0D7C-3F8A.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E06D-6B46-0D7C-3F8A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E06D-6B46-0D7C-3F8A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E06D-6B46-0D7C-3F8A

Hash do Documento

58A1F00C8D3418457004BE28C1A6976FF540E8AA68214864A4A95EF5FAE71EEF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

MOTOROLA SOLUTIONS

MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.

CNPJ 10.652.730/0001-20

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante	**362.815**	**387.116**	**Circulante**	**174.895**	**127.685**
Caixa e equivalentes de caixa	70.339	59.606	Fornecedores e outras contas a pagar	32.336	19.838
Contas a receber de clientes	145.800	185.714	Partes relacionadas	28.190	9.949
Partes relacionadas	53.007	27.207	Imposto de renda e contribuição social correntes	10.291	13.565
Estoques	17.552	26.712	Impostos e contribuições a recolher	4.149	4.458
Impostos a recuperar	31.357	44.035	Obrigações trabalhistas a pagar	19.537	13.137
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.718	14.207	Passivos contratuais	56.967	52.769
Outras contas a receber	35.042	29.635	Adiantamento de clientes	12.780	369
Não circulante	**170.666**	**78.941**	Provisões	6.474	11.920
Contas a receber de clientes	31.062	11.533	Passivo de arrendamento	4.171	1.680
Depósitos judiciais	3.584	5.611	**Não circulante**	**255.605**	**258.451**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.180	15.087	Partes relacionadas	231.744	250.790
Impostos a recuperar	2.694	22	Provisões	4.475	7.647
Ativo de direito de uso	23.557	1.694	Passivo de arrendamento	19.386	14
Imobilizado	102.589	44.994	**Patrimônio líquido**	**102.981**	**79.921**
			Capital social	95.708	95.708
			(Prejuízos/Lucros) acumulados	7.273	(15.787)
Total do ativo	**533.481**	**466.057**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**533.481**	**466.057**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**95.708**	**(26.635)**	**69.073**
Resultado do exercício	-	10.848	10.848
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**95.708**	**(15.787)**	**79.921**
Resultado do exercício	-	23.060	23.060
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**95.708**	**7.273**	**102.981**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Contexto operacional: A Motorola Solutions Ltda. ("Empresa" ou "Motorola Solutions"), com a sua sede localizada na cidade de São Paulo, Avenida das Nações Unidas nº 14.401, é uma subsidiária da Motorola Solutions Inc., empresa norte-americana com diversas linhas de produtos e serviços de telecomunicação e infraestrutura, incluindo rádios de comunicação, sistemas de videomonitoramento, entre outros produtos. **Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 18 de março de 2024. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 95.707.669,00 (noventa e cinco milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais) dividido em 95.707.669 (noventa e cinco milhões, setecentas e sete mil, seiscentas e sessenta e nove) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda.

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Receita operacional líquida	318.974	360.668
Custos dos produtos vendidos	(159.119)	(216.480)
Custos dos serviços prestados	(96.092)	(70.158)
Lucro bruto	63.763	74.030
Despesas de vendas	(37.434)	(30.499)
Despesas administrativas e gerais	(57.056)	(25.760)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	57.402	17.620
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	26.675	35.391
Despesas financeiras	(15.673)	(11.301)
Receitas financeiras	32.960	12.449
Despesas financeiras líquidas	17.287	1.148
Resultado antes dos impostos	43.962	36.539
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7.907)	(10.791)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.995)	(14.900)
Resultado do exercício	**23.060**	**10.848**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Resultado do exercício	**23.060**	**10.848**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**23.060**	**10.848**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	43.962	36.539
Ajustes efetuados ao lucro do exercício	14.137	28.804
Variação de ativos e passivos	32.438	10.398
Juros pagos	(1.394)	(3.326)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.249)	(9.115)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**82.894**	**63.300**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(72.161)**	**(31.526)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	10.733	31.774
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	59.606	27.832
No fim do exercício	70.339	59.606
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**10.733**	**31.774**

Gustavo Ancheschi - Presidente **Rafael Barboza -** CRC SP 261923/O-0

Serel Participações em Imóveis S.A.

CNPJ nº 72.712.201/0001-22 – NIRE 35.300.345.541

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 16h15, reuniram-se, na sede social, Avenida Paulista, 1.450, 8º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor Cassiano Ricardo Scarpelli, que convidou o senhor Marcelo de Araújo Noronha para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri** ao cargo de Diretor Gerente da Sociedade, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli, Marcelo de Araújo Noronha, Rogério Pedro Câmara e José Ramos Rocha Neto. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **Serel Participações em Imóveis S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 103.061/24-1, em 13.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

APSEN Farmacêutica S/A

CNPJ/ME nº 62.462.015/0001-29 - JUCESP/NIRE 35.300.159.632

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **APSEN Farmacêutica S/A**, ("Companhia"), nos termos do Parágrafo Único do Artigo 9º do Estatuto Social, para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 30 de abril de 2024, em primeira convocação às 13h30 e, em segunda convocação, às 14h00, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em sede de **Assembleia Geral Ordinária: (a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração, orçamento de capital, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** eleger os membros da Diretoria para o próximo triênio; e **(d)** fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria; e em sede de **Assembleia Geral Extraordinária: (e)** deliberar sobre o pagamento, aos acionistas, de juros sobre capital próprio no presente exercício social, a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024; e **(f)** consolidação do Estatuto Social. **Avisos: 1.** A assembleia será realizada de forma mista: fisicamente, na sede da Companhia, e virtualmente, por meio da ferramenta Teams, como de costume. **2.** A administração da Companhia enviará o convite virtual para cada um dos acionistas e/ou seus representantes, por meio de e-mail. **3.** Todos os documentos, inclusive os previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76, necessários para a aprovação dos itens da ordem do dia estão à disposição no portal dos acionistas e fisicamente na sede social da Companhia. **4.** A lista de presença bem como ata da assembleia serão assinadas eletronicamente. São Paulo/SP, 18 de março de 2024. **Renato Spallicci -** Diretor Presidente.

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ nº 14.370.342/0001-08 – NIRE 35.300.413.270

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 13h30, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Cinza, 1º andar, sala 2, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor Marcelo de Araújo Noronha, que convidou o senhor Cassiano Ricardo Scarpelli para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri** ao cargo de Diretor Gerente, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Rogério Pedro Câmara, Moacir Nachbar Junior e José Ramos Rocha Neto. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 103.646/24-3, em 13.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TMK ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 28.131.759/0001-22 - NIRE 35300505832

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data e Horário: Realizada no dia 07 de março de 2024, às 10:00 horas. **Local:** Sede social, na Cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, Avenida Presidente Kennedy, 9457, 1º andar, sala 2, CEP 11705-000. **Composição da Mesa: Jose Aristides Bigarani –** Presidente; **Luciano Prata Rodrigues Borges -** Secretário. **Convocação:** Dispensada convocação prévia pela imprensa, conforme o disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme constante do Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia: 1) AGO: a)** Reeleição da Diretoria. **Deliberações Tomadas: 1) AGO: a)** Reeleger o **José Aristides Bigarani**, brasileiro, solteiro, do comercio, portador do RG na 6.318.952 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o na 566.287.738-68, residente e domiciliado no Município de Santos, no Estado de São Paulo, à Avenida Washington Luis, na 565, Apto 908, Bairro Boqueirão, CEP 11055-001, para ocupar o cargo de Diretor Presidente, e **Luciano Prata Rodrigues Borges**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador do RG na 11.600.193 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o na 145.919.956-15 e no CREA/SP sob o 0400099951, residente e domiciliado no Município de Santos, no Estado de São Paulo, à Avenida Washington Luis, na 366, Apto 92, Bairro Gonzaga, CEP 11055-000, para ocupar os cargos de Diretor Financeiro e Responsável Técnico, com mandato de 03 (três) anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130 §1º, da Lei nº 6.404/76, que, lida e unanimemente aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente – **Jose Aristides Bigarani**; Secretário – **Luciano Prata Rodrigues Borges; Acionistas: Termaq – Terraplanagem Construção Civil e Escavações Ltda – em recuperação judicial.** A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 07 de Março de 2024. **Jose Aristides Bigarani - Presidente, Luciano Prata Rodrigues Borges - Secretário.** JUCESP nº 124.391/24-2 em sessão de 20/03/2024.

Augustus Administração S/A

CNPJ nº 09.334.091/0001-76 - NIRE nº 35.300.351.738

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Fevereiro de 2024

Data, Hora e Local: Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **Augustus Administração S/A**, na Rua Líbero Badaró, 377 - 08º andar - conj. 808 parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** compareceram, identificaram-se e assinaram o livro de Presença os acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital votante. **Convocação:** Dispensada na forma do artigo 124 parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, considerando estarem presentes todos os acionistas da sociedade. **Composição da Mesa:** Presidente: o acionista **Nilton Molina**; Secretária: a acionista **Sara Molina. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: **a)** As 02 (duas) remessas de US$ 26,000.00 (vinte e seis mil dólares americanos), a serem efetuadas no ano de 2024, para a investida Vallee Blanche Ltd., com sede em BVI, através de conta mantida junto ao Sunstate Bank, Miami - FL, a título de investimento direto. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade dos presentes: **a)** As 02 (duas) remessas de US$ 26,000.00 (vinte e seis mil dólares americanos), a serem efetuadas no ano de 2024, para a investida Vallee Blanche Ltd., com sede em BVI, através de conta mantida junto ao Sunstate Bank, Miami - FL, a título de investimento direto. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia, lavrando-se a presente no livro próprio que vai assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretária, e pelos demais acionistas presentes. São Paulo, 23 de fevereiro de 2024. - a) Presidente: Nilton Molina, Secretária: Sara Molina; Acionistas: Nilton Molina; Sara Molina, Helder Molina e Mônica Molina. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 23 de fevereiro de 2024. **Nilton Molina -** Presidente da Mesa; **Sara Molina** - Secretária. **JUCESP** nº 120.643/24-8 em 14/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ nº 15.010.931/0001-48 – NIRE 35.300.595.921

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2024

Data, Hora, Local: Em 30.1.2024, às 11h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberação:*** Aprovaram o aumento do capital social no valor de R$40.429.140,51 (quarenta milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos) elevando-o de R$4.001.000,00 (quatro milhões e um mil reais) para R$44.430.140,51 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta mil, cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos), proposto pela Diretoria em Reunião daquele Órgão desta data (30.1.2024), dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em seguida, disse o senhor Presidente que: serão emitidas 60.355.110 (sessenta milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil, cento e dez) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R$0,669854474 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas; o preço de emissão teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil ajustado por ação da Sociedade em 29.12.2023; a redação do "*caput*" do artigo 6º do estatuto social será alterada após completado todo processo do aumento do capital. Na sequência dos trabalhos: 1) a acionista Bradesco Holding de Investimentos S.A., por seus representantes legais, assinou o respectivo Boletim de Subscrição, subscrevendo as 60.355.110 (sessenta milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil, cento e dez) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando, da seguinte forma: i) R$15.429.140,51 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos) mediante a conferência de ativos intangíveis; e ii) R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), em moeda corrente nacional; 2) considerando a subscrição e integralização do aumento ora aprovado, o capital social foi elevado de R$4.001.000,00 (quatro milhões e um mil reais) para R$44.430.140,51 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta mil, cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos), com a consequente alteração do "*caput*" do artigo 6º do estatuto social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O capital social é de R$44.430.140,51 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta mil, cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos), dividido em 64.356.110 (sessenta e quatro milhões, trezentas e cinquenta e seis mil, cento e dez) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.". ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa; Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 88.773/24-3, em 29.2.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ nº 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 10h20, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor José Ramos Rocha Neto, que convidou o senhor Marcelo de Araújo Noronha para Secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri** ao cargo de Diretor Gerente da Sociedade, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) José Ramos Rocha Neto, Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli e Rogério Pedro Câmara. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **Bradescard Elo Participações S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 104.243/24-7, em 13.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Bradesco BERJ S.A.

CNPJ nº 33.147.315/0001-15 – NIRE 35.300.579.542

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 16h, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Cassiano Ricardo Scarpelli, que convidou o senhor João Carlos Gomes da Silva para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Marlos Francisco de Souza Araujo** ao cargo de Diretor, em carta de 4.12.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....

....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli, João Carlos Gomes da Silva, Nairo José Martinelli Vidal Junior e Clayton Neves Xavier. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **Banco Bradesco BERJ S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnveli e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 103.526/24-9, em 13.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

CNPJ nº 07.207.996/0001-50 – NIRE 35.300.113.420

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 16h20, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor José Ramos Rocha Neto, que convidou o senhor João Carlos Gomes da Silva para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Marlos Francisco de Souza Araujo** ao cargo de Diretor, em carta de 4.12.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....

....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) José Ramos Rocha Neto, João Carlos Gomes da Silva, Clayton Neves Xavier, Nairo José Martinelli Vidal Júnior e Vinicius Urias Favarão. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **Banco Bradesco Financiamentos S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnveli e Miguel Santana Costa - Procuradores. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 103.535/24-0, em 13.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Lecce Holdings S.A.

CNPJ nº 14.370.283/0001-78 – NIRE 35.300.413.385

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 11h40, reuniram-se, na sede, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-9000, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor Marcelo de Araújo Noronha, que convidou o senhor Cassiano Ricardo Scarpelli para Secretário. Durante a reunião, os diretores deliberaram registrar o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri**, Diretor Gerente, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Rogério Pedro Câmara e José Ramos Rocha Neto. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **Lecce Holdings S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 103.062/24-5, em 13.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Apsen Farmacêutica S.A.

CNPJ: 62.462.015/0001-29

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2023 e 2022 - ***(Em milhares de reais)***

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**130.710**	159.582
Contas a receber de clientes	**624.994**	544.717
Estoques	**127.505**	146.934
Impostos a recuperar	**1.718**	2.055
Despesas antecipadas	**3.076**	2.453
Outros créditos	**11.596**	9.449
Total do ativo circulante	**899.599**	865.190
Não circulante		
Impostos a recuperar	**2.373**	1.850
Depósitos judiciais	**2.961**	2.914
Outros créditos	**2.094**	5.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**13.529**	7.737
Imobilizado	**440.045**	431.034
Intangível	**14.484**	17.123
Ativo de direito de uso	**27.762**	20.115
Total do ativo não circulante	**503.248**	486.197
Total do ativo	**1.402.847**	1.351.387

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	**81.712**	68.833
Empréstimos e financiamentos	**149.768**	78.792
Arrendamento mercantil	**10.985**	8.147
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**65.076**	57.848
Impostos e contribuições a recolher	**29.679**	40.156
Imposto de renda e contribuição social	**10.125**	9.430
Contas a pagar	**11.872**	13.272
Dividendos a pagar	**11.170**	4.721
Total do passivo circulante	**370.387**	281.199
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	**304.925**	419.904
Arrendamento mercantil	**18.993**	12.849
Contas a pagar	**3.800**	-
Provisão para processos judiciais	**6.496**	5.392
Total do passivo não circulante	**334.214**	438.145
Patrimônio líquido		
Capital social	**408.000**	408.000
Reservas de lucros	**290.246**	224.043
Total do patrimônio líquido	**698.246**	632.043
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.402.847**	1.351.387

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
Receita operacional líquida	**1.266.027**	1.146.839
Custo dos produtos vendidos	**(422.174)**	(377.023)
Lucro bruto	**843.853**	769.816
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas	**(443.857)**	(452.782)
Gerais e administrativas	**(243.185)**	(223.740)
Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas	**5.397**	9.386
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**162.208**	102.680
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	**28.603**	52.822
Despesas financeiras	**(81.436)**	(106.556)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**109.375**	48.946
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	**(26.029)**	(18.091)
Diferidos	**5.792**	6.919
Lucro líquido do exercício	**89.138**	37.774
Lucro líquido por lote de mil ações em R$	**89,14**	37,77

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**89.138**	37.774
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**89.138**	37.774

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	278.000	45.208	280.782	-	603.990
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.774	37.774
Aumento de Capital Social	130.000	-	(130.000)	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.889	-	(1.889)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.721)	(4.721)
Retenção de lucros	-	-	26.164	(26.164)	-
Em 31 de dezembro de 2022	408.000	47.097	176.946	-	632.043
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**89.138**	**89.138**
Constituição de reserva legal	**-**	**4.456**	**-**	**(4.456)**	**-**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**(11.765)**	**(11.765)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**(11.170)**	**(11.170)**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**61.747**	**(61.747)**	**-**
Em 31 de dezembro de 2023	**408.000**	**51.553**	**238.693**	**-**	**698.246**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**109.375**	48.946
Ajustes para conciliar lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	**49.880**	44.391
Resultado na baixa dos bens do imobilizado e intangível	**5.805**	41.424
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**50.928**	60.507
Provisão (reversão) para perdas em estoques	**7.794**	(11.344)
Provisões (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**1.104**	389
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	**(243)**	(45)
Outras provisões (reversões)	**12.312**	20.431
	236.955	204.699
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	**(80.034)**	(35.997)
Estoques	**11.635**	504
Impostos a recuperar	**(186)**	20.501
Despesas antecipadas, outros créditos e depósitos judiciais	**(2.817)**	4.244
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**12.879**	8.524
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**7.228**	(274)
Impostos e contribuições a recolher	**(10.477)**	15.611
Contas a pagar	**2.400**	1.022
Caixa líquido gerado nas operações	**177.583**	218.834
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(25.334)**	(10.669)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**152.249**	208.165
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	**(69.704)**	(151.732)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(69.704)**	(151.732)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de financiamentos e empréstimos	**-**	151.491
Amortizações de financiamentos e empréstimos	**(94.931)**	(122.522)
Dividendos e juros sobre capital próprio	**(16.486)**	(15.338)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(111.417)**	13.631
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(28.872)**	70.064
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**159.582**	89.518
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**130.710**	159.582
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(28.872)**	70.064

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional - A Apsen Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Apsen") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, controlada pela Regida Empreendimentos e Participações S.A., e tem por objeto social a fabricação, comércio, importação, exportação, representação comercial, transporte e armazenamento de produtos e insumos farmacêuticos, alimentícios (normais e dietéticos), cosméticos, de perfumaria e toucador, extração e manipulação de produtos químicos e de material biológico, bem como a produção e comercialização de periódicos científicos e a participação em outras sociedades ou outros empreendimentos empresariais. **2. Políticas contábeis -** Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão expressas em milhares de reais e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Renato Spallicci - Diretor Presidente
Adriana Gherth - Contador - CRC: 1SP215165/O

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6ADE-B924-0D82-4EF9.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6ADE-B924-0D82-4EF9.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6ADE-B924-0D82-4EF9 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6ADE-B924-0D82-4EF9

Hash do Documento

B5568B61F6F5BBDD559BC789F6BAD62456E0318F614195A7C4CA36E57AADF0CC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:09 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ nº 82.120.676/0001-83

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Almeida Junior" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração, acompanhado das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Desempenho Operacional:** O ano de 2023 foi de crescimento para os seis shoppings do grupo Almeida Junior. Em comparação a 2022, as vendas dos lojistas aumentaram 8,7%. A Companhia também registrou crescimento significativo nas principais métricas do setor. O SSR (Same Store Rent, aluguel sobre as mesmas lojas) apresentou um crescimento em 2023 de 7,3%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O desempenho positivo dos aluguéis é fruto de step-ups contratuais, aumento de aluguel complementar, diminuição substancial sobre descontos concedidos e melhor qualificação do mix. O custo de ocupação total médio aos lojistas em 2023 foi 9,1% das vendas. A Almeida Junior atingiu 93,9% de taxa de ocupação com um tenant mix de qualidade superior ao período pré pandemia. Os bons resultados foram registrados em todas as seis unidades do grupo, que trouxeram novidades no mix de suas operações ao longo do ano. A Companhia possui 225 mil m² de ABL e detém 71% (setenta e um por cento) do "market share" do setor em Santa Catarina. Nosso atual portfólio dos shopping centers possui capacidade de expansão orgânica já definida, sendo que nos ativos existentes poderão atingir um total de 277 mil m² ABL. Por meio de expansões e satelitizações (transformação de grandes áreas em ABL de loja de uso comercial "lucs" menores e com rentabilidades mais atrativas), somos capazes de aumentar a rentabilidade dos nossos ativos. O primeiro shopping a ser expandido, já com licenciamento aprovado, é o Balneário Shopping, que atingirá a área total de ABL de 52 mil m² ABL. **Desempenho Financeiro:** Nossa receita operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$285,7 milhões, um aumento de 14,5% comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Apresentamos um aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 12,8% no NOI e 9,3% no EBITDA ajustado comparado com o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, totalizando R$260,2 milhões e R$220,5 milhões, respectivamente. Vide abaixo a divulgação voluntária das informações de natureza não contábil denominada NOI, sendo:

NOI Consolidado em R$ (000)	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Δ%**
Receita Operacional	**285.721**	**249.468**	**14,5%**
(–) Taxas de Administração	(13.008)	(9.798)	
(+) Custos Operacionais	(7.970)	(8.824)	
NOI antes da PERC	**264.743**	**230.846**	**14,7%**
(+) PERC - Provisão para perda esperada para risco de crédito	(4.582)	(299)	
NOI após PERC	**260.161**	**230.547**	**12,8%**
Margem NOI	**95,4%**	**96,2%**	

Conforme o disposto na Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominada EBITDA, sendo:

	31/12/2023	**31/12/2022**	**Δ%**
Lucro líquido do exercício	**148.939**	**153.966**	
(+) IRPJ/CSSL correntes e diferidos	(1.581)	88.493	
(+) Resultado financeiro, líquido	163.147	158.339	
(+) Depreciação e amortização	2.696	2.069	
	313.201	**402.867**	
Resultado da venda de participações em imóveis	87.336	–	
EBITDA**	**400.537**	**402.867**	
(–) (ganho)/perda na demonstração de resultado com:			
(–) Linearização Abono	–	4.520	
Adição do valor justo de propriedade para investimentos	(179.987)	(205.547)	
EBITDA ajustado	**220.550**	**201.840**	**9,3%**
	82,7%	**86,7%**	

*** Sobre receita operacional líquida**

**** Antes do resultado não operacional de venda da fração de propriedades para investimentos**

Registro de Companhia Aberta: Em novembro de 2021 a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta junto à CVM (Comissão de Valores Imobiliários), um marco importante para a Almeida Junior. "Estamos confiantes e sem pressa, observando o mercado, analisando oportunidades e aguardando o melhor momento para fazermos o nosso IPO, afirma Jaimes Almeida Junior, CEO e fundador da Companhia. **Sustentabilidade:** O Grupo Almeida Junior tem firmado um compromisso contínuo com iniciativas que se alinham às melhores práticas ambientais e sociais. Acreditamos que o atual contexto global demanda não apenas ajustes pontuais de comportamento, mas uma reconfiguração integral em nossa maneira de pensar e agir. *Ambiental: Resíduos, Energia e Conservação Hídrica:* Na gestão de resíduos, nossos shoppings adotam um sistema abrangente de coleta seletiva, com lixeiras estrategicamente distribuídas para resíduos orgânicos, papel, metal, plástico, vidro e óleo de cozinha. Realizamos a coleta e separação mensal de toneladas desses materiais, promovendo a reciclagem e redução de impacto ambiental. No âmbito da gestão energética, incorporamos em nossos projetos elementos como "skylights" para maximizar o aproveitamento da luz natural, luminárias LED de eficiência energética e automação da iluminação externa. Além disso, fomentamos tecnologias limpas com a instalação de centrais de recarga para carros elétricos nos estacionamentos. A captação de água da chuva e a preservação dos viveiros para recuperação de plantas utilizadas nos shoppings são outros pilares de nossa abordagem ambiental. *Social: Engajamento Comunitário e Solidariedade:* Destacamos a campanha "Viva o bem para valer", que incentiva a doação de roupas e agasalhos, recompensando os participantes com pontos no programa de fidelidade AJFans. A Árvore dos Sonhos, durante o Natal, é uma expressão tangível de nossa responsabilidade social, presenteando crianças de instituições beneficentes. Além disso, proporcionamos espaços nos shoppings para instituições de caridade, fortalecendo iniciativas que geram recursos financeiros para diversas causas sociais. Nosso compromisso também se manifesta em eventos como a Feira de Adoção de pets, em parceria com ONGs de proteção animal, apoiamos e participamos de campanhas de prevenção ao câncer com ações coordenadas em nossas unidades, das quais podemos destacar: Nações do Bem, Paletas de conscientização de combate ao câncer de mama, campanha do outubro Rosa, Oficinas educativas, campanhas de vacinação, doação de órgãos e conscientização sobre o autismo complementam nossas ações sociais. Comprometidos com o bem-estar de nossa equipe e clientes, priorizamos a contratação de profissionais multilíngues e capacitados em LIBRAS para o atendimento de concierge. Internamente, promovemos programas como a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), Dia Mundial Sem Carro, setembro amarelo e diversas outras campanhas. Essas ações visam acompanhar a jornada do colaborador, abordando conteúdos e práticas que garantam segurança, preservação ambiental e bem-estar. No Grupo Almeida Junior, sustentabilidade é um compromisso integral, refletido em cada ação e em nosso impacto positivo na comunidade e no meio ambiente. **Auditores Independentes:** Conforme disposto na Instrução CVM Nº 381 de 14 de janeiro de 2003, ratificado pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP de 2 de fevereiro de 2018, declaramos que as políticas da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesse e perda de independência do auditor. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. prestaram os serviços de revisão sobre as suas informações trimestrais e auditoria sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não foram prestados outros serviços de auditoria ou não auditoria à Companhia.

A Administração

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante		**80.045**	80.841	**177.064**	119.202
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	**706**	1.267	**2.124**	5.053
Aplicações financeiras	5.3	**61.642**	36.539	**114.408**	36.539
Contas a receber	6	**7.814**	8.186	**40.405**	39.456
Dividendos distribuídos antecipadamente	14.d	**–**	22.427	**–**	22.427
Outras contas a receber	13	**–**	10.773	**–**	10.773
Outros ativos		**9.883**	1.649	**20.127**	4.954
Ativo não circulante		**2.950.460**	2.958.005	**4.317.930**	4.492.044
Caixa restrito	5.2	**169**	8.797	**169**	13.498
Contas a receber de partes relacionadas	12	**–**	3.770	**20.038**	19.633
Contas a receber	6	**1.416**	1.273	**9.435**	7.440
Outros ativos		**3.817**	–	**7.770**	409
Outras contas a receber	13	**10.773**	–	**10.773**	–
Investimentos	7	**2.158.481**	2.115.650	**–**	–
Propriedades para investimento	8	**768.479**	821.380	**4.255.354**	4.440.122
Imobilizado		**7.325**	7.135	**14.391**	10.942
Total do ativo		**3.030.505**	3.038.846	**4.494.994**	4.611.246

Balanços patrimoniais

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo circulante		**523.971**	547.941	**590.575**	607.889
Debêntures	9	**7.096**	15.948	**36.578**	57.807
Empréstimos		**560**	444	**2.500**	1.983
Fornecedores		**761**	1.516	**4.147**	6.465
Salários, férias e encargos sociais		**354**	300	**865**	726
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	**518**	469	**29.460**	8.914
Provisões diversas		**4.036**	3.308	**4.555**	3.786
Dividendos propostos	14.d	**509.835**	525.265	**509.835**	525.265
Obrigação com os pagamentos do arrendamento		**598**	541	**598**	541
Outras contas a pagar		**213**	150	**2.037**	2.402
Passivo não circulante		**887.923**	906.400	**2.285.336**	2.418.618
Debêntures	9	**635.900**	638.129	**1.076.971**	1.175.953
Empréstimos		**3**	445	**21**	1.983
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	**–**	13	**847**	1.902
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**232.995**	249.515	**1.181.805**	1.215.685
Contas a pagar com partes relacionadas	12	**1.018**	2.144	**2.327**	2.327
Provisão para perda com investimento	7	**1.892**	817	**–**	–
Obrigações com os pagamentos do arrendamento		**1.392**	1.990	**1.392**	1.990
Provisão para contingências	13	**14.723**	13.347	**21.973**	18.778
Patrimônio líquido		**1.618.611**	1.584.505	**1.618.611**	1.584.505
Capital social	14.a	**348.293**	348.293	**348.293**	348.293
Ajustes de avaliação patrimonial	14.c	**226.423**	235.411	**226.423**	235.411
Reserva legal	14.b	**69.659**	69.659	**69.659**	69.659
Reservas de lucros a realizar	14.b	**974.236**	893.535	**974.236**	893.535
Dividendo adicional proposto		**–**	37.607	**–**	37.607
Participação de acionistas não controladores		**–**	–	**472**	234
Patrimônio líquido e participação de não controladores		**1.618.611**	1.584.505	**1.619.083**	1.584.739
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.030.505**	3.038.846	**4.494.994**	4.611.246

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido controladora	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		348.293	235.411	69.659	818.321	–	–	1.471.684	478	1.472.162
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	150.429	–	150.429	3.537	153.966
Transferência para reserva de lucros a realizar		–	–	–	150.429	(150.429)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	–	–	–	(37.608)	–	–	(37.608)	–	(37.608)
Dividendo adicional proposto	14.d	–	–	–	(37.607)	–	37.607	–	–	
Dividendos distribuídos para não controladores		–	–	–	–	–	–	–	(3.781)	(3.781)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		348.293	235.411	69.659	893.535	–	37.607	1.584.505	234	1.584.739
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**144.553**	**–**	**144.553**	**4.386**	**148.939**
Transferência para reserva de lucros a realizar		**–**	**–**	**–**	**144.553**	**(144.553)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Realização de reserva de reavaliação	19	**–**	**(8.988)**	**–**	**8.988**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Aprovação de dividendos adicionais de 2022	14.d	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(37.607)**	**(37.607)**	**0**	**(37.607)**
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	**–**	**–**	**–**	**(36.138)**	**–**	**–**	**(36.138)**	**–**	**(36.138)**
Dividendos adicionais de 2023 aprovados e pagos	14.d	**–**	**–**	**–**	**(36.702)**	**–**	**–**	**(36.702)**	**–**	**(36.702)**
Dividendos distribuídos para não controladores		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.148)**	**(4.148)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**348.293**	**226.423**	**69.659**	**974.236**	**–**	**–**	**1.618.611**	**472**	**1.619.083**

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	16	**45.118**	39.708	**266.628**	232.842
Custos operacionais	17	**(552)**	(624)	**(7.970)**	(8.824)
Lucro bruto		**44.566**	39.084	**258.658**	224.018
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas, administrativas e gerais	18	**(21.496)**	(18.257)	**(36.487)**	(24.920)
Ganho/(perda) com valor justo de propriedades para investimento	8	**(3.085)**	86.348	**179.986**	205.547
Equivalência patrimonial	7	**217.058**	154.222	**–**	–
Depreciação e amortização		**(1.621)**	(1.619)	**(2.696)**	(2.069)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	**(22.369)**	(1.148)	**(88.956)**	(1.778)
		168.487	219.546	**51.847**	176.780
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**213.053**	258.630	**310.505**	400.798
Resultado financeiro	20	**(85.020)**	(78.843)	**(163.147)**	(158.339)
Despesas financeiras		**(89.376)**	(85.167)	**(172.604)**	(169.567)
Receitas financeiras		**4.356**	6.324	**9.457**	11.228
Resultado antes dos tributos		**128.033**	179.787	**147.358**	242.459
Imposto de renda e contribuição social correntes		**–**	–	**(32.299)**	(18.608)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**16.520**	(29.358)	**33.880**	(69.885)
	11	**16.520**	(29.358)	**1.581**	(88.493)
Lucro líquido do exercício		**144.553**	150.429	**148.939**	153.966
Lucro líquido atribuível aos:					
Controladores		**144.553**	150.429	**144.553**	150.429
Não controladores		**–**	–	**4.386**	3.537
		144.553	150.429	**148.939**	153.966
Lucro líquido básico e diluído por ação ON atribuível a controladores - em R$	15			**1,11195**	1,15715
Quantidade de ações				**130.000.000**	130.000.000

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**144.553**	150.429	**148.939**	153.966
Outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**144.553**	150.429	**148.939**	153.966
Atribuído aos controladores	**144.553**	150.429	**144.553**	150.429
Atribuído aos não controladores	**–**	–	**4.386**	3.537
	144.553	150.429	**148.939**	153.966

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos tributos	**128.033**	179.787	**147.358**	242.459
Itens que não afetam o caixa e equivalente de caixa:				
Depreciação e amortização	**1.621**	1.619	**2.696**	2.069
Provisão para perda esperada para risco de crédito	**951**	86	**4.582**	299
Provisões diversas	**728**	2.687	**769**	2.770
Variação monetária e juros - debêntures	**86.934**	83.862	**163.894**	163.420
Variação monetário e juros - empréstimos	**122**	–	**544**	–
Rendimentos não realizados de aplicações financeiras	**(3.611)**	(5.085)	**(3.611)**	(5.085)
Equivalência patrimonial	**(217.058)**	(154.222)	**–**	–
Provisão para contingências	**1.376**	(1.911)	**3.195**	(355)
Ganho/perda com valor justo de propriedades para investimento	**3.085**	(86.348)	**(179.986)**	(205.547)
Ganho/Perda com venda de participação de Propriedades para investimento	**20.996**	–	**87.336**	–
	23.177	20.475	**226.777**	200.030
Variações do capital circulante				
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	**(722)**	571	**(7.526)**	(1.254)
Contas a receber de partes relacionadas	**3.770**	(3.533)	**(405)**	(2.685)
Outras contas a receber	**(649)**	(907)	**224**	(3.120)
	2.399	(3.869)	**(7.707)**	(7.059)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	**(755)**	927	**(2.318)**	1.126
Passivos com partes relacionadas	**(1.126)**	(600)	**–**	2.327
Salários, férias e encargos sociais	**54**	(20)	**139**	62
Tributos e contribuições sociais a recolher	**36**	1	**10.445**	(809)
Outras contas a pagar	**(1.021)**	150	**(1.447)**	2024
Amortização de encargos financeiros sobre debêntures	**(71.724)**	(67.468)	**(142.075)**	(138.637)
Amortização de encargos financeiros sobre empréstimos	**(127)**	–	**(1.424)**	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	–	**(23.255)**	(17.300)
	(74.663)	(67.010)	**(159.935)**	(151.207)
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades operacionais	**(49.087)**	(50.404)	**59.135**	41.764
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	**(41.334)**	(14.229)	**–**	–
Propriedades para investimento	**(1.757)**	(358)	**(5.718)**	(8.046)
Venda participação de imóveis	**7.548**	–	**163.672**	–
Outras movimentações de investimentos	**(54)**	(44)	**–**	–
Dividendos recebidos	**210.447**	78.116	**–**	–
Caixa restrito	**8.628**	(2.869)	**13.329**	(3.675)
Adição de imobilizado e intangível	**(1.270)**	(1.253)	**(5.604)**	(1.901)
Resgates de aplicações financeiras	**310.918**	33.365	**375.548**	33.365
Aplicações financeiras	**(332.410)**	(24.479)	**(449.806)**	(24.479)
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades de investimentos	**160.716**	68.249	**91.421**	(4.736)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos tomados	**–**	889	**–**	3.966
Dividendos pagos	**(103.448)**	(22.427)	**(103.448)**	(22.427)
Dividendos distribuídos antecipadamente para não controladores	**–**	–	**(4.148)**	(3.781)
Amortização de debêntures - principal	**(8.421)**	–	**(45.324)**	(25.971)
Amortização de empréstimos - principal	**(321)**	–	**(565)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(112.190)**	(21.538)	**(153.485)**	(48.213)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(561)**	(3.693)	**(2.929)**	(11.185)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	**1.267**	4.960	**5.053**	16.238
Saldo no final do exercício	**706**	1.267	**2.124**	5.053
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(561)**	(3.693)	**(2.929)**	(11.185)

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas	**49.057**	43.885	**281.139**	249.169
Vendas de mercadorias produtos e serviços	**51.124**	45.790	**290.445**	258.683
Descontos, cancelamentos e abonos	**(1.116)**	(1.819)	**(4.724)**	(9.215)
Provisão para perda esperada para risco de crédito	**(951)**	(86)	**(4.582)**	(299)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui impostos)	**(12.535)**	(9.552)	**(28.470)**	(22.115)
Custos dos serviços vendidos	**(552)**	(624)	**(4.898)**	(6.104)
Materiais, energia, serviços de terceiros e desp. operacionais	**(11.983)**	(8.928)	**(23.572)**	(16.011)
Valor adicionado bruto	**36.522**	34.333	**252.669**	227.054
Retenções	**(1.621)**	(1.619)	**(2.696)**	(2.069)
Depreciação e amortizações	**(1.621)**	(1.619)	**(2.696)**	(2.069)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**34.901**	32.714	**249.973**	224.985
Valor adicionado recebido em transferência	**200.450**	247.017	**118.437**	216.898
Equivalência patrimonial	**217.058**	154.222	**–**	–
Receitas financeiras	**4.356**	6.324	**9.457**	11.228
Ganho (Perda) com valor justo de propriedades para investimentos	**(3.085)**	86.348	**179.986**	205.547
Outras	**–**	123	**–**	123
Venda de participação de imóveis	**(17.879)**	–	**(71.006)**	–
Valor adicionado total a distribuir	**235.351**	279.731	**368.410**	441.883
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	**(7.697)**	(8.673)	**(9.470)**	(10.367)
Benefícios	**(1.207)**	(913)	**(1.867)**	(1.383)
FGTS	**(233)**	(244)	**(399)**	(390)
	(9.137)	(9.830)	**(11.736)**	(12.140)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	**8.060**	(34.028)	**(31.925)**	(103.512)
Estaduais	**(31)**	(34)	**(31)**	(34)
Municipais	**(314)**	(243)	**(3.175)**	(2.664)
	7.715	(34.305)	**(35.131)**	(106.210)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e variações cambiais e outros	**(89.376)**	(85.167)	**(172.604)**	(169.567)
	(89.376)	(85.167)	**(172.604)**	(169.567)
Remuneração de capital próprio				
Dividendos distribuídos	**(103.448)**	(22.427)	**(103.448)**	(22.427)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	**–**	–	**(4.386)**	(3.537)
Resultados retidos do exercício	**(41.105)**	(128.002)	**(41.105)**	(128.002)
	(144.553)	(150.429)	**(148.939)**	(153.966)
Valor adicionado distribuído	**(235.351)**	(279.731)	**(368.410)**	(441.883)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Informações gerais sobre a Companhia: a) Contexto operacional: A Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia" ou "Almeida Junior") é uma sociedade por ações, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, cj 1604, São Paulo (SP), e tem como atividade preponderante a (i) exploração econômica e administração de shoppings centers, condomínios, bens próprios e de terceiros; (ii) participação direta ou indireta em shopping centers; (iii) assessoria e consultoria empresarial, gestão empresarial, planejamento e atividades correlatas, com relação à shopping centers e/ou empreendimentos comerciais de natureza semelhante; (iv) locação de quiosques, vitrinas e serviços de merchandising para shopping centers e lojas; (v) intermediação para locação de espaços em lojas de shopping centers; (vi) exploração e propriedade de mídias para publicidade de produtos próprios ou de terceiros; (vii) participação, administração e exploração de estacionamentos de veículos; (viii) construção e incorporação de shopping centers; e (ix) participação no capital de outras sociedade empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior. No exercício de 2021 a Companhia conclui o seu registro junto à CVM. A Companhia e suas controladas possuem sazonalidade em suas operações. Historicamente, datas festivas e feriados, tais como Natal, Dia das Mães, entre outros acarretam impacto positivo nas vendas dos shopping centers. **b) Venda de Participação de Imóveis - Fundo AJ Malls:** Em novembro de 2023, o AJ Malls Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob forma de condomínio fechado, realizou a aquisição de participação nos seguintes shoppings da Companhia: • 6,20% do Neumarkt Shopping; • 3,35% do Garten Shopping; • 14,02% do Norte Shopping; • 17,85% do Continente Shopping; • 17,75% do Nações Shopping; • 0,91% do Balneário Shopping. O valor total da aquisição foi de R$ 299.466 (R$ 33.694 considerando apenas a Controladora), sendo R$ 103.754 (R$ 17.870 na Controladora) utilizado para amortização extraordinária de debêntures (vide Nota 9), e dos R$ 202.760 remanescentes (R$ 15.824 na Controladora), R$ 180.002 (R$ 4.422 na Controladora) já foram recebidos até 31 de dezembro de 2023, e o restante R$ 22.758 (R$ 11.402 na Controladora) está registrado na rubrica de outros ativos (vide também nota 26) e deverá ser liquidado em até 18 meses em parcelas fixas. Como parte dessa transação a Companhia reconheceu ainda um ganho, líquida dos efeitos tributários, de R$ 7.654 (perda de R$ 5.525 na Controladora), vide Nota 19. Adicionalmente, a Companhia pagou imposto de renda e contribuição social sobre essa operação no valor de R$ 2.325 e o montante de R$ 8.634 será liquidado ao longo de 2024. Ainda, em 2023 foi revertido o imposto de renda diferido passivo no montante de R$ 95.075 (R$ 15.471 na Controladora), vide Nota 11. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em 27 de fevereiro de 2024. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras individuais da controladora são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da Companhia de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 2023 foram efetuadas algumas aberturas de valores correspondentes a 2022 na Demonstração financeira do fluxo de caixa (DFC) para melhor apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e comparabilidade com os saldos de 2023. 2.1.1. Uso de estimativas: Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, provisão para perda esperada para risco de crédito, valor justo das propriedades para investimento e a outras similares. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. 2.1.2. Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido da Controladora encontra-se negativo em R$443.926 (R$ 467.100 em 31 de dezembro de 2022) e no Consolidado em R$413.511 (R$ 488.687 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. A gestão do capital circulante leva em conta os números consolidados uma vez que a Companhia conta com mecanismos para movimentar recursos entre as entidades de forma eficiente, sem prejudicar o atendimento dos compromissos de cada uma das entidades que compõem as demonstrações financeiras consolidadas. Por essa razão, qualquer análise que tenha por base o capital circulante da Controladora não refletirá a real liquidez da Companhia. Cumpre destacar que o capital circulante se encontra negativo exclusivamente por ocasião dos dividendos propostos no montante de R$509.835 (R$ 525.265 em 31 de dezembro de 2022), onde R$ 64.835 refere-se aos dividendos mínimos a pagar entre 2019 e 2023 e R$ 445.000 referem-se aos dividendos propostos oriundos das reservas de lucros a realizar e com expectativa de liquidação no curto prazo, vinculados à alguma transação envolvendo participação na Companhia. As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração concluiu que os dividendos propostos devem ser desconsiderados para fins da análise do capital circulante líquido, uma vez que por mais que seja uma obrigação, caso a Companhia não tenha recursos suficientes para liquidação dos mesmos, a Administração da Companhia convocará os acionistas para uma nova deliberação sobre os dividendos. Considerando esta premissa, a Administração da Companhia concluiu que o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenant") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, demonstram que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. 2.1.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora e todas as suas controladas. 2.1.4. Transações e saldos em moeda estrangeira: Quando necessário, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A variação cambial resultante da conversão é registrada na demonstração do resultado. 2.1.5. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as controladas apresentadas no quadro abaixo:

Descrição	Abreviatura	Participação (%) 2023	Participação (%) 2022
Controladas diretas:			
SNB Participações S.A.	SPE NK	**99,99%**	99,99%
Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda.	SPE BS	**99,99%**	99,99%
GC Participações S.A.	SPE CS	**99,99%**	99,99%
Joinville Shopping Participações S.A.	SPE GS	**99,99%**	99,99%
Blumenau Norte Shop. Participações S.A.	SPE NR	**99,99%**	99,99%
Nações Shopping Participações S.A.	SPE NS	**99,99%**	99,99%
Almeida Junior Gestão Shop. Centers Ltda.	AJ Gestão	**99,99%**	99,99%
Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda.	CSC	**99,99%**	99,99%
Shopping Park Ltda.	Park	**99,83%**	99,83%
Controladas indiretas:			
SCP Estacionamento Continente Shopping	SCP CS	**86,35%**	86,35%
SCP Estacionamento Norte Shopping	SCP NR	**89,60%**	88,45%
SCP Estacionamento Nações Shopping	SCP NS	**85,00%**	85,00%
SCP Estacionamento Joinville Shopping	SCP GS	**85,00%**	85,00%

Controladora do Grupo: A Companhia é diretamente controlada pelo acionista Jaimes Bento de Almeida Junior. Apresentamos a seguir, um resumo das principais atividades das empresas controladas da Companhia: *Controladas diretas e indiretas:* *SNB Participações S.A.:* empresa com sede na cidade de Blumenau - SC, foi constituída em 25 de novembro de 1993 com o propósito específico de captar recursos por meio da emissão de debêntures que seriam conversíveis em frações ideais do imóvel objeto da matrícula 22.139 do 01º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau ("Imóvel"), no qual foi edificado o prédio I do Shopping Neumarkt Blumenau. Em 1.1.1994, teve seu capital social majorado de CR$ 1.000.000,00 para CR$ 2.901.487.660,00, o qual foi integralmente subscrito e integralizado por NBS Shopping Centers Ltda. ("NBS"), por meio do aporte de 19,90% das frações ideais do Imóvel, nos termos da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1.1.1994, registrada perante a JUCESC em 31.1.1994 e registrada na matrícula do Imóvel sob R.15/22.139. O aumento de capital social tinha por objetivo capitalizar a SNB com ativos (no caso os 19,90% do Imóvel) para permitir a emissão de debêntures conversíveis em fração ideal do Imóvel. Em 28.2.1994, a SNB realizou a emissão pública de 1.990 debêntures permutáveis em frações ideais de 19,90% do Imóvel; *Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda.:* A sociedade foi constituída com o propósito de participar no Balneário Shopping, situado na Cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; *GC Participações S.A.*: A sociedade foi constituída com o propósito de participar no Continente Shopping, situado na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; *Joinville Shopping Participações S.A.:* A sociedade tem como objeto social a concepção, desenvolvimento, viabilização, implantação e a participação, direta ou indireta, no empreendimento Garten Shopping, situado na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina; *Blumenau Norte Shopping Participações S.A.:* A sociedade tem como objeto social a concepção, desenvolvimento, viabilização, implantação e a participação, direta ou indireta, no empreendimento Norte Shopping, situado na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina; *Nações Shopping Participações S.A.:* A sociedade foi constituída com o propósito de participar no Nações Shopping, situado na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, e de atuar na sua exploração comercial; *Almeida Junior Gestão Shopping Centers Ltda.:* A sociedade tem por objetivo social (i) locação de quiosques, vitrinas e serviços de merchandising para shopping centers; (ii) intermediação para locação de espaços em lojas de shopping centers; (iii) serviços de assessoria para shopping centers; (iv) assessoria e consultoria empresarial; (v) participação em empreendimentos comerciais, e (vi) atividades anexas e correlatas ao objeto social; *Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda.:* A sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços operacionais no setor de shopping centers; *Shopping Park Ltda., SCP Estacionamento Continente Shopping, SCP Estacionamento Norte Shopping, SCP Estacionamento Nações Shopping e SCP: Estacionamento Joinville Shopping:* atuam na gestão e exploração econômica dos estacionamentos e na prestação de serviços correlatos, respectivamente, dos seguintes shopping centers: Shopping Neumarkt Blumenau e Balneário Shopping, Continente Shopping, Norte Shopping, Nações Shopping e Garten Shopping. Os estacionamentos descritos como SCP, foram constituídos por meio de uma estrutura denominada "Sociedade em Conta de Participação". Em razão das empresas da Almeida Junior serem as sócias ostensivas, as operações dos estacionamentos são consolidadas pela Companhia, e posteriormente é apurado o resultado atribuível à participação dos não controladores; *Participação em shopping centers:* A Almeida Junior detém participação direta ou indireta em empreendimentos imobiliários do tipo Shopping Center, todos localizados no Estado de Santa Catarina. A seguir a relação dos shoppings em operação:

Empreendimento	Localização	Início da operação	Participação direta/indireta da Companhia em 2023	Participação direta/indireta da Companhia em 2022
Neumarkt Shopping	Blumenau/SC	set/93	93,80%	100,00%
Balneário Shopping	Balneário Camboriú/SC	out/07	79,10%	80,00%
Garten Shopping	Joinville/SC	abr/10	81,65%	85,00%
Norte Shopping	Blumenau/SC	mai/11	72,48%	86,50%
Continente Shopping	Grande Florianópolis/SC	out/12	67,15%	85,00%
Nações Shopping	Criciúma/SC	abr/16	67,25%	85,00%

Em 30 de novembro de 2023 e 01 de dezembro de 2023 ocorreu a venda de participação acionária para o Fundo de Investimentos AJ Malls, conforme descrito nas Notas Explicativas 1.b e 19. Os shoppings foram constituídos por meio de uma estrutura denominada Condomínio "Pro Indiviso" ou "Consórcio". Dessa forma, os condôminos não possuem a posse de determinado percentual de participação no empreendimento, mas sim uma participação sobre toda propriedade, a qual é indivisível. As operações dos shoppings são registradas pela Companhia em seus livros contábeis na proporção da sua participação no empreendimento. A Companhia detém a representação legal, a administração e a exploração comercial e de estacionamento de todos os shoppings centers acima citados. A Companhia não possui investimentos em Coligadas ou *Joint Venture*, sendo todos os seus investimentos compostos por controladas com participações diretas/indiretas. **3. Sumário das práticas contábeis: 3.1. Reconhecimento de receitas:** As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia faz o reconhecimento das receitas de forma proporcional a sua participação. A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de aluguel e cessão de direitos de uso pelo método linear durante o período de arrendamento, incluída na receita na demonstração de resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de posse do ativo. Os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas de aluguéis: O valor mínimo do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, são reconhecidos na proporção da participação da Companhia em cada empreendimento, em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independente da forma de recebimento. Também são consideradas as receitas decorrentes da locação de quiosques e espaços no *mall*, vitrinas, espaços de mídia e de *merchandising*. Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. Receita de cessão de direitos de uso: Os valores de cessão de direitos de uso (luvas) são reconhecidos em bases lineares, durante o prazo do contrato de aluguel e das lojas a que se referem, a partir do início da locação, independente da forma de recebimento. Receita com estacionamento: Refere-se à receita decorrente da participação e exploração dos estacionamentos dos shopping centers, com cobrança de clientes pela permanência de seus veículos no estacionamento. Estas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. Receita com prestação de serviços: Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de administração de shopping centers, prestação de serviços de assessoria de negócios imobiliários em geral, de corretagem e assessoria de natureza promocional e publicitária, para locação e/ou comercialização de espaços de uso comercial ("merchandising") e gestão e exploração dos estacionamentos. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas de acordo com o regime de competência. **3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, despesas bancárias e outras transações financeiras. Tais eventos estão reconhecidos na rubrica de resultados financeiros, na demonstração do resultado. **3.3. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social das controladas, Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda., GC Participações S.A., Norte Participações S.A., Shopping Park Ltda., SCP Continente, SCP Norte, SCP Nações e SCP Joinville são calculados com base no lucro presumido. Para as demais controladas, o imposto de renda e contribuição social é calculado com base no lucro real anual. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A Contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Ambos os impostos foram devidamente reconhecidos pelo regime de competência. Impostos diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e suas controladas registram valor de ativo diferido e do *Impairment* no valor integral (seja por diferença temporária ou por prejuízo fiscal) por não haver histórico tributável. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para a diferença tributária temporária, relacionada a reavaliação de ativos e valor justo dos empreendimentos. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade tributária. Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: • Programa de Integração Social - PIS: de 0,65% (cumulativo) ou 1,65% (não cumulativo); • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3% (cumulativo) e 7,60% (não cumulativo); • Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 2,5% a 5%. **3.4. Instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros: Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, aplicações financeiras, contas a receber, contas a receber de partes relacionadas e outros ativos. A classificação desses instrumentos está descrita na Nota Explicativa nº 23. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 216C-F706-4556-612D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 216C-F706-4556-612D.

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A.

seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) *Mensurado ao valor justo por meio de resultado:* São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e condições contratuais. (ii) *Mensurado pelo custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São classificados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado e excluído do resultado do exercício quando: (a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem ou; b) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro. Neste caso a Companhia ainda observa se transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferiu o controle sobre o ativo. b) Passivos financeiros: Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem Fornecedores, debêntures e empréstimos, obrigações com pagamentos de arrendamentos e outras contas a pagar. A classificação desses instrumentos está descrita na Nota Explicativa nº 23. Os passivos financeiros da Companhia são classificados no reconhecimento inicial, como fornecedores, debêntures e empréstimos ou outras contas a pagar. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de debêntures e empréstimos e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, debêntures e empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. *Instrumentos financeiros - apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3.6. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir receita de aluguel, para valorização de capital, ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. A Companhia e suas controladas registram as operações de shopping centers, como propriedades para investimento, dado que estes empreendimentos comerciais são mantidos para fins de arrendamento operacional. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, sendo que os ganhos e perdas resultantes das alterações no valor justo das propriedades para investimento, são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados a esses dispêndios futuros. O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante modelo de avaliação de fluxo de caixa descontado, aplicado às taxas praticadas pelo mercado, que considera premissas de mercado e histórico de rentabilidade de cada propriedade. Trimestralmente, a Companhia monitora os eventos que indiquem que as estimativas de valor justo devam ser revistas, tais como, inauguração de projetos *greenfields*, expansões dos empreendimentos ou variações significativas nas performances dos shoppings em comparação aos orçamentos, modificações no cenário macroeconômico, entre outros. Se não for identificado tais eventos, anualmente, a Companhia reavalia com empresa especializada e independente, suas propriedades para investimentos para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do balanço, reconhecendo as eventuais variações de ganhos e perdas no resultado de cada exercício. **3.7. Investimentos em controladas:** Os investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia detém controle. Deter controle é o poder de tomada de decisões sobre políticas operacionais da investida, entre outros. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Controlada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A participação nos resultados das controladas está destacada como resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado, representando a parcela do lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e as políticas contábeis são consistentes com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável e reconhece o montante na demonstração do resultado. **3.8. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são apresentados ao custo de aquisição. Formação ou construção, líquidos das respectivas depreciações acumuladas e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando os gastos incorridos com reparos e manutenções relevantes, os custos são reconhecidos no valor contábil do imobilizado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis, os valores mensurados confiáveis e os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais gastos de reparos e manutenção são registrados diretamente no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios e instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **3.9. Custo dos empréstimos:** Custos de juros, encargos financeiros e outros custos referente aos empréstimos e financiamentos obtidos e diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, até o momento da entrada em operação dos bens. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. **3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos, exceto os já registrados. **3.11. Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sem risco significativo de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas em equivalente de caixa, são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. **3.12. Caixa restrito:** O caixa restrito consistia em valores retidos mensurados a valor justo por meio do resultado, utilizados como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos, que seriam utilizados na liquidação de parcelas de empréstimo. **3.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão sobre riscos prováveis é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda esperada para risco de crédito), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, com os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.15. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. A compra de ações do capital pela própria Companhia (ações em tesouraria), são registradas pelo valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), e como redutora do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações forem, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **3.16. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar à destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício ou período financeiro, são discutidas a seguir. *Julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas: *Provisão para perda esperada para risco de crédito:* A Administração efetua provisão com base nas perdas históricas e análise individual por cliente, em especial para avaliar se há garantias que mitiguem o risco de perda. Essa análise leva em consideração, entre outros, o histórico de recebimento do cliente, sua atual situação financeira, garantias prestadas, entre outros. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia está divulgada na Nota Explicativa nº 6. *Valor justo das propriedades para investimento:* A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, conforme requerido pelo IAS 40 / CPC 28, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas nas demonstrações do resultado. A Companhia utilizou especialistas externos para determinar o valor justo dos empreendimentos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O especialista utilizou a técnica de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado, devido à falta de dados comparáveis de mercado e a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo. As principais premissas adotadas para determinar o valor justo das propriedades para investimento são detalhadas na Nota 8. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é determinado como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para baixar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos:* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e previdenciários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na data dos balanços encontram-se registradas provisões para os assuntos identificados pela Companhia como risco de perda. Não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Não foi constituído ativo diferido de impostos de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas por não haver histórico recente de lucro tributável. *Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas):* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5. Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e aplicações financeiras: 5.1. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Numerário disponível	–	–	10	10
Conta corrente bancária	4	5	334	333
Investimentos de curto prazo	702	1.262	1.780	4.710
	706	1.267	2.124	5.053

Os investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, referem-se a papéis lastreados em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com Instituições consideradas pela administração como de 1ª linha, cujos rendimentos estão atrelados à taxa DI com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos até a data de encerramento do balanço, conforme demonstrado abaixo:

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
Instituição financeira	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco Santander	100,50%	101,50%	702	39	1.780	923
Banco Itaú	–	109,61%	–	1.223	–	3.787
			702	1.262	1.780	4.710

5.2. Caixa restrito: O Caixa restrito da Companhia está vinculado às operações financeiras de debêntures emitidas pela controladora e sua controlada Joinville Shopping Participações S.A., conforme demonstrado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
Instituição financeira	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Kinea	Nota Explicativa 9 (f)	–	3.413	–	3.413
Kinea	Nota Explicativa 9 (b)	169	5.384	169	5.384
Credit Suisse	Nota Explicativa 9 (g)	–	–	–	4.701
		169	8.797	169	13.498

5.3. Aplicações financeiras

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
Instituição financeira	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
BTG Pactual (b)	102,75%	132,79%	1.007	18.709	1.007	18.709
XP Investimento (a)	–	93,55%	–	17.830	–	17.830
Itaú CDB (c)	99,00%		48.423	–	48.423	–
Itaú LF (d)	103,50%		12.212	–	12.212	–
Itaú Fundos (e)	75,00%	–	–	–	52.766	–
			61.642	36.539	114.408	36.539

(a) Refere-se à recursos aplicados em Fundo Privado (não exclusivo), formado por investimentos pulverizados em fundos de ações, fundos multimercado e papéis de renda fixa. A remuneração média apresentada refere-se ao rendimento obtido pela Companhia ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tendo como referência o CDI. Este fundo não possui vencimento nem limitação de movimentação. (b) Refere-se a recursos aplicados em Fundo Privado (não exclusivo), formado por investimentos em operações nos mercados de juros, câmbio, ações, commodities e dívida, utilizando-se dos instrumentos disponíveis tanto nos mercados à vista quanto nos mercados de derivativos. O Fundo poderá se utilizar, entre outros, de mecanismos de hedge, operações de arbitragem e alavancagem. O Fundo é organizado sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e cujo exercício social terminará no último dia útil do mês de janeiro de cada ano. (c) Aplicação de renda fixa, de emissão do Banco Itaú Unibanco, com remuneração em percentual da variação diária do CDI. É um investimento pós-fixado que acompanha os juros de mercado. (d) Letra Financeira: Título de renda fixa de médio ou longo prazo, cuja emissão é exclusiva de bancos e outras instituições financeiras. Possível de negociação no mercado secundário, após 30 dias de aquisição do papel. Risco de crédito do emissor (Banco Itaú Unibanco) e sem garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Podendo ser pós-fixada, pré-fixada ou indexada a índice de preços (IPCA). (e) Refere-se a recursos aplicados em Fundo Privado (não exclusivo), formado por investimentos em operações nos mercados de juros, câmbio, ações, commodities e dívida, utilizando-se dos instrumentos disponíveis tanto nos mercados à vista quanto nos mercados de derivativos. O Fundo poderá se utilizar, entre outros, de mecanismos de hedge, operações de arbitragem e alavancagem. O Fundo é organizado sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e cujo exercício social terminará no último dia útil do mês de janeiro de cada ano.

6. Contas a receber: Composição das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aluguéis e taxas de cessão de direito/adesão (a)	13.885	13.662	72.755	69.205
Outros (b)	445	70	5.710	4.292
	14.330	13.732	78.465	73.497
Provisão para perda esperada para risco de crédito	(5.100)	(4.273)	(28.625)	(26.601)
	9.230	9.459	49.840	46.896
Circulante	7.814	8.186	40.405	39.456
Não circulante	1.416	1.273	9.435	7.440

(a) Representa as contas a receber de lojistas de aluguel mínimo (valor mensal fixo conforme contratos), ajustado pela linearização dos degraus dos contratos, em razão dos contratos de aluguéis com os locatários das lojas dos shoppings (arrendatários) que possuem, via de regra, prazo de vigência de cinco anos, mas excepcionalmente, podendo existir contratos com prazos de vigências e condições diferenciadas. Nesta rubrica, também são considerados as contas a receber de aluguel percentual (calculado sobre as receitas auferidas pelos lojistas), mall e mídia. Durante o período de pandemia, a Almeida Junior estabeleceu parcerias maduras e amplas com os nossos lojistas, e diante aos impactos do Covid-19, a Companhia julgou necessário apoiar financeiramente os lojistas adimplentes com a concessão de descontos e abonos pontuais de curto prazo, de acordo com o perfil do empreendimento e a área de atuação de cada lojista. Tais descontos e abonos não serão compensados em parcelas remanescentes dos contratos de arrendamento. Dessa forma, esta condição foi tratada como uma monetização do fluxo do contrato de arrendamento e, portanto, a Companhia passou a linearizar tais descontos e abonos pelo prazo remanescente de cada contrato, conforme previsto pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. Corresponde também a parcela dos créditos a receber dos locatários referente à cessão de direitos de uso sobre a exploração do empreendimento, ajustado pela linearização, em razão dos contratos de cessão de direitos de uso com os locatários das lojas dos shoppings (arrendatários) que possuem, via de regra, prazo de vigência de cinco anos, mas excepcionalmente, podendo existir contratos com prazos de vigências e condições diferenciadas. (b) Refere-se em sua maioria as receitas decorrentes da exploração dos estacionamentos, dos empreendimentos e da prestação de serviços de administração dos shoppings.

Contas a receber por idade de vencimento	Controladora		Consolidado	
Saldos vincendos	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Até 30 dias	6.236	6.150	26.732	31.850
De 31 a 60 dias	259	241	863	774
De 61 a 180 dias	714	601	3.006	2.269
De 181 a 360 dias	484	617	2.031	2.188
Acima de 360 dias	1.416	1.273	9.435	7.440
Vencidos:				
Até 30 dias	344	214	2.601	1.134
De 31 a 60 dias	191	163	1.623	875
De 61 a 180 dias	471	629	3.956	3.559
De 181 a 360 dias	445	511	3.148	3.384
Acima de 360 dias (*)	3.770	3.333	25.070	20.024
Total	14.330	13.732	78.465	73.497

(*) A Companhia tem como política a eliminação de saldos de contas a receber relacionados aos títulos vencidos a mais de cinco anos, porém, a baixa efetiva dos títulos ocorre apenas no momento em que se esgotam as condições de ressarcimento dos valores através dos trâmites administrativos e judiciais.

a) Movimentação das contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	13.732	14.818	73.497	74.395
Faturamento	51.124	45.790	290.445	258.683
Recebimento	(49.097)	(44.009)	(275.941)	(245.031)
Perdas	(189)	(533)	(2.254)	(3.183)
Abonos financeiros	–	(896)	–	(4.520)
Descontos e cancelamentos	(1.116)	(923)	(4.724)	(4.695)
Eliminação de saldos vencidos > 5 anos	(124)	(515)	(2.558)	(2.152)
Saldo final	14.330	13.732	78.465	73.497

b) Movimentação da provisão para perda esperada para risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(4.273)	(4.702)	(26.601)	(28.454)
Constituição líquida	(951)	(86)	(4.582)	(299)
Baixa de saldos vencidos > 5 anos	124	515	2.558	2.152
Saldo final	(5.100)	(4.273)	(28.625)	(26.601)

A Administração efetua provisão com base nas perdas históricas e análise individual por cliente, em especial para avaliar se há garantias que mitiguem o risco de perda. Essa análise leva em consideração, entre outros, o histórico de recebimento do cliente, sua atual situação financeira, garantias prestadas, entre outros. Assim, é política da Companhia a constituição de 100% de provisão para títulos de contas a receber de lojistas inativos e lojistas ativos vencidos a mais de 360 dias, e percentuais de 30% do valor base dos títulos de locatários ativos vencidos entre 181 e 360 dias e 20% do valor base dos títulos de locatários ativos vencidos entre 61 e 180 dias. A partir de 1º de janeiro de 2018, em atenção ao CPC 48 (IFRS 9), a Companhia passou a utilizar uma abordagem simplificada e constituir de forma prospectiva um complemento de provisão e em 31 de dezembro de 2023 considerou as perdas esperadas em 1,2% (1,2% em 31 de dezembro de 2022), tomando como base os títulos a vencer e vencidos entre o período de 01 a 60 dias. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas. **7. Investimentos:** Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

	Controladora	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda. ("SPE BS")	985.958	897.393
GC Participações S.A. ("SPE CS")	350.007	387.895
Nações Shopping Participações S.A. ("SPE NS")	240.858	257.786
Blumenau Norte Shopping Participações S.A. ("SPE NR")	260.570	292.007
Joinville Shopping Participações S.A. ("SPE GS")	319.463	279.718
Shopping Park Ltda. ("PARK")	1.309	561
Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda. ("CSC")	253	232
Almeida Junior Gestão Shopping Centers Ltda. ("AJ Gestão")	63	58
	2.158.481	2.115.650

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
SNB Participações S.A. ("SNB")	1.892	817
	1.892	817

Movimentação do investimento	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	2.115.650	2.024.615
Outras movimentações	54	44
Provisão para perda de investimento*	1.075	656
Adiantamentos para futuros aumentos de capital/integralização de capital	41.334	14.229
Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda. ("SPE BS")	–	142
GC Participações S.A. ("SPE CS")	19.317	8.801
Joinville Shopping Participações S.A. ("SPE GS")	16.313	4.030
Blumenau Norte Shopping Participações S.A. ("SPE NR")	2.480	743
Nações Shopping Participações S.A. ("SPE NS")	3.224	513
Dividendos recebidos	(216.690)	(78.116)
Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda. ("SPE BS") **	(52.521)	(48.615)
Shopping Park Ltda. ("PARK")	(24.805)	(22.811)
GC Participações S.A. ("SPE CS")	(80.050)	(120)
Joinville Shopping Participações S.A. ("SPE GS")	(22.179)	(2.546)
Blumenau Norte Shopping Participações S.A. ("SPE NR")	(32.620)	(2.349)
Nações Shopping Participações S.A. ("SPE NS")	(4.515)	(1.675)
Equivalência patrimonial	217.058	154.222
Saldo ao final do exercício	2.158.481	2.115.650

* O valor de provisão para perda de investimento refere-se a controlada SNB Participações S.A. e está registrado no passivo não circulante. ** Do montante de R$ 52.521 de dividendos distribuídos pela Controladora Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda., R$ 6.243 não teve efeito caixa, sendo destinado diretamente para pré-pagamento da debênture da Controladora. Os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 das empresas que a Controladora possui participação direta estão demonstrados abaixo:

	Ativo Total		Passivo Total		Patrimônio Líquido		Lucro líquido / prejuízo		Equivalência Patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Balneário Camboriú Shopping Part. Ltda. ("SPE BS")	1.398.591	1.267.800	412.576	370.354	986.015	897.446	141.090	74.529	141.077	74.522
GC Participações S.A. ("SPE CS")	687.566	817.718	337.524	429.784	350.042	387.934	22.841	14.552	22.840	14.551
Nações Shopping Participações S.A. ("SPE NS")	377.424	421.779	136.543	163.973	240.881	257.806	(15.634)	(28.383)	(15.631)	(28.380)
Blumenau Norte Shop. Part. S.A. ("SPE NR")	434.389	505.954	173.793	213.917	260.596	292.037	(1.301)	30.206	(1.300)	30.203
Joinville Shopping Participações S.A. ("SPE GS")	713.105	664.098	393.611	384.353	319.494	279.745	45.615	41.635	45.610	41.631
Shopping Park Ltda ("PARK")	4.840	3.846	3.529	3.285	1.311	561	25.555	22.379	25.512	22.342
SNB Participações S.A. ("SPE NK")	6.779	8.186	8.671	9.003	(1.892)	(817)	(1.075)	(656)	(1.076)	(656)
Central de Serviços Compart. AJ Ltda. ("CSC")	1.499	1.067	1.246	835	253	232	21	10	21	10
AJ Gestão Shop. Centers Ltda. ("AJ Gestão")	63	58	–	–	63	58	5	(1)	5	(1)
	3.624.256	3.690.506	1.467.493	1.575.504	2.156.763	2.115.002	217.117	154.271	217.058	154.222

8. Propriedades para investimento: A avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada com base no método da Renda através do fluxo de Caixa de Receitas e Despesas Projetadas para a determinação do valor de mercado dos empreendimentos, suportado por taxas e evidências de mercado. O valor justo está suportado por laudo de avaliação elaborado pela Jones Lang Lassale (JLL), empresa multinacional independente e especialista em avaliações a valor justo de ativos imobiliários. O valor justo não foi determinado com base no método de avaliação de capitalização de renda (fluxo de caixa descontado) - Hierarquia do Valor Justo - Nível III. As principais premissas utilizadas para avaliação do valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado, adotando o modelo nominal de projeções, das propriedades para investimento foram:

	Principais premissas da avaliação do valor justo	
	2024	2023
Período de fluxo de caixa	10 anos	10 anos
Taxa de capitalização	De 6,50% a 7,25%	De 6,50% a 7,25%
Taxa de ocupação	93,9%	95,1%
CAPEX - manutenção/receita bruta	1% do resultado operacional dos shoppings	1% do resultado operacional dos shoppings
Taxa de desconto real	De 7,00% a 8,25%	De 7,00% a 8,25%
Projeções inflacionárias	3,50%	3,50%

Na data dos balanços o valor justo das propriedades para investimento é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo de construção da propriedade para investimento	234.755	249.084	1.052.606	1.151.215
Ajuste do valor justo da propriedade para investimento	533.724	572.296	3.202.748	3.288.907
Propriedade para investimento ao valor justo	768.479	821.380	4.255.354	4.440.122

A seguir está demonstrada a movimentação dos saldos das propriedades para investimento, considerando o percentual de participação da Companhia sobre cada propriedade:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	821.380	734.674	4.440.122	4.226.529
Gastos operacionais diretos *	1.757	358	5.718	8.046
Venda de participações (Nota 1b e 19) **	(51.573)	–	(370.472)	–
Ganho/(perda) de valor justo	(3.085)	86.348	179.986	205.547
Saldo final	768.479	821.380	4.255.354	4.440.122

* Os valores constantes na linha de gastos operacionais diretos referem-se a investimentos realizados nas propriedades para investimentos, bem como, *allowances* realizados que geram rendas e fluxos de caixa para o empreendimento. ** Com a operação de venda de participações em imóveis, os valores de R$ 73.948 no Consolidado e R$ 225 na Controladora não tiveram efeito caixa, sendo o montante destinado para pré-pagamento de debêntures. Não há restrições sobre a capacidade de realização das propriedades para investimento da Companhia e de suas controladas. Desta forma, a Companhia pode comprar, construir, realizar melhorias ou desenvolver propriedades para investimento. De acordo com o método do fluxo de caixa descontado, o valor justo é estimado utilizando as premissas referentes aos benefícios e passivos da titularidade em relação à vida dos ativos, incluindo valor de saída ou final. A metodologia e modelagem utilizada para determinação do valor justo envolveu julgamentos significativos e são baseadas em premissas adotadas pelos avaliadores externos contratados que suportaram a Companhia. Esse método envolve a projeção de uma série de fluxo de caixa sobre participação em bens imóveis. Para essa série de fluxo de caixa descontado é aplicada uma taxa de desconto derivada do mercado para constituir o valor presente do fluxo de receita associado com o ativo. A taxa final é normalmente apurada separadamente e difere da taxa de desconto. A duração do fluxo de caixa e a época específica de fluxo de entrada e saída são determinadas por eventos tais como revisões de aluguel, renovação de arrendamento e correspondente relocação, readequação ou reforma. A adequada duração é geralmente determinada pelo comportamento de mercado e característico da classe de imóveis. O fluxo de caixa do exercício é geralmente estimado como lucro bruto menos custos de vacância, despesas não recuperáveis, perdas no recebimento, incentivos de arrendamento, custo de manutenção, custos de agenciamento e comissão e outras despesas operacionais e administrativas. A série de lucro operacional líquido periódico, juntamente com uma estimativa do valor final previsto ao final do período de projeção, é então descontada. Aumentos (reduções) significativos no valor de aluguel estimado e crescimento de aluguel por ano isoladamente resultaria em valor justo significativamente mais alto (mais baixo) das propriedades. Aumentos (reduções) significativos em taxa de vacância de longo prazo e taxa de desconto (e taxa final) isoladamente resultariam em valor justo mais baixo (mais alto). Geralmente, uma mudança na premissa feita para o valor de aluguel estimado traz consigo: i) uma mudança semelhante no crescimento do aluguel por ano e na taxa de desconto (e taxa final); e ii) mudança oposta na taxa de vacância de longo prazo. Abaixo demonstramos uma análise de sensibilidade dos valores dos ativos e os respectivos ajustes no resultado da Companhia caso houvesse alterações nas taxas de descontos e cap rate utilizadas para o cálculo do valor justo. Apresentamos as variações relativo a cenários esperado, possíveis e remotos.

	Efeito no incremento da taxa de desconto e cap rate			Efeito na redução da taxa de desconto e cap rate		
Cenários de Sensibilidade	Taxa de desconto real	Valor do Ativo	Variação no Resultado	Taxa de desconto real	Valor do Ativo	Variação no Resultado
Cenário esperado	7,00% a 8,25%	4.255.354	–	7,00% a 8,25%	4.255.354	–
Possível (**Δ**% ≈ 25%)	8,75% a 10,31%	3.745.049	(510.305)	5,25% a 6,19%	4.849.599	594.245
Remoto (**Δ**% ≈ 50%)	10,5% a 12,38%	3.229.748	(1.025.606)	3,50% a 4,13%	5.439.572	1.184.218

9. Debêntures: O saldo de debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

					Controladora		Consolidado	
Financiadores / Credores	Taxa efetiva	Início	Vencimento	Garantias	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Debêntures								
Debêntures | SNB	IGP-M	1994	Perpétuas	(a)	–	–	6.775	6.999
Debêntures | Kinea - Série IPCA	6,50% a.a. + IPCA	2019	2034	(b)	267.054	258.599	267.054	258.599
Debêntures | Kinea - Série DI	1,50% a.a. + CDI	2019	2029	(b)	206.837	208.824	206.837	208.824
Debêntures | XP - Norte	1,25% a.a. + CDI	2019	2029	(c)	–	–	59.810	81.415
Debêntures | XP - Continente	1,25% a.a. + CDI	2019	2029	(d)	–	–	152.857	214.950
Debêntures | XP - Nações	1,50% a.a. + CDI	2020	2030	(e)	–	–	60.927	80.564
Debêntures | CS - Joinville - IPCA	7,50% a.a. . + IPCA	2020	2032	(f)	–	–	107.139	106.459
Debêntures | CS - Joinville - DI	3,75% a.a. + DI	2020	2032	(f)	–	–	93.174	97.093
Debêntures | BTG	2,90% a.a. + CDI	2021	2033	(g)	175.833	194.323	175.833	194.323
					649.724	661.746	1.130.406	1.249.226
Custo de transação a amortizar								
Custo de transação a amortizar					(6.728)	(7.669)	(16.857)	(15.466)
					(6.728)	(7.669)	(16.857)	(15.466)
Total					642.996	654.077	1.113.549	1.233.760
Circulante					7.096	15.948	36.578	57.807
Não circulante					635.900	638.129	1.076.971	1.175.953

Os custos de transação são capitalizados sobre custos da dívida, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 20. Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, foram amortizados no consolidado R$ 2.248 de custos de transação (R$ 2.024 em 31 de dezembro de 2022) e R$ 941 (R$ 942 em 31 de dezembro de 2022) na controladora, encerrando o referido exercício com R$ 16.857 de custos de transação a amortizar (R$ 15.466 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado e, R$ 6.728 (R$ 7.669 em 31 de dezembro de 2022) na controladora. Em junho de 2023 ocorreu incremento de custo a amortizar da controlada Joinville Shopping Participações no montante de R$ 3.639. A movimentação das debêntures é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	654.077	637.683	1.233.760	1.234.948
Juros e atualizações monetárias	86.934	83.862	163.894	163.420
Amortização do principal *	(26.291)	–	(142.030)	(25.971)
Amortização dos juros	(71.724)	(67.468)	(142.075)	(138.637)
Saldo final	642.996	654.077	1.113.549	1.233.760

* As amortizações extraordinárias do principal, nos montantes de R$ 96.706 no Consolidado (R$ 17.870 na Controladora), sem impacto no caixa, em função da transação de venda de participações (vide Notas 1b e 26). As características das debêntures da Companhia e das controladas estão detalhadas abaixo: a) Debêntures perpétuas, sem data de vencimento: Em 28.2.1994, a SNB realizou a emissão pública de 1.990 debêntures permutáveis em frações ideais de 19,90% do Imóvel. Nos termos da escritura pública de emissão de debêntures, os recursos da emissão tiveram como objeto: (i) a participação no imóvel objeto da matrícula nº 22.139 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau, Santa Catarina., e; (ii) até o montante de 11% (onze por cento) dos recursos captados com a colocação das debêntures, foram aplicados na liquidação parcial de débito junto ao antigo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), mediante a liberação de fração hipotecada do mesmo imóvel. Entre os anos de 2008 e 2015, a Companhia (Almeida Junior) adquiriu 1.864 das 1.990 debêntures emitidas e fez a permuta com a SNB de 18,64% do Imóvel, de modo que hoje a SNB detém a propriedade de apenas 1,26% das frações ideais do Imóvel, que são representativas de 126 debentures ainda não permutadas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com referidas obrigações, descritas na escritura de emissão. b) Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, da 2ª (segunda) emissão da Almeida Junior Shopping Centers S.A. para colocação privada. Em 17 de agosto de 2020 foi lavrada a ata da assembleia extraordinária dos titulares destes certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que deliberaram a manutenção dos *Covenants* financeiros previstos nos documentos da securitização. O *Covenant* financeiro deste contrato, prevê a manutenção de dívida líquida máxima equivalente a R$ 1.250.000, em conjunto com a inclusão de um *covenants* de dívida líquida/Ebitda em nível ainda a ser definido e posteriormente ratificado em assembleia geral extraordinária. Além deste *covenant* financeiro, outro indicador a ser avaliado trimestralmente, é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre/ média das PMTs) inferior a 1,10x. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava adimplente com o cumprimento em decorrência do saldo da sua dívida. c) Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Blumenau Norte Shopping Participações S.A. Em 17 de agosto de 2020 foi lavrada a ata da assembleia extraordinária dos titulares destes certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que deliberaram a manutenção dos *covenants* financeiros previstos nos documentos da securitização. Sendo que a única exigência é a manutenção do Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre / média das PMTs) mínimo de 1,10x, a ser avaliado trimestralmente a partir de abril/2022. A Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2023. d) Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 1ª (primeira) emissão da GC Participações S.A. Em 17 de agosto de 2020 foi lavrada a ata da assembleia extraordinária dos titulares destes certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que deliberaram a manutenção dos *covenants* financeiros previstos nos documentos da securitização. Sendo que a única exigência é a manutenção do Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre / média das PMTs) mínimo de 1,10x, a ser avaliado trimestralmente a partir de abril/2022. A Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2023. e) Em 15 de janeiro de 2020, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Nações Shopping Participações S.A. Em 17 de agosto de 2020 foi lavrada a ata da assembleia extraordinária dos titulares destes certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), que deliberaram a manutenção dos *covenants* financeiros previstos nos documentos da securitização. Sendo que a única exigência é a manutenção do Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre / média das PMTs) mínimo de 1,10x, a ser avaliado trimestralmente a partir de abril/2022. A Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2023. f) Em 09 de setembro de 2020 a controlada Joinville Shopping Participações S.A. realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em duas séries, para colocação privada. Sendo o *covenant* financeiro deste contrato, calculado trimestralmente (a partir de dezembro de 2021): sobre os saldos consolidados, índice igual ou inferior a 4,75x resultado do cálculo Dívida Líquida/Ebitda, sem considerar efeitos de *fair value*; ainda que não atinja o índice, caso a dívida seja inferior a R$ 1.225.000, não será caracterizado default. A Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2023. g) Em 30 de setembro de 2021 foram emitidas debêntures simples, não convertidas em ações, pela controladora Almeida Junior Shopping Centers S.A. Esta debênture possui alienação fiduciária de 51% da fração ideal do imóvel, de propriedade da Almeida Junior Shopping Centers S.A., onde está construído o Neumarkt Shopping, em Blumenau, e cessão fiduciária de recebíveis do empreendimento Neumarkt Shopping, também de titularidade da Almeida Junior. Sendo que a única exigência é a manutenção do Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre / média das PMTs) mínimo de 1,10x, a ser avaliado trimestralmente, caso a Dívida Líquida/Ebitda, sem considerar

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 216C-F706-4556-612D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 216C-F706-4556-612D.

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A.

efeitos de *fair value*; ainda que não atinja o índice, caso a dívida seja inferior a R$ 1.250.000, não será caracterizado default. A Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o cronograma de desembolso dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, está programado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
12 meses	**32.528**	10.227	**81.113**	54.845
de 13 a 24 meses	**32.794**	20.413	**89.262**	73.092
de 25 a 36 meses	**36.716**	20.858	**100.944**	75.075
Após 36 meses	**533.862**	586.631	**805.652**	972.941
	635.900	638.129	**1.076.971**	1.175.953

10. Tributos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	**–**	–	**10.286**	4.195
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	**–**	–	**4.461**	1.541
	–	–	**14.747**	5.736
Outros tributos:				
Parcelamento de impostos/recuperação fiscal - REFIS	**14**	36	**1.911**	2.991
PIS/COFINS	**436**	412	**13.088**	1.662
ISS	**37**	22	**430**	364
Outros	**31**	12	**131**	63
	518	482	**15.560**	5.080
	518	482	**30.307**	10.816
Circulante	**518**	469	**29.460**	8.914
Não circulante	**–**	13	**847**	1.902

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Ajuste do valor justo das propriedades para investimento	**533.724**	572.296	**3.202.748**	3.288.907
Reserva de reavaliação	**151.588**	161.606	**272.305**	285.793
Outros	**(33)**	(33)	**845**	845
	685.280	733.869	**3.475.898**	3.575.545
Alíquota do IR/CS diferido	**34%**	34%	**34%**	34%
Passivo fiscal diferido	**232.995**	249.515	**1.181.805**	1.215.685

Os saldos do imposto de renda diferido passivo não circulante representam principalmente o efeito do reconhecimento da reserva de reavaliação e das propriedades para investimento a valor justo. O valor de ativo diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecido em 31 de dezembro de 2023, no consolidado, totaliza R$150.074, e na controladora R$100.937 em 31 de dezembro de 2023. O ativo diferido não foi registrado pela Companhia pois não há histórico recente de lucros tributáveis contra os quais os valores poderiam ser compensados. A Companhia também não registra os tributos diferidos sobre diferenças temporárias ativas, pelos mesmos motivos. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	**249.515**	220.157	**1.215.685**	1.145.800
Tributos reconhecidos sobre ajuste de fair value de propriedades para investimento	**(1.049)**	29.358	**61.196**	69.885
Efeitos da venda de ativos (Nota 1b)	**(15.471)**	–	**(95.075)**	–
Saldo no final do exercício	**232.995**	249.515	**1.181.805**	1.215.685

Alíquota efetiva: A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos	**128.033**	179.787	**147.358**	242.459
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	**(43.531)**	(61.128)	**(50.102)**	(82.436)
Efeito líquido das empresas tributadas pelo lucro presumido	**–**	–	**49.576**	17.196
Tributos diferidos não contabilizados	**(13.749)**	(20.665)	**(5.147)**	(23.253)
Utilização de PF/BN não contabilizados	**–**	–	**5.991**	
Equivalência patrimonial	**73.800**	52.435	**–**	–
Outros	**–**	–	**1.264**	–
Imposto de renda e contribuição social efetivo	**16.520**	(29.358)	**1.581**	(88.493)

12. Informações sobre transações e saldos com partes relacionadas: A Companhia tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades, promoção, administração, comercialização e marketing, sendo todas essas atividades referentes ao mercado de shopping centers. O detalhamento das empresas controladas pela Companhia está descrito na Nota Explicativa nº 2.1.5.

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações provenientes do shopping (a)	**–**	–	**20.038**	15.863
Jaimes Bento de Almeida Junior	**–**	3.770	**–**	3.770
Total do contas a receber com partes relacionadas	**–**	3.770	**20.038**	19.633

	Controladora		Consolidado	
Passivo não circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SNB Participações S.A.	**1.018**	2.144	**–**	–
AJ Realty Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	**–**	–	**2.327**	2.327
Total do contas a pagar com partes relacionadas	**1.018**	2.144	**2.327**	2.327

(a) Refere-se aos recursos emprestados para os condomínios como complemento do fluxo de caixa mensal (quando necessário), ou para iniciativas de marketing efetuadas pelos Fundos de promoção com o objetivo de alavancar as vendas, bem como o fluxo dos shoppings. Esses valores são atualizados mensalmente com base na taxa SELIC e serão liquidados gradualmente, de acordo com o fluxo de caixa previsto de cada shopping e fundo de promoção. Transações entre partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas referem-se a transações com condições específicas pactuadas entre as partes, sendo que os saldos em geral sofrem atualização com o indicador SELIC, sendo reconhecido receitas financeiras em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$2.190. A rubrica de receitas de taxas de administração de 31 de dezembro de 2023 no montante de R$13.008 (R$9.798 em 31 de dezembro de 2022), contempla o faturamento à partes relacionadas, referente à prestação de serviços de administração, aos condomínios comerciais, fundos de promoção e terrenistas não controladores. Por fim, a Companhia entende que as transações entre partes relacionadas possuem características operacionais, assim, em sua Demonstração de Fluxo de Caixa os efeitos são mantidos nas Atividades Operacionais. Garantias: A Companhia e suas controladas prestam garantias referente aos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures descritos na Nota Explicativa nº 9 e que são concedidos para as instituições financeiras, como garantia fiança, alienação fiduciária dos Shoppings ou garantia dos recebíveis futuros oriundos dos contratos de locação das lojas. Também, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5.2, existem saldos de caixa restrito vinculados a certas operações financeiras. A Companhia, seu acionista controlador, as controladas e coligadas, inclusive os condomínios comerciais e fundos de promoção e propaganda dos shopping centers, conforme o caso, realizam transações comerciais e financeiras entre si, no curso normal dos seus negócios, podendo ainda prestar garantias em operações financeiras, de empréstimo e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração de curto prazo do pessoal-chave da Administração totalizou R$10.833 em 31 de dezembro de 2023 (R$10.273 em 31 de dezembro de 2022). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde. A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós emprego e /ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável. O pessoal-chave da Administração não possui benefícios de longo prazo, como plano de pensão, plano de remuneração em ações, entre outros. **13. Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas figuram como partes em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária e outros, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Companhia e suas controladas registram provisão para perdas para fazer face a assuntos administrativos e judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciário, cujo risco seja avaliado por seus advogados como de perda provável ou de potenciais riscos de uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação, desde que uma estimativa razoável possa ser feita. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas sobre novos assuntos. A movimentação da provisão para contingências passíveis de provisionamento, julgados suficientes pela Administração, consubstanciada na avaliação de advogados e assessores jurídicos, inclusive para riscos de natureza previdenciária, podem ser assim resumidos (controladora e consolidado):

	Provisão riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis Controladora	Provisão riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.258	19.133
Provisão (Nota 18)	3.083	4.746
Reversão da provisão (Nota 18)	(4.994)	(5.101)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.347	18.778
Provisão (Nota 18)	**3.752**	**6.187**
Reversão de provisão (Nota 18)	**(2.376)**	**(2.992)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**14.723**	**21.973**

a) Causas com probabilidade de perda possível: Em 31 de dezembro de 2023 também tramitam processos de natureza cível, administrativas, trabalhistas e fiscais, cujas probabilidades de perda foram avaliadas como possíveis pelos consultores e assessores jurídicos da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	**406**	340
Cível	**53.827**	50.855
Fiscal	**22.698**	20.885
	76.931	72.080

Cíveis: A Companhia figura como parte em diversas causas cíveis, administrativas e trabalhistas consideradas como usuais no curso normal dos seus negócios. Além das causas detalhadas abaixo, não há nenhuma outra considerada como relevante. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou a base de processos e refletiu algumas mudanças de perspectivas de perdas. *Causa Marialva:* A Companhia e outros são partes do Processo n° 1143239-30.2003.8.13.0672 (Falência da Marialva Construtora Ltda.) e diversos processos e incidentes processuais a ele relacionados envolvendo a Massa Falida de Marialva Construtora Ltda. ("Massa Falida de Marialva"). Esses litígios têm origem na exclusão em 1996, por quebra da *affectio societatis,* da Marialva do quadro societário da NBS Shopping Centers Ltda. ("NBS"), sociedade que detinha 50,10% das frações ideais do imóvel objeto da matrícula 22.139 do 01º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau, Santa Catarina ("Imóvel"), onde foi erguido o 1º prédio do Shopping Neumarkt Blumenau ("Shopping Neumarkt"). Em 2010, quando da falência da Marialva, esta detinha 126 debêntures de emissão da SNB Participações S.A. ("SNB"), sociedade constituída com o propósito de captar recursos por meio de emissão de debêntures conversíveis em frações ideais de 1,26% do Imóvel. Em 2012, a participação da Massa Falida da Marialva na NBS foi arrematada em leilão judicial. Os principais processos envolvem incidentes processuais específicos sobre: (i) haveres eventualmente não pagos à Massa Falida de Marialva em decorrência da sua participação no quadro societário da NBS, desde a sua exclusão (1996) até a data da arrematação em leilão de sua participação (2012), cuja responsabilidade seria da NBS (sociedade não controlada pela Companhia); (ii) multa eventualmente devida por descumprimento da decisão judicial que havia determinado o depósito de dividendos eventualmente devidos e não pagos à Massa Falida de Marialva em decorrência da participação de 9,56% que ela supostamente detinha indiretamente no Shopping Neumarkt, também de responsabilidade da NBS, e que foi afastada conforme decisão proferida pelo STJ-MG em 20 de novembro de 2019 no âmbito do Recurso Especial nº 1.516.502 MG (2015/0036104-1); (iii) multa eventualmente devida por descumprimento da decisão judicial que havia determinado à SNB que convertesse as 126 debêntures de titularidade da Massa Falida de Marialva em fração ideal do Shopping Neumark, também de responsabilidade da SNB; e (iv) multa eventualmente devida por descumprimento da decisão judicial que determinou ao Condomínio Civil do Shopping Neumarkt que depositasse mensalmente em juízo o pagamento dos supostos dividendos decorrentes da conversão das debêntures, cuja responsabilidade é do Condomínio Civil do Shopping Neumarkt. Referidas multas estão garantidas por seguro fiança. Conforme acima exposto, tais valores não seriam devidos pela Companhia, mas sim por cada uma das empresas envolvidas nos respetivos processos. Durante o ano de 2020, a SNB e o Condomínio Civil Pró-Indiviso do Shopping Center Neumarkt Blumenau renovaram o seguro garantia judicial e apresentaram recursos contra as decisões que improcederam as impugnações. Também em junho de 2020 foram deferidos os pedidos de efeito suspensivo formulados nos agravos de instrumentos, razão pela qual os cumprimentos de sentenças estão suspensos até julgamento final dos recursos. A chance de perda desses processos é classificada pelos advogados da Companhia como possível. Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento dos valores que serão apurados em fase de liquidação de sentença, os quais, neste momento, sequer podem ser estimados. Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 não ocorreram movimentações significativas no processo. *Causa Sistel:* A Companhia, objetivando a declaração de seu direito, em 28 de maio de 2003 propôs ação ordinária nº 0025039-34.2003.8.26.0506 perante a 8ª Vara Cível da comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, contra a Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel"), visando o ressarcimento de prejuízos suportados em razão de contrato firmado para a construção do Shopping Center Santa Úrsula, na cidade de Ribeirão Preto - SP, tendo requerido a condenação da Sistel ao pagamento dos valores que se comprometeu e deixou de investir no empreendimento. Em 24 de julho de 2007, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("TJSP") determinou à Sistel que arcasse integralmente com a parte que lhe competia dos investimentos necessários à administração do Shopping, e daí emergiu o direito de crédito da Almeida Junior. Em 26 de outubro de 2020, a Almeida Junior deu início à execução provisória da sentença, por meio do qual requereu a intimação da Sistel ao pagamento de R$ 40.834 sob pena de dar início aos atos de constrição patrimonial de bens. Em 10 de dezembro de 2020, conforme evidenciado no processo, a Sistel depositou quotas de títulos de dívida pública, no valor de R$ 65.131 (130% do valor devido), integrantes de Fundo de Investimento Renda Fixa Júpiter, sob a custódia do Bradesco. Por fim, a Companhia e seus consultores legais estão monitorando diariamente a evolução do processo e eventuais impactos, com o intuito de agilizar o processo de internalização dos referidos valores. Em razão do resultado da discussão sobre o tema, a Companhia realizou o registro mandatório de R$ 8.218 (R$ 7.458 líquidos de impostos) no exercício de 2020, e em 31 de março de 2021 o registro de R$ 2.555 (R$ 2.319 líquidos de impostos) da parte transitada e julgada, registrando o ativo em outras contas a receber e em seu resultado com outras receitas operacionais (vide Nota Explicativa 19). Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 não ocorreram movimentações significativas no processo. *Trabalhistas:* Nenhuma causa trabalhista em que a Companhia ou uma de suas subsidiárias figuram como parte foi considerada individualmente relevante. *Fiscais:* A Companhia é parte de processos fiscais, que ainda tramitam na esfera administrativa, referem-se a autos de infração relativos a tributos federais IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, recebidos nos exercícios de 2005, 2010 e 2017 no montante total de R$22.698, sendo que nenhum deles é considerado relevante individualmente. **14. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 348.293 e está representado pela participação acionária, quantidade de ações ordinárias, e sem valor nominal distribuídas conforme descrito abaixo:

	Ordinárias			
	31/12/2023		31/12/2022	
Acionistas	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Jaimes Bento de Almeida Junior	**129.999.999**	**99,9999**	129.999.999	99,9999
JAJ Brasil Investimentos e Part. Ltda.	**1**	**0,00001**	1	0,00001
Total das ações	**130.000.000**	**100,00000**	130.000.000	100,00000

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. b) Reservas de lucros: Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme legislação societária e estatuto social vigentes. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. Reserva de lucros a realizar: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. Em 18 de abril de 2023, através de Assembleia Geral Ordinária, os acionistas da Companhia aprovaram as destinações propostas do resultado do exercício de 2022, sendo o lucro excedente aos valores distribuídos destinados à reserva de lucros a realizar. c) Ajuste de avaliação patrimonial: Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pelo ajuste do valor justo da propriedade para investimento, ocorridos antes do exercício de 2010. Em decorrência de adoção do IFRS, a partir de 2010, os ajustes do valor justo da propriedade para investimento, passaram a ser registrados diretamente no resultado. O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado ao ajuste do valor justo da propriedade para investimento é de R$226.423 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 235.411 em 31 de dezembro de 2022). As reduções ocorridas em 2023 nos montantes de R$ 8.988 no Consolidado e na Controladora, referem-se à realização de reserva contra lucros acumulados em função da transação descrita na Nota 1.b. d) Dividendos

	Cálculo do dividendo	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício da controladora	**144.553**	150.429
Reserva legal	**–**	–
Base de cálculo do dividendo mínimo	**144.553**	150.429
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	**36.138**	37.608
Dividendos adicionais pagos / propostos	**36.702**	37.607
Total dos dividendos a serem distribuídos	**72.840**	75.215

Na Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2023, foram aprovados os dividendos adicionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 propostos pelo Conselho de Administração naquela data, no montante de R$ 37.607. Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2023, foram aprovados os dividendos intermediários compreendendo o período de 1 de janeiro a 29 de setembro de 2023, no montante de R$ 12.954, já devidamente pagos durante 2023. Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2023, foram aprovados os dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 23.466, além de R$ 36.420 a título de dividendos adicionais, já devidamente pagos durante 2023. Adicionalmente, durante o exercício de 2023, foram pagos dividendos já aprovados de anos anteriores de montante de R$ 30.609. Em 31 de dezembro de 2019, foi destinada a parcela integral do dividendo mínimo obrigatório, no valor de R$ 54.348. Em 01 de abril de 2021, a Companhia vendeu a totalidade da sua participação societária na AJ Comércio Digital Ltda. para o sócio controlador pelo valor patrimonial de R$ 11.691 a ser abatido do saldo de dividendos relativos ao exercício de 2019. Com isto, o saldo de dividendos a distribuir já declarado na Assembleia Geral Ordinária de 2020, passou a ser de R$ 42.657 a ser realizada antes da oferta pública inicial de ações pretendida pela Companhia. Na mesma data, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o acionista deliberou sobre a distribuição de dividendos acumulados no montante de R$ 445.000, os quais estão registrados na rubrica de Reserva de lucros a realizar, existente no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018. Os dividendos ora declarados são referentes a lucros gerados até 2014, mantidos na reserva de lucros a realizar. **15. Resultado por ação:** A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022
Numerador básico:		
Lucro líquido do exercício	**144.553**	150.429
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias básico	**130.000.000**	130.000.000
Resultado por ação - R$	**1,11195**	1,15715

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos de patrimônio com efeitos dilutivos do capital.

16. Receita operacional líquida: A receita líquida de aluguéis e serviços está representada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta				
Receita de locação	**36.468**	34.352	**194.901**	179.212
Estacionamento	**–**	–	**73.000**	62.270
Taxa de administração	**13.008**	9.798	**13.008**	9.798
Cessão de direitos	**1.609**	856	**4.309**	4.009
Outras receitas	**39**	784	**5.227**	3.394
Total	**51.124**	45.790	**290.445**	258.683
Tributos sobre a receita operacional bruta				
PIS	**(825)**	(725)	**(2.851)**	(2.500)
COFINS	**(3.800)**	(3.342)	**(13.141)**	(11.527)
ISS	**(265)**	(196)	**(3.101)**	(2.599)
	(4.890)	(4.263)	**(19.093)**	(16.626)
Cancelamento e descontos	**(1.116)**	(923)	**(4.724)**	(4.695)
Abonos linearizados	**–**	(896)	**–**	(4.520)
	(1.116)	(1.819)	**(4.724)**	(9.215)
Receita operacional líquida	**45.118**	39.708	**266.628**	232.842

Adicionalmente, a Companhia concedeu descontos e abonos oferecidos a lojistas que se mantiveram adimplentes de suas obrigações, de acordo com perfil de cada empreendimento e área de atuação de cada lojista. Os descontos e abonos foram tratados como uma monetização do fluxo do contrato de arrendamento e, portanto, a Companhia passou a linearizar tais descontos e abonos pelo prazo remanescente de cada contrato, conforme previsto pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

17. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços contratados	**(150)**	(187)	**(796)**	(814)
Jurídico	**(150)**	(187)	**(796)**	(814)
Fundo de promoção	**(391)**	(386)	**(399)**	(390)
Condomínio de lojas vagas	**–**	–	**(1.453)**	(3.150)
Administração	**(11)**	(51)	**(5.322)**	(4.470)
Outras despesas	**(11)**	(51)	**(217)**	(389)
Estacionamento	**–**	–	**(5.105)**	(4.081)
Total	**(552)**	(624)	**(7.970)**	(8.824)

18. Despesas com vendas, administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	**(9.855)**	(10.342)	**(9.855)**	(10.342)
Despesas com consultoria	**(5.765)**	(7.720)	**(9.310)**	(10.502)
Despesas com Informática e manutenção de equipamentos	**(1.062)**	(487)	**(1.062)**	(487)
Despesas comerciais	**(885)**	(399)	**(6.822)**	(2.538)
Publicidade e propaganda	**(448)**	(745)	**(448)**	(745)
Outros	**(1.154)**	(389)	**(1.213)**	(362)
	(19.169)	(20.082)	**(28.710)**	(24.976)
Provisão para contingência (Nota 13)	**(1.376)**	1.911	**(3.195)**	355
Provisão para perda esperada para risco de crédito (Nota 6)	**(951)**	(86)	**(4.582)**	(299)
Total	**(21.496)**	(18.257)	**(36.487)**	(24.920)

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com viagens	**(453)**	(444)	**(453)**	(446)
Despesas com consumo	**(296)**	(286)	**(296)**	(286)
Despesas com seguros, taxas e contribuições	**(97)**	(113)	**(114)**	(117)
Despesas com publicações, cartórios e correios	**(98)**	(109)	**(177)**	(236)
Despesas com confraternizações e outros	**(429)**	(196)	**(580)**	(693)
Resultado venda de participação em imóveis*	**(20.996)**	–	**(87.336)**	–
Total	**(22.369)**	(1.148)	**(88.956)**	(1.778)

(*) Operação com venda de participação de imóveis, conforme descrito na Nota Explicativa 1.b e abertura abaixo:

	Controladora	Consolidado
Valor total da venda (Nota 1b)	33.694	299.466
PIS E COFINS	(3.117)	(16.330)
Baixa dos ativos vendidos (Nota 8)	(51.573)	(370.472)
Total	**(20.996)**	**(87.336)**

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos sobre debêntures	**(86.934)**	(83.862)	**(163.894)**	(163.420)
Outras despesas	**(2.442)**	(1.305)	**(8.710)**	(6.147)
	(89.376)	(85.167)	**(172.604)**	(169.567)
Receita de aplicações financeiras	**3.611**	5.085	**3.611**	5.085
Outros rendimentos financeiros	**19**	813	**747**	2.154
Juros recebidos	**466**	371	**2.609**	2.188
Outras receitas	**260**	55	**2.490**	1.801
	4.356	6.324	**9.457**	11.228
	(85.020)	(78.843)	**(163.147)**	(158.339)

21. Seguros: A Companhia mantém vigente um programa de gerenciamento de riscos para os shopping centers com o objetivo de delimitar e mitigar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. O referido programa de seguros prevê coberturas diversas para cada empreendimento, destacando-se as coberturas para riscos patrimoniais e para riscos de responsabilidade civil. As coberturas estão sujeitas a condições e exclusões previstas nas respectivas clausulas das apólices de seguros, entre as quais se destacam a exclusão para danos decorrentes de atos terroristas. Os valores das coberturas seguradas foram determinados e contratados com bases técnicas, tendo como base avaliações de empresas especializadas, pelos montantes a seguir indicados, e são considerados suficientes pela Administração para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e lucros cessantes, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As franquias variam de acordo com os eventos segurados. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Riscos cobertos	**Seguradora**	**Cobertura**	**Importância Segurada**
Nomeados - cobertura básica (i)	AXA Seguros	01/07/2023 a 30/06/2024	2.417.000
Lucros cessantes	AXA Seguros	01/07/2023 a 30/06/2024	650.915
Responsabilidade Civil	Fator Seguradora	01/07/2023 a 30/06/2024	30.000
D&O Directors & Officers	Austral Seguradora	01/07/2023 a 30/06/2024	10.000

(i) Incêndio, desmoronamento, explosão, danos elétricos e outros: As apólices de seguro que temos contratadas para nossos shopping centers podem não cobrir determinados riscos (tais como guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, responsabilidades por certos danos ou poluição ambiental ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, o investimento realizado no respectivo shopping center pode ser perdido total ou parcialmente, obrigando-nos a incorrer em custos adicionais para a sua recomposição, reforma e indenizações, resultando em prejuízos para o shopping center e para nós. Não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices de seguros contratadas, o pagamento da indenização pela companhia seguradora será suficiente para cobrir integralmente os danos decorrentes de tal sinistro. Ademais, na qualidade de administradora de shopping centers, poderemos ser responsabilizados subsidiariamente pela não obtenção ou renovação de nossas licenças e autorizações. Finalmente, não podemos assegurar que, no futuro, conseguiremos renovar as apólices de seguro em melhores ou, no mínimo, nas mesmas condições contratadas, o que poderá ocasionar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados. **22. Compromissos:** Compromisso com fornecedores: Os principais compromissos com fornecedores, referem-se a despesas inerentes ao desenvolvimento dos negócios dos empreendimentos. O montante estimado de desembolso no curto prazo, referente aos empreendimentos em curso em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 4.147 (R$ 6.465 em 31 de dezembro de 2022). Compromisso com arrendamento: Em 31 de dezembro de 2023 a Almeida Junior Shopping Centers possuía R$ 1.990 em compromissos com arrendamentos, relacionados exclusivamente ao imóvel alugado pela Companhia. Esses compromissos de arrendamento estão contabilizados no curto e longo prazo, nos montantes de R$ 598 e R$ 1.392, respectivamente, conforme a prática contábil vigente. **23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: 23.1. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas:** A Companhia e suas controladas podem estar expostas, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros: • Riscos de crédito; • Riscos de liquidez; • Riscos de mercado; • Riscos operacionais. Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, e descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos, do gerenciamento de capital da Companhia e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. A Companhia informa que não opera e não há na data dos balanços, instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia ou por suas controladas, não havendo risco decorrente de uma eventual exposição associada a instrumentos dessa natureza. A Companhia, valendo-se de sua estratégia de proteção patrimonial sobre os riscos de mercado, entende não ter sido necessária, até o momento, a contratação de nenhum instrumento de proteção, além da contratação da apólice de seguros de riscos. Essa posição poderá ser revista, caso, no futuro, venhamos a verificar qualquer incompatibilidade que possa causar riscos aos resultados financeiros e operacionais da Companhia. Riscos de crédito: O risco de crédito da Companhia e controladas surge preponderantemente as contas a receber, relacionados principalmente a valores de aluguéis e cessão de direitos. Risco relacionado à possibilidade da Companhia em computar prejuízos derivado pelo não cumprimento ou dificuldades em cobrar algum cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais. As operações da Companhia estão relacionadas à locação de espaços comerciais e à administração de shopping centers. Os contratos de locação são regidos pela Lei de locações, e a carteira de clientes, além de diversificada, é constantemente monitorada com o objetivo de reduzir perdas por inadimplência. Os contratos de locação podem possuir a figura do fiador o que mitiga o risco de crédito da Companhia. As contas a receber de aluguéis e outras contas a receber são relacionados principalmente aos lojistas dos shoppings de onde a Companhia detém participação. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outras contas a receber e investimentos. A Companhia monitora sua carteira de recebíveis periodicamente. Sua atividade de locação tem regras específicas em relação a inadimplência, o departamento de operações e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. O ponto comercial dos shoppings quando retomado ou devolvido é imediatamente renegociado com outro lojista. A medida adotada para mitigar o risco de crédito é manter sempre uma boa qualidade de lojistas nos shoppings e uma área comercial ativa para um preenchimento imediato de qualquer potencial vacância no empreendimento, os quais podem ser renegociados de forma lucrativa. Parte das receitas da Companhia tem risco de crédito muito baixo: receitas de estacionamento e receita com prestação de serviços. A carteira de clientes da Companhia e suas controladas é bastante pulverizada, assim, em 31 de dezembro de 2023, não há clientes que, individualmente ou em agregado com outros clientes, que representem 5% ou mais do saldo de contas a receber na data dos balanços. A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Companhia. O risco de crédito de seus clientes está estimado e divulgado em nota explicativa específica. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos através da aplicação de todo o caixa e equivalente de caixa aplicados em instituições financeiras de primeira linha e em razão disto, a Administração não considera esses instrumentos como tendo risco de crédito significativo. Riscos de liquidez: As decisões de investimentos da Companhia e suas controladas são tomadas como política à eliminação ou mitigação dos riscos e impactos de liquidez, evitando assumir exposições nos fluxos de caixa de longo prazo. A diretriz da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos, e de cobertura financeira das obrigações, onde a geração de caixa projetada tem que superar as obrigações contratadas (empréstimos, financiamento, capex, obras de expansões e investimentos em "greenfields"), mitigando assim o risco de refinanciamento de dívidas e obrigações. Para financiar os empreendimentos em construção, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de longo prazo, com carência de modo a alinhá-la a geração de caixa esperada. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. A seguir demonstramos o cronograma de amortização de nossos passivos financeiros não derivativos conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	Consolidado 31/12/2023			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Debêntures	**37.660**	**278.549**	**814.197**	**1.130.406**
Empréstimos	**2.500**	**21**	**–**	**2.521**
Fornecedores	**4.147**	**–**	**–**	**4.147**
	44.307	**278.570**	**814.197**	**1.137.074**

	Consolidado 31/12/2022			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Debêntures	58.889	131.984	1.058.353	1.249.226
Empréstimos	1.983	1.983	–	3.966
Fornecedores	6.465	–	–	6.465
	67.337	133.967	1.058.353	1.259.657

Riscos de mercado: A Companhia, assim como demais empresas do segmento de varejo, está exposta ao risco inflacionário, uma vez que este faz pressão na renda das famílias reduzindo assim o consumo no varejo. Nos modelos de projeção utilizados para determinação das estratégias da Companhia, diferentes níveis de inflação são utilizados de modo a se estabelecer cenários para o desenvolvimento da Companhia. As principais estratégias da Companhia para proteção em relação ao risco de mercado são: (a) compatibilização dos termos de seus instrumentos de dívida (prazo, taxa de juros, indexação) bem como o fluxo de pagamentos a capacidade de geração de caixa dos seus ativos; (b) monitoramento constante da geração de caixa da Companhia frente aos seus compromissos; (c) pulverização das suas receitas entre diversos empreendimentos estabelecidos em cidades com potencial de consumo adequado, bem como uma balanceada distribuição do sortimento de lojas dos empreendimentos em diversos segmentos do varejo e em linha com o potencial de consumo da região; (d) analise periódica da capacidade de recebimento dos aluguéis de lojistas e das cessões de direito; (e) manutenção de aplicações financeiras em instrumentos lastreados ao CDI, de liquidez imediata e em bancos que a Administração considera sendo bancos de primeira linha. O risco de mercado é dividido em risco cambial, risco de taxa de juros e risco de valor justo, sendo: *Risco cambial:* A Companhia não possui riscos cambiais uma vez que todas as transações de recebimentos e pagamentos são realizadas em moeda nacional. Adicionalmente, a Companhia também não possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira. *Risco de taxa de juros:* Outro risco a que a Companhia está exposta, é o aumento das taxas de juros, e dos índices de preço uma vez que a Companhia capta financiamentos indexados a estes. A Companhia contabiliza ativos e passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Contudo, com objetivo de mitigar esse efeito no médio e longo prazo, a Companhia sempre que possível opta por indexadores de baixa volatilidade de modo a poder estimar mais precisamente seus desembolsos futuros. Esse risco é oriundo em relação à possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliação e proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. *Análise de sensibilidade de taxa de juros:* Atendendo ao disposto no CPC 40 (R1) que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, estamos divulgando quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures atrelados a determinados índices financeiros. Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil. Na elaboração da análise de sensibilidade a Companhia e suas controladas adotaram as seguintes premissas: • Definição de um cenário provável do comportamento do risco e pode ser entendido como valor justo das aplicações financeiras, Debêntures e empréstimos, que foi referenciada por fonte externa independente, o Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil. • Definição de dois cenários adicionais, com uma deterioração de 25% (cenário possível) e outra de 50% (cenário remoto) na variável de risco considerada no cenário provável. • A análise projeta os respectivos efeitos dos cenários acima indicados no resultado da companhia para os próximos doze meses, tendo como base, os saldos dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023. • Projeção inclui também os juros de operações com taxas prefixadas, visando propiciar uma visão mais completa do resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos a variáveis de taxas de juros e a índices de reajustes da Companhia e de suas controladas, e os seus respectivos impactos no resultado de um ano estão abaixo demonstrados.

		Consolidado			
			Receita (Despesa) com juros		
Operação	Indexador	Saldo em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Equivalente de caixa e Aplicações financeiras	Indexado ao CDI	**116.532**	13.334	16.107	18.809
Empréstimo - Capital de Giro	Indexado ao CDI	**(2.521)**	(288)	(348)	(407)
Debêntures | SNB	IGP-M	**(6.775)**	(272)	(366)	(458)
Debêntures | Kinea IPCA	6,50% a.a. +IPCA	**(267.054)**	(29.640)	(34.361)	(39.089)
Debêntures | Kinea DI	1,50% a.a. + CDI	**(206.837)**	(23.690)	(28.618)	(33.418)
Debêntures | XP - Norte	1,25% a.a. + CDI	**(59.810)**	(6.295)	(7.629)	(8.929)
Debêntures | XP - Continente	1,25% a.a. + CDI	**(152.857)**	(16.077)	(19.484)	(22.804)
Debêntures | XP - Nações	1,50% a.a. + CDI	**(60.927)**	(6.769)	(8.176)	(9.548)
Debêntures | CS - Joinville - IPCA	7,50% a.a. +IPCA	**(107.139)**	(13.026)	(14.927)	(16.830)
Debêntures | CS - Joinville - DI	3,75% a.a. + CDI	**(93.174)**	(12.792)	(14.999)	(17.149)
Debêntures | BTG Pactual	2,90% a.a. + CDI	**(175.833)**	(22.537)	(26.784)	(30.922)
	Saldo líquido	**(1.016.395)**	(118.052)	(139.585)	(160.745)

Risco de valor justo: A administração considera que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com valor contábil próximo ao valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo		
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes	**2.124**	**2.124**	5.053	5.053	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	**169**	**169**	13.498	13.498	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Aplicação financeira	**114.408**	**114.408**	36.539	36.539	Valor Justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	**49.840**	**49.840**	46.896	46.896	Custo amortizado	Custo amortizável
	166.541	**166.541**	101.986	101.986		
Passivos financeiros						
Debêntures	**1.113.549**	**1.282.567**	1.233.760	1.415.800	Custo amortizado	Custo amortizável
Empréstimos	**2.521**	**2.499**	3.966	3.966	Custo amortizado	Custo amortizável
Fornecedores	**4.147**	**4.147**	6.465	6.465	Custo amortizado	Custo amortizável
	1.120.217	**1.289.213**	1.244.191	1.426.231		

Hierarquia de valor justo: A Companhia utiliza a tabela abaixo para apresentar os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração, na data dos balanços adotou o nível 2 para avaliar os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia. *Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo:* Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2023. *Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:* Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, e consideramos que estão avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização. Para as demais aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos; quando da inexistência, foram baseados nos fluxos de caixa futuros, descontadas as taxas médias de aplicação disponíveis. *Contas a receber:* Os saldos de contas a receber de terceiros têm seus valores justos similares aos saldos contábeis. *Empréstimos e financiamentos:* Os saldos de empréstimos e financiamentos foram mensurados ao valor justo para fins de divulgação. *Limitações:* Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Riscos operacionais: Em virtude de as receitas da Companhia serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços comerciais de seus empreendimentos, a Administração monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos. Para isso, a comercialização dos espaços comerciais é realizada por uma equipe própria de modo a ter assegurado negociações com lojistas que sejam alinhadas com a estratégia de marketing e mix dos shopping centers. Não obstante, na manutenção de seus empreendimentos, assim como, nas expansões e novos desenvolvimentos, a gestão também é feita por uma equipe própria, sendo contratadas empresas especializadas com notória qualificação operacional para a realização das obras e melhorias de modo a ter garantido o cumprimento do orçamento aprovado. Os riscos são revisados mensalmente pelas diretorias operacional e financeira que geram relatórios de acompanhamento. Caso sejam identificadas situações de desvio, revisões das estratégias da Companhia são submetidas para aprovação da diretoria para que sejam implantadas. A Diretoria acompanha o desempenho dos shopping centers em operação e em desenvolvimento com base em um orçamento aprovado anualmente. Esse sistema permite acompanhar e validar previamente os desembolsos vis-à-vis o orçado assim como o desempenho financeiro e operacional dos investimentos, do mesmo modo que é acompanhado de perto a evolução da liquidez da Companhia com foco no curto e longo prazo. *Gestão de capital:* Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Diretoria Financeira, assim como as demais áreas, procura equilíbrio entre rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio nem sofrer com oscilações bruscas de preço ou mercado. Objetivando uma administração de capital saudável, a Companhia tem a política de preservar liquidez com o monitoramento próximo do fluxo de caixa de curto e longo prazo. Para isto, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alteração quanto à política da administração de capital da Companhia em relação a exercícios anteriores e a Companhia e suas subsidiarias, controladas e controladas em conjunto não estão sujeitas a exigências externas impostas de capital. Segue o quadro do índice de endividamento, que demonstra a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido, sendo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	**1.113.549**	1.233.760
Empréstimo	**2.521**	3.966
Caixa e equivalentes de caixa	**(2.124)**	(5.053)
Aplicação financeira	**(114.408)**	(36.539)
Caixa restrito	**(169)**	(13.498)
Dívida líquida	**999.369**	1.182.636
Patrimônio líquido	**1.619.083**	1.584.739
Índice de endividamento líquido	**61,7%**	74,6%

24. Arrendamentos mercantis operacionais: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia arrenda espaços em shopping centers, como arrendamento operacional. Esses arrendamentos possuem, via de regra, prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com opção de renovação do arrendamento após esse período. Excepcionalmente podem ter contratos com prazos de vigências e condições diferenciadas. Os pagamentos de arrendamentos mínimos são reajustados anualmente, de acordo com índices de mercado. Adicionalmente, em alguns arrendamentos, proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em índice de preço local. Os aluguéis mínimos futuros a faturar sobre os arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis considerando as lojas em operação em 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

Ano	31/12/2023		31/12/2022	
2023	**–**	**–**	96.002	52%
2024	**112.261**	**27%**	89.241	48%
2025	**103.040**	**25%**	75.800	41%
2026	**88.329**	**21%**	57.995	31%
Após 2027	**112.508**	**27%**	62.732	34%
	416.138	**100%**	381.770	100%

25. Informações por segmento: Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e gerenciamento de atividades de shopping centers, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os empreendimentos da Companhia estão representados por seis shoppings ("*malls*") e, embora sejam geradas informações por empreendimento (tais como faturamento e despesas) os mesmos não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores: (i) As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia são extraídos dos registros contábeis de cada empresa, sendo avaliado individualmente para cada empresa; (ii) Todos os empreendimentos estão localizados na região sul do Brasil, mais especificamente no Estado de Santa Catarina; (iii) São shoppings construídos principalmente para o atendimento à população das classes denominadas A e B. O segmento de Shopping Centers é consolidado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia e engloba as atividades que estão associadas ao empreendedor do shopping. As receitas geradas estão subdivididas pelas seguintes naturezas, sendo: aluguel, estacionamento, prestação de serviços e outras receitas. O desempenho do segmento é medido com base no resultado bruto de suas demonstrações financeiras consolidadas, bem como decisões estratégicas também são tomadas com base em indicadores consolidados das atividades de shopping. **26. Transações que não afetam caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto caixa. As transações estão abaixo sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Movimentações de Ativo e Passivo				
Dividendos recebidos (Nota 7)*	**6.243**	–	**–**	–
Amortização debêntures (Nota 1b e 9)	**(17.870)**	–	**(96.706)**	–
Propriedade para investimentos (Nota 1b e 8)	**225**	–	**73.948**	–
Outros ativos (Nota 1b)	**11.402**	–	**22.758**	–

* Do montante de R$ 52.521 de dividendos distribuídos pela Controladora Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda., R$ 6.243 não teve efeito caixa, sendo destinado diretamente para pré-pagamento da debênture da Controladora. São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. **Declaração: Para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução CVM 480/09:** Os diretores declaram que, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Jaimes Bento de Almeida Junior -** Diretor Presidente; **Marcelo Moteiro -** Diretor de Relação com Investidores. São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. **Declaração: Para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução Cvm 480/09:** Os diretores declaram que, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o referente exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Jaimes Bento de Almeida Junior -** Diretor Presidente; **Marcelo Monteiro -** Diretor de Relação com Investidores.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 216C-F706-4556-612D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 216C-F706-4556-612D.

★ continuação

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

Diretoria

Jaimes Bento de Almeida Junior - Diretor Presidente

Contador

Marcelo Monteiro - CRC-SP: 218864/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Almeida Junior Shopping Centers S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Mensuração do valor justo das propriedades para investimento: Em 31 de dezembro de 2023, conforme Nota Explicativa 8, o saldo de propriedades para investimento, mensuradas ao seu valor justo, totalizava R$ 768.479 mil, representando 25% do total do ativo da Controladora, e R$ 4.255.354 mil, representando 95% do total do ativo do Consolidado. As metodologias e modelagens utilizadas para a determinação do valor justo envolveram julgamento significativo e foram baseadas em premissas adotadas pelos avaliadores externos contratados que suportaram a Companhia, as quais incluem o desempenho atual e histórico dos contratos com locatários, projeções de receitas futuras de aluguel, condições de mercado, taxas de ocupação e taxas de desconto, dentre outros. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo, ao patrimônio líquido, e aos efeitos dos ajustes ao valor justo no resultado do exercício, além das incertezas inerentes à estimativa de valor justo, ao elevado grau de julgamento associado ao assunto e à determinação das principais premissas descritas na Nota Explicativa 8. Uma mudança em alguma dessas premissas poderia gerar um impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria na avaliação das premissas, que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor justo das propriedades para investimento; (b) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia e avaliadores externos, comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela diretoria na elaboração de seu plano de negócios e com outras estimativas efetuadas pela Companhia; (c) a verificação da exatidão dos cálculos aritméticos das projeções; (d) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (e) a análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas; (f) a análise da sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do valor justo, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado; (g) a comparação do valor justo adotado pela diretoria, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil das propriedades para investimento; e (h) a avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo das propriedades para investimento, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas considerados para a determinação do valor justo dessas propriedades para investimento adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Reconhecimento de receita de aluguel e cessão de direitos: Conforme mencionado nas Notas Explicativas 3.1 e 16, a Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de aluguel e cessão de direito de uso pelo método linear durante o prazo do arrendamento, incluídas nas receitas na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Para as receitas de aluguel, os contratos de locação, de forma geral, estabelecem que os locatários devem pagar o maior valor entre um mínimo contratual estipulado e uma parcela variável, calculada através de um percentual sobre as vendas de cada estabelecimento. Os aluguéis mínimos são ajustados por aumentos fixos regulares ao longo do prazo dos contratos, aluguel em dobro no mês de dezembro e por índices inflacionários. De acordo com o CPC 06 (R2)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, as receitas de aluguéis mínimos, excluindo os efeitos inflacionários, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato, e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido. As receitas de cessão de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas linearmente ao resultado de acordo com a fruição do contrato de aluguel. O volume de operações envolvido no cálculo e suas particularidades, que é realizado contrato a contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos com relação à competência do reconhecimento das receitas, nos levaram a identificar essas questões como principal assunto de auditoria que requerem considerações especiais de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação dos controles envolvidos no processo de reconhecimento de receita; (b) testes documentais amostrais, incluindo o exame dos respectivos contratos para confirmação dos dados utilizados nos cálculos; (c) recálculo dos valores do reconhecimento da receita, observando os períodos adequados de competência ao longo do ano e dos períodos contratuais; (d) procedimentos analíticos sobre a movimentação mensal das receitas, contas a receber e recebimentos, utilizando dados desagregados por shopping center, para identificar movimentações inconsistentes às nossas expectativas obtidas a partir de nosso conhecimento prévio da Companhia e do setor que pudessem indicar potenciais problemas de competência; e (e) a avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita de aluguel e cessão de direitos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP034519/O-6
Roberto Martorelli
Contador CRC-RJ106103/O

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 216C-F706-4556-612D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 216C-F706-4556-612D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/216C-F706-4556-612D ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 216C-F706-4556-612D

Hash do Documento

D376D128DB89F8951468BD46BFC56BE6A73902F56451BE14C18F88AAFAFED852

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

CCR

Companhia de Participações em Concessões

CNPJ 09.367.702/0001-82

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 21 de março de 2024.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**80.621**	**97.813**
Caixa e equivalentes de caixa	6	48.968	10.815
Aplicações financeiras	6	225	57.866
Contas a receber de partes relacionadas	8	893	8.517
Mútuos com partes relacionadas	8	2.607	-
Tributos a recuperar		17.219	18.270
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	10.436	1.716
Despesas antecipadas e outros crédito		273	629
Não circulante		**2.781.276**	**2.379.052**
Realizável a longo prazo			
Mútuos com partes relacionadas	8	-	2.320
Tributos a recuperar		6.423	302
Outros crédito		10	-
Investimentos	9	2.773.601	2.374.944
Imobilizado	10	616	1.065
Intangível	11	421	421
Arrendamento		205	-
Total do ativo		**2.861.897**	**2.476.865**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**70.896**	**59.327**
Fornecedores		797	974
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8	97	390
Impostos e contribuições a recolher		556	7.594
Obrigações sociais e trabalhistas		13.089	10.390
Juros sobre capital próprio	8	56.100	39.950
Passivo de arrendamento		199	-
Outras obrigações		58	29
Não circulante		**55.256**	**94.680**
Obrigações sociais e trabalhistas		2.779	2.305
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	12.1	797	22
Provisão para passivo a descoberto	9.1	51.664	16.353
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	76.000
Passivo de arrendamento		16	-
Patrimônio líquido	13	**2.735.745**	**2.322.858**
Capital social		2.153.877	1.777.877
Reserva de capital		1.403	-
Ajuste de avaliação patrimonial		747.604	847.103
Prejuízos acumulados		(167.139)	(302.122)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.861.897**	**2.476.865**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**4.133.239**	**-**	**48.862**	**244.638**	**1.076.773**	**(264.895)**	**5.238.617**
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	9.773	9.773
Destinações:								
Transferência da CPC para CCR S.A, do ágio na aquisição de parcela de investimento da ATP 0,005% em 31 de março 2020		-	-	1	-	-	-	1
Transferência da CPC para CCR S.A, do ágio da empresa SPCP em 01 de dezembro de 2022		-	-	(49.820)	-	-	-	(49.820)
Aumento de capital social em 24 de fevereiro de 2022		244.638	-	-	(244.638)	-	-	-
Redução de capital social em 01 de dezembro de 2022		(2.600.000)	-	-	-	-	-	(2.600.000)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	(39.950)	(39.950)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	(7.050)	(7.050)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	957	-	(229.670)	-	(228.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.777.877**	**-**	**-**	**-**	**847.103**	**(302.122)**	**2.322.858**
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	153.983	**153.983**
Aumento de capital social em 24 de maio de 2023		76.000	-	-	-	-	-	**76.000**
Aumento de capital social em 31 de agosto de 2023		450.000	-	-	-	-	-	**450.000**
Redução de capital social em 20 de dezembro de 2023		(150.000)	-	-	-	-	-	**(150.000)**
Plano de Incentivo de longo prazo, liquidável em ações	13.5	-	1.403	-	-	-	-	**1.403**
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	(16.150)	**(16.150)**
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	(2.850)	**(2.850)**
Destinações:								**-**
Ajuste de avaliação patrimonial	13.3	-	-	-	-	(99.499)	-	**(99.499)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**2.153.877**	**1.403**	**-**	**-**	**747.604**	**(167.139)**	**2.735.745**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	14	**21.883**	**12.448**
Custo dos serviços prestados		**(1.755)**	**(347)**
Custo com pessoal		(1.755)	-
Serviços		-	(55)
Materiais, equipamentos e veículos		-	(3)
Outros		-	(289)
Lucro bruto		**20.128**	**12.101**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(36.976)**	**145.485**
Despesas com pessoal		(25.586)	(20.030)
Depreciação e amortização		(653)	(410)
Serviços		(3.526)	(7.896)
Gastos com viagens e estadias		(1.632)	(769)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.633)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(141)	(116)
Outros		(3.805)	(2.331)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	177.037
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	**167.903**	**(146.001)**
Resultado antes do resultado financeiro		**151.055**	**11.585**
Resultado financeiro	15	2.928	(1.812)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		153.983	9.773
Lucro líquido do exercício		**153.983**	**9.773**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**153.983**	**9.773**
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	**(228)**	**535**
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão	(228)	535
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	**(99.271)**	**(228.713)**
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	(99.271)	(228.713)
Total do resultado abrangente do exercício	**54.484**	**(218.405)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**153.983**	**9.773**
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial		(167.903)	146.001
Depreciação e amortização	10 e 11	449	410
Depreciação - direito de uso em arrendamento		204	-
Resultado de operações com derivativos		-	3.396
Juros e variação monetária com partes relacionadas	16	(335)	4.207
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos trabalhistas e previdênciários		1.038	20
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	16	32	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	16	408	-
Ganho na alienação de participação acionária nas Albas		-	(132.101)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações		1.090	-
Rendimento de aplicação financeira		(652)	(6.274)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de partes relacionadas	8	7.624	16.695
Tributos a recuperar		(5.022)	(6.900)
Dividendos e juros sobre capital próprio		146.651	693.793
Despesas antecipadas e outros créditos		346	(235)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(585)	108
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8	(293)	(56.356)
Obrigações sociais e trabalhistas		3.173	(5.227)
Impostos e contribuições a recolher para imposto de renda e contribuição social		(9.635)	9.016
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(253)	(7.521)
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	12.1	(263)	(203)
Outras obrigações		29	4
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**130.086**	**668.606**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital em investidas e outros movimentos		(450.000)	(189.638)
Aplicações financeiras líquidas de resgate		58.293	(8.872)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(391.707)**	**(198.510)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre capital próprio pagos		-	(7.050)
Liquidação de operações com derivativos		-	(3.396)
Integralização de capital		526.000	76.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		(76.000)	(450)
Redução de capital		(150.000)	(647.880)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal		(226)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**299.774**	**(582.776)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**38.153**	**(112.680)**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		10.815	123.495
No final do exercício		48.968	10.815
		38.153	**(112.680)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios afins, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo - SP. Em 31 de maio de 2010, a CPC incorporou a **Engelog**, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a **Divisão Engelog** e a **Divisão Engelogtec**, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos da Companhia, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu como parte dos pagamentos da redução de capital, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o acervo líquido da Engelog e Engelogtec a sua acionista CCR. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2022, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A., no valor de R$ 2.600.000. O pagamento foi realizado parte em moeda corrente (R$ 647.880) e parte com entrega à CCR de participação acionária detida pela CPC nas controladas Metrô Bahia, Barcas, MSVia, Lam Vias, ATP, ND e SPCP (R$ 1.952.120). A seguir estão demonstradas as empresas que a Companhia possui participação e os percentuais de participação pertinentes à CPC de forma direta ou indireta:

Holdings e Serviços

Empresas	País	Investidoras	% de participação
CCR España	Espanha	CCR	100
CCR España Emprendimientos	Espanha	CCR	100
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CCR	100
IAF	Espanha	CCR	46,5
SPAC	Brasil (MG)	CCR	75

Aeroportos

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fim da concessão
		Aeropuertos	42,50		
		Desarrollos	52,40		
Aeris	Costa Rica	Terminal	2,60	1	Maio de 2036
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maio de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	9	Novembro de 2051
CAP	Curaçao	CAI	100	1	Abril de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Equador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeropuertos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	48,77
		CCR Costa Rica Concesiones	51,23
CAI	Curaçao	CCR España Concesiones	39
		CPA	51
CARE	Curaçao	CAI	100
CCR España Concesiones	Espanha	CPC	100
CCR España Emprendimientos	Espanha	CPC	100
CCR Costa Rica Concesiones	Costa Rica	SJO	99,29
CCR Costa Rica Empreendimientos	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
CPA	Brasil	CCR España Concesiones	80
Desarrollos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	51
		CCR Costa Rica Concesiones	49
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
IBSA BVI	USA	Green Airports	50
		SJO	50
IBSA Finance	Barbados	IBSA BVI	100
Icaros	Equador	Quiport Holdings	100
IAF	Espanha	CPC	46,50
Quiport Holdings	Uruguai	CCR España Emprendimientos	100
Quiama Ecuador	Equador	Quiama	100
Quiama	USA	CCR España Emprendimientos	50
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR España Concesiones	99,29
SPAC	Brasil	CPC	75
Terminal	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	50
		CCR Costa Rica Concesiones	50

Outras informações: As concessões da Companhia consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os poderes concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura. Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes. Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão das investidas da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. Os contratos de concessão das investidas da Companhia poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias investidas da Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Principais eventos societários: 1.1.1. Revisões Extraordinárias do Contrato de Concessão - Aeris: a. Adenda n°4 ao Contrato para la Gestión Interesada de Los Servicios Aeroportuarios prestado em el Aeropuerto Juan Santamaria ("Contrato de Gestão Interessada"):** Em 15 de maio de 2023 foi aprovada pelos órgãos competentes da Costa Rica a Adenda n°4 ao Contrato para la Gestión Interesada de Los Servicios Aeroportuarios prestado em el Aeropuerto Juan Santamaria ("Contrato de Gestão Interessada"), firmado por sua controlada indireta Aeris Holding Costa Rica, S.A. ("AERIS"), com a gestora do Aeroporto Internacional Juan Santamaria e o Consejo Técnico de Aviación Civil ("Aditivo"), que vigorou a partir de 30/05/2023. O Aditivo teve por objeto a recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Gestão Interessada, no montante de US$109.270.679,76, devido às perdas incorridas pela AERIS relativas à pandemia do COVID-19, que foi realizada mediante extensão do prazo da concessão por 10 (dez) anos adicionais ao período originalmente contratado, bem como implementação de uma tarifa adicional por Recuperación Económica del COVID-19, no valor de USD 1,56, a ser cobrada por passageiro entrando e/ou saindo do Aeroporto Internacional Juan Santamaria. **1.1.2. Demais eventos societários: a. Redução de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2023, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A. no valor de R$ 150.000.000. O pagamento foi realizado totalmente em moeda corrente. **b. Destaque de juros sobre capital próprio:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023, foi aprovado o destaque de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2022, no valor bruto de R$ 19.000.000,00. **c. Destaque de juros sobre capital próprio - Pampulha:** Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2023, foi aprovado o destaque de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2022, no valor bruto de R$ 2.188.169,88. **1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão:** A Companhia, é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. A administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4(a) (iv) desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 21 de março de 2024, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;

12. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e

16. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **Controladas em conjunto:** Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir. **3.2. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também aufere receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14. **3.4. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócio) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado — Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR — Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.7. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.8. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete o lucro ou prejuízo tributável ou o resultado contábil. **3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). **3.15. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 8 e 16. **b. Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos e do Certificado de Depósito Interbancário - (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 8 e 16. As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação. **c. Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d. Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas na respectiva nota explicativa. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	97
Fornecedores e outras obrigações	855
Juros sobre capital próprio	56.100

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	632	596
Aplicações financeiras (a)	48.336	10.219
Total	**48.968**	**10.815**

Aplicações financeiras	2023	2022
Aplicações financeiras (a)	225	57.866
Total	**225**	**57.866**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,21% do CDI, equivalente a 13,26% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (101,93% do CDI, equivalente a 12,67% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo.

7. Imposto de renda e contribuição social: 7.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**153.983**	**9.773**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(52.354)**	**(3.323)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	57.088	(49.641)
Despesas indedutíveis	(290)	(66)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(2.475)	(1.005)
Lucros auferidos no exterior	(4.531)	(4.828)
Juros sobre capital próprio	5.716	15.980
IR e CS não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(3.528)	(2.031)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	374	-
Reclassificação ajuste acumulado de conversão	-	44.914
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R$ 200.354 (R$ 68.120 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2023) e em 31 de dezembro de 2022 montante de R$ 192.710 (R$ 65.521 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2022) por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

8. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023 Controladoras	2023 Controladas	2023 Outras partes relacionadas	2023 Total	2022 Controladoras	2022 Controladas	2022 Outras partes relacionadas	2022 Total
Ativo	**3**	**12.321**	**3.211**	**15.535**	**115**	**11.276**	**24.933**	**36.324**
Aplicações financeiras	-	-	989	989	-	-	23.216	23.216
Bancos conta movimento	-	-	610	610	-	-	555	555
Contas a receber	3	435	455	893	115	8.397	5	8.517
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	9.279	1.157	10.436	-	559	1.157	1.716
Mútuo	-	2.607	-	2.607	-	2.320	-	2.320
Passivo	**56.100**	**25**	**72**	**56.197**	**116.178**	**-**	**538**	**116.716**
Fornecedores	-	25	72	97	228	-	162	390
Dividendos e juros sobre capital próprio	56.100	-	-	56.100	39.950	-	-	39.950
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	76.000	-	-	76.000
Outros débitos	-	-	-	-	-	-	376	376

Transações	2023 Controladoras	2023 Controladas	2023 Outras partes relacionadas	2023 Total	2022 Controladoras	2022 Controladas	2022 Outras partes relacionadas	2022 Total
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	579	**579**	14	-	210	**224**
Custos /Despesas - serviços especializados e consultorias	-	1.219	693	**1.912**	-	40	411	**451**
Custos/Despesas - lanches e refeições	-	-	(1)	**(1)**	-	-	-	**-**
Custos/Despesas - serviços de campanhas e eventos promocionais	-	62	-	**62**	-	-	-	**-**
Custos/Despesas - infraestrutura utilizada	-	-	(43)	**(43)**	262	-	-	**262**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	-	2	**2**	3.025	-	1.595	**4.620**
Despesas financeiras - derivativos	-	-	-	**-**	-	-	2.137	**2.137**
Repasse de custos e despesas - CSC	203	-	-	**203**	380	829	-	**1.209**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(1.036)	(653)	(514)	**(2.203)**	2.415	47	625	**3.087**
Receitas de aplicações financeiras	-	-	(2.479)	**(2.479)**	-	-	4.292	**4.292**
Receitas financeiras	-	-	-	**-**	-	315	239	**554**
Receita de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	(22.085)	-	**(22.085)**	-	-	-	**-**
Receitas financeiras - mútuos	-	(335)	-	**(335)**	-	283	-	**283**
Prestação de serviços - CSC	-	-	-	**-**	-	12.202	336	**12.538**

8.1. Despesas com profissionais-chave da Administração

	Diretores - Estatutários e não estatutários 2023	2022
Remuneração: (a)	**14.459**	**12.794**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**8.191**	**4.910**
Outros benefícios:	**6.268**	**7.884**
Provisão para remuneração variável do ano	4.834	4.843
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	954	2.698
Previdência privada	471	336
Seguro de vida	9	7

8.2. Saldos a pagar aos profissionais-chave da Administração

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	**5.583**	**5.367**

(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria estatutária e diretória não estatutária); e (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de PPR na Companhia no montante de R$ 5.797. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria estatutária e não estatutária da Companhia no montante de R$ 5.800, incluindo salários, benefícios, remuneração variável paga no ano e contribuição para seguridade social.

9. Investimentos: 9.1 Composição dos investimentos

Controladas e controladas em conjunto	Atividade principal	% de participação em 2023	Controladora - Investimentos (provisão para passivo a descoberto) 2023	2022	Resultado de participações societárias 2023	2022
No Brasil						
Barcas	Concessão aquaviária		-	-	-	(174.331)
Bloco Central	Concessão aeroportuária	100	371.197	213.828	(42.753)	(58.708)
Bloco Sul	Concessão aeroportuária	100	996.443	839.648	(93.388)	(127.168)
Lam Vias	Holding		-	-	-	154
Metrô Bahia	Concessão de transporte de passageiros		-	-	-	102.312
MSVia	Concessão rodoviária		-	-	-	(244.801)
Pampulha	Concessão aeroportuária	100	58.612	55.442	5.308	2.353
SPAC	Holding	75	(51.665)	(17.247)	(34.990)	(7.195)
SPCP	Holding		-	-	-	(502)
No exterior						
CCR España	Holding	100	386.347	210.297	195.409	(97.692)
CCR España Emprendimientos	Holding	100	678.060	756.274	124.602	445.340
Green Airports	Holding	100	245.714	250.459	13.744	14.046
IAF	Holding	46,50	5.345	12.842	1.594	1.263
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios			31.884	37.048	(1.623)	(1.072)
Total			**2.721.937**	**2.358.591**	**167.903**	**(146.001)**

9.2. Movimentação do investimento

	Controladora 2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	**2.358.591**	**5.107.402**
Resultado de equivalência patrimonial	167.903	(146.001)
Transação com sócios e aquisição de participação	-	(49.819)
Aumento/(Redução) de capital	450.000	190.088

	Controladora 2023	2022
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(155.371)	(694.352)
Ajuste de avaliação patrimonial	(99.499)	(96.607)
Outras movimentações	313	(1.952.120)
Saldos em 31 de dezembro	**2.721.937**	**2.358.591**

9.3. Informações financeiras resumidas

Controladas	2023 Ativo circulante e não circulante	2023 Passivo circulante e não circulante	2023 Patrimonio líquido (passivo a descoberto)	2022 Ativo circulante e não circulante	2022 Passivo circulante e não circulante	2022 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2023 Total das receitas brutas do exercício	2023 Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2022 Total das receitas brutas do exercício	2022 Lucro (prejuízo) líquido do exercício
No Brasil										
ATP	-	-	-	3.526	21.025	(17.499)	-	-	3.256	(1.468)
Barcas	-	-	-	206.202	689.771	(483.569)	-	-	94.796	(216.901)
Bloco Central	1.243.446	872.248	371.198	1.046.782	832.954	213.828	383.330	(42.757)	219.609	(58.708)
Bloco Sul	3.650.511	2.654.069	996.442	3.146.054	2.306.406	839.648	845.503	(93.392)	384.960	(127.168)
Lam Vias	-	-	-	430	7	423	-	-	-	181
Metrô Bahia	-	-	-	5.810.006	3.913.631	1.896.375	-	-	915.261	7.365
MSVia	-	-	-	1.177.459	841.143	336.316	-	-	229.307	(306.138)
Pampulha	123.559	64.948	58.611	71.002	15.560	55.442	56.286	5.308	23.857	2.353
SPAC	334	69.221	(68.887)	590	22.395	(21.805)	-	(47.082)	-	(9.582)
SPCP	-	-	-	401.980	56	401.924	-	-	-	(1.475)

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E9B9-9012-5925-A04B.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E9B9-9012-5925-A04B.

continuação

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

	2023			2022			2023		2022	
Controladas	**Ativo circulante e não circulante**	**Passivo circulante e não circulante**	**Patrimonio líquido (passivo a descoberto)**	**Ativo circulante e não circulante**	**Passivo circulante e não circulante**	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**	**Total das receitas brutas do exercício**	**Lucro (prejuízo) líquido do exercício**	**Total das receitas brutas do exercício**	**Lucro (prejuízo) líquido do exercício**
No Exterior										
CCR España	470.644	84.298	386.346	388.763	175.484	213.279	-	195.409	-	(97.692)
CCR España Emprendimientos	678.635	574	678.061	757.156	887	756.269	-	124.602	-	445.340
Green Airports	246.892	1.178	245.714	251.725	1.267	250.458	-	13.744	-	14.046
Total	**6.414.021**	**3.746.536**	**2.667.485**	**13.261.675**	**8.820.586**	**4.441.089**	**1.285.119**	**155.832**	**1.871.046**	**(349.847)**

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					
	Móveis e utensílios	**Máquinas e equipamentos**	**Equipamentos operacionais**	**Total em operação**	**Imobilizações em andamento**	**Total Imobilizado**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**266**	**290**	**618**	**1.174**	**301**	**1.475**
Depreciação	(98)	(96)	(216)	(410)	-	(410)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**168**	**194**	**402**	**764**	**301**	**1.065**
Custo	979	959	2.158	4.096	301	4.397
Depreciação acumulada	(811)	(765)	(1.756)	(3.332)	-	(3.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**168**	**194**	**402**	**764**	**301**	**1.065**
Transferências	-	297	-	297	(297)	-
Depreciação	(98)	(135)	(216)	(449)	-	(449)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**70**	**356**	**186**	**612**	**4**	**616**
Custo	979	1.256	2.158	4.393	4	4.397
Depreciação acumulada	(909)	(900)	(1.972)	(3.781)	-	(3.781)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**70**	**356**	**186**	**612**	**4**	**616**
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2023	10	16	10	-	-	-

11. Intangível

	Intangível			
	Uso de sistemas informatizados	**Total em operação**	**Sistemas informatizados em andamento**	**Total do Intangível**
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**15**	**15**	**406**	**421**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15**	**15**	**406**	**421**
Custo	17	17	406	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15**	**15**	**406**	**421**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15**	**15**	**406**	**421**
Custo	17	17	406	440
Amortização acumulada	(2)	(2)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15**	**15**	**406**	**421**
Taxa média anual de amortização %				
Em 31 de dezembro de 2023	22	-	-	-

12. Riscos trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias. **12.1 Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**22**	**22**
Constituição	1.004	1.004
Pagamentos	(263)	(263)
Atualização de bases processuais e monetária	34	34
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**797**	**797**

12.2 Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Trabalhistas e previdenciários	2.385	250
Total	**2.385**	**250**

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é de R$ 2.153.877, dividido em 1.030.907.105 nominativas ordinárias e 1.030.907.105 nominativas preferenciais. Em 24 de maio 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor total de R$ 76.000, mediante a capitalização de créditos de contratos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) realizados em 2022. Em 31 de agosto 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor total de R$ 450.000, mediante aporte em moeda corrente do País. Em 20 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A., no valor de R$ 150.000. As ações estão assim distribuídas:

	2023				2022			
	Participação acionária	**Quantidade de ações ordinárias**	**Quantidade de ações preferenciais**	**Ações integralizadas**	**Participação acionária**	**Quantidade de ações ordinárias**	**Quantidade de ações preferenciais**	**Ações integralizadas**
CCR S.A.	99,99999999%	1.030.907.104	1.030.907.105	2.061.814.209	99,99999999%	888.386.570	888.386.571	1.776.773.141
SIP - Sociedade de Investimentos e Participações Ltda.	0,00000001%	1	-	1	0,00000001%	1	-	1
	100%	**1.030.907.105**	**1.030.907.105**	**2.061.814.210**	**100%**	**888.386.571**	**888.386.571**	**1.776.773.142**

13.2. Juros sobre capital próprio: Em 15 de dezembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2022, no montante bruto de R$ 19.000, correspondente a R$ 8,7523166206 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R$ 16.150, serão pagos conforme vierem a ser liberados oportunamente. **13.3. Ajuste de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefícios definido. **13.4. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos pela Companhia de seus acionistas, destinados a aumentar o capital social. **13.5. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data. O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (*total shareholder return*) alvo real da Companhia no período. A controladora utilizada o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 108.370; • Data da outorga: 26 de junho de 2023; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 11,72; • Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R$ 13,38, R$ 15,17 e R$ 16,96; • Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%; • *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%; • Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de vesting), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de vesting) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de vesting). O valor justo da parcela atrelada à retenção, 108.370 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 1.403.

14. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	**22.085**	**12.539**
Receita de partes relacionadas	22.085	12.539
Deduções das receitas brutas	**(202)**	**(91)**
Impostos sobre receitas	(202)	(91)
Receita operacional líquida	**21.883**	**12.448**

15. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	**(8.419)**	**(15.101)**
Juros e variações monetárias sobre parcela retida nas aquisições de negócio	-	(4.808)
Perda com operações de derivativos	-	(3.633)
Impostos sobre remessa no exterior	-	(669)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(613)	(15)
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	(97)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(32)	-
Comissões sobre fianças	(4.358)	(3.179)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(3.416)	(2.700)
Receitas financeiras	**11.347**	**13.289**
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.881	12.380
Ganho com operações de derivativos	-	237
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	205	15
Juros e variações monetárias sobre ativos	335	601
Juros e outras receitas financeiras	1.926	56
Resultado financeiro líquido	**2.928**	**(1.812)**

16. Instrumentos financeiros: 16.1 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2023	2022
Ativos		**63.129**	**81.234**
Valor justo através do resultado		**49.193**	**68.681**
Caixa e bancos	Nível 2	632	596
Aplicações financeiras	Nível 2	48.561	68.085
Custo amortizado		**13.936**	**12.553**
Mútuo com partes relacionadas		2.607	2.320
Dividendos e juros sobre capital próprio		10.436	1.716
Contas a receber de partes relacionadas		893	8.517
Passivos		**(57.052)**	**(41.343)**
Custo amortizado		**(57.052)**	**(41.343)**
Fornecedores e outras obrigações		(855)	(1.003)
Juros sobre o capital próprio		(56.100)	(39.950)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(97)	(390)
Total		**6.077**	**39.891**

16.2. Instrumentos financeiros derivativos: As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2023, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou e liquidou *NDF* para a proteção contra a variação cambial em relação aos saldos abertos com a fornecedora Alstom. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro resumido sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

		Valores brutos contratados e liquidados		Resultado	
	Data de vencimento	**Moeda local Recebidos/ (Pagos)**		**Perda em resultado**	
		2023	**2022**	**2023**	**2022**
NDF - risco de câmbio					
Posição Ativa	2023	-	(3.396)	-	(3.396)
		-	(3.396)	-	(3.396)

16.3 Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **16.4. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e mútuos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$ (3) e (4)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
CDI	48.700	5.102	3.831	2.558
Efeito sobre as aplicações financeiras	-	**5.102**	**3.831**	**2.558**
Total do efeito líquido de ganhos	-	**5.102**	**3.831**	**2.558**
As taxas de juros consideradas foram (1):				
CDI (2)		11,6500%	14,5625%	17,4750%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

17. Demonstrações dos fluxos de caixa: 17.1 Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Adiantamento para futuro aumento de capital	**Capital social**	**Arrendamentos**	**Total**
Saldo inicial	**(76.000)**	**(1.777.877)**	**-**	**(1.853.877)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**76.000**	**(376.000)**	**226**	**(299.774)**
Aumento e redução de capital em investidas	76.000	(376.000)	-	(299.774)
Pagamentos de principal e juros	-	-	226	226
Outras variações que não afetam caixa	**-**	**-**	**(441)**	**(441)**
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	-	-	(32)	(32)
Adições	-	-	(409)	(409)
Saldo final	**-**	**(2.153.877)**	**(215)**	**(2.154.092)**

18. Eventos subsequentes: Em 1 de fevereiro 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor total de R$ 160.000, mediante aporte em moeda corrente do País. Em 15 de fevereiro de 2024, houve um aporte de capital social na controlada Bloco Central no montante de R$ 60.300, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021. Em 15 de fevereiro de 2024, houve um aporte de capital social recebido da acionista CCR no montante de R$ 65.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 1 de fevereiro de 2024.

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar — Diretor-Presidente
Fábio Russo Corrêa — Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Companhia de Participações em Concessões**
São Paulo - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações em Concessões (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Participações em Concessões em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E9B9-9012-5925-A04B.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E9B9-9012-5925-A04B.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E9B9-9012-5925-A04B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E9B9-9012-5925-A04B

Hash do Documento

F2B1DA76BFDE8307C1A17732C2D2C80FC4F8AC0CDCDDA2B5A6B06FAAF967BCB9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Ágora Investimentos S.A.

CNPJ 07.838.582/0001-29

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 3º andar, Bela Vista, São Paulo, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Ágora Investimentos S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R$ 58.468 mil, Patrimônio Líquido de R$ 587.943 mil e Ativos Totais de R$ 591.048 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante		**6.414**	**18.166**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	5.966	17.951
Dividendos a Receber	12a	448	215
Não Circulante		**584.634**	**911.259**
Realizável a Longo Prazo		**59.446**	**411.491**
Ativos Financeiros Mensurados Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6	59.259	408.691
Tributos a Compensar ou a Recuperar	13e	187	883
Créditos Tributários	13c	-	1.917
Investimentos	7	**525.188**	**499.768**
Total do Ativo		**591.048**	**929.425**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante		**3.029**	**4.727**
Impostos e Contribuições a Recolher	13f	3.028	4.407
Dividendos a Pagar	8c e 12	-	319
Outras Obrigações a Pagar		1	1
Não Circulante		**76**	**-**
Outras Obrigações a Pagar		76	-
Patrimônio Líquido		**587.943**	**924.698**
Capital Social	8a	515.780	865.780
Reservas de Lucros	8b	63.892	57.020
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.271	1.898
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**591.048**	**929.425**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas Operacionais		**79.175**	**56.002**
Rendimento de Aplicações Financeiras	9	55.772	60.351
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	23.363	(4.670)
Juros Ativos		40	251
Outras Receitas Operacionais		-	70
Despesas Operacionais		**(2.909)**	**(3.251)**
Despesas Tributárias	10	(2.597)	(2.819)
Despesas Gerais e Administrativas	11	(263)	(432)
Juros Passivos		(49)	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**76.266**	**52.751**
Imposto de Renda e Contribuição Social	13a	(17.798)	(19.143)
Lucro Líquido do Exercício		**58.468**	**33.608**
Número de Ações por mil		865.780	865.780
Lucro Líquido por lote de mil Ações em R$		67,53	38,82

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

		Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Eventos	**Capital Social**	**Legal**	**Estatutária**	**Próprias**	**Controladas**	**Lucros/ (Prejuízos) Acumulados**	**Totais**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**865.780**	**15.989**	**7.742**	**(3.063)**	**3.035**	**-**	**889.483**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	33.608	33.608
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(658)	2.584	-	1.926
Resultado Abrangente do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**35.534**
Reservas	-	1.680	31.609	-	-	(33.289)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(319)	(319)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**865.780**	**17.669**	**39.351**	**(3.721)**	**5.619**	**-**	**924.698**
Redução de Capital	(350.000)	-	-	-	-	-	(350.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	58.468	58.468
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.868	2.505	-	6.373
Resultado Abrangente do Exercício	-	-	-	-	-	-	**64.841**
Reservas	-	2.923	43.299	-	-	(46.222)	-
Dividendos Deliberados	-	-	(39.350)	-	-	(12.246)	(51.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**515.780**	**20.592**	**43.300**	**147**	**8.124**	**-**	**587.943**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**76.266**	**52.751**
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) antes dos Impostos	**(23.354)**	**4.419**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(23.363)	4.670
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	9	(251)
Lucro Líquido Ajustado	**52.912**	**57.170**
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	355.293	(46.842)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(8.816)	(9.011)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(694)	515
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.980)	(4.379)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**389.715**	**(2.547)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos	215	101
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	**215**	**101**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Redução de Capital	(350.000)	-
Dividendos Pagos	(51.915)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(401.915)**	**-**
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(11.985)**	**(2.446)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	17.951	20.397
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	5.966	17.951
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(11.985)**	**(2.446)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**58.468**	**33.608**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6.373	1.926
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**64.841**	**35.534**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Investimentos S.A. é uma Sociedade que tem por objetivo: prestação de serviços na área de consultoria e a assessoria e análise econômica para pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, nos termos da legislação vigente; promoção de investimentos; coordenação de contatos entre investidores e a representação de pessoas físicas e estrangeiras, observada a legislação vigente; assistência mercadológica, fomento, assessoria e consultoria de negócios no mercado securitário, financeiro e de capitalização; e participação como sócia ou acionista de outras sociedades. A Ágora Investimentos S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 21 de março de 2024.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a sociedade atua, que é o Real (R$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimento em controladas

Os investimentos em Companhias controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas controladas são eliminados na medida da participação da empresa, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ações

A Sociedade apresenta dados de lucro por lote de mil ações. O lucro por lote de mil ações é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Letras Financeiras, atualização monetária e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 13.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Certificado em Depósito Bancários - CDB Fácil Bradesco (1)	5.966	17.951
Equivalente de caixa	**5.966**	**17.951**

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

Em 31 de dezembro

Títulos	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado/ Contábil (2)**	**Valor de custo atualizado**	**Marcação a mercado**
Letras financeiras (1)	59.259	59.259	59.036	223
Total em 2023	**59.259**	**59.259**	**59.036**	**223**
Total em 2022	**408.691**	**408.691**	**414.329**	**(5.638)**

(1) Refere-se à aplicação em Letras Financeiras - LF, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 100 % do CDI, com vencimento em 02/06/2026; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

Em 31 de dezembro

				Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido ajustado**	**Resultado ajustado**	**ON/PN**	**Cota**	**social - %**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ágora CTVM S.A.	283.741	479.756	27.586	14.271	-	100	479.756	449.964	27.586	(6.952)
Ágora Gestão de Recursos Ltda.	17.800	28.437	(5.032)	-	16.000	100	28.437	33.432	(5.032)	1.545
Ágora Corretora de Seguros S.A.	7.200	14.829	782	766	-	100	14.829	14.233	782	845
Ágora Educacional Ltda.	1.574	2.166	27	-	1.574	100	2.166	2.139	27	(108)
Total							**525.188**	**499.768**	**23.363**	**(4.670)**

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidades de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 515.780 (2022 - R$ 865.780), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Ordinárias	865.780.304	865.780.304
Total	**865.780.304**	**865.780.304**

Em 30.11.2023 houve uma redução de capital social no valor de R$ 350.000, alterando o capital social R$ 865.780 para R$ 515.780, sem movimentação de ações nominais-escriturais.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Reservas de lucros	**63.892**	**57.020**
- Reserva legal (1)	20.592	17.669
- Reserva estatutária (2)	43.300	39.351

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos propostos

Conforme Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2023	**% (1)**	**2022**	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	58.468		33.608	
Reserva legal	(2.923)		(1.680)	
Base de cálculo	**55.545**		**31.928**	
Dividendos propostos (2)	**12.246**	**22**	**319**	**1**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Conforme ata de 31 de março de 2023, foram estipulados dividendos a pagar utilizando Reservas de Lucro estatutária no valor de R$ 39.350 e parte do resultado do 1º trimestre de 2023 no valor de R$ 12.246.

9) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Rendimento de letras financeiras	54.265	58.078
Rendimento de certificado de depósito bancário	1.507	2.273
Total	**55.772**	**60.351**

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Contribuição à Cofins	2.232	2.424
Contribuição ao PIS	363	394
Outras	2	1
Total	**2.597**	**2.819**

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7DF7-ADA8-5C87-7147.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7DF7-ADA8-5C87-7147.

...continuação

Ágora Investimentos S.A.

CNPJ 07.838.582/0001-29

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 3º andar, Bela Vista, São Paulo, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Doações e patrocínios	229	411
Serviços de terceiros (1)	34	21
Total	**263**	**432**

(1) Referem-se, basicamente, a publicações e honorários de auditores independentes.

12) PARTES RELACIONADAS

a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimento S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		**Receita/(Despesas)**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	**5.966**	**17.951**	**-**	**-**
Banco Bradesco S.A.	5.966	17.951	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**59.036**	**408.691**	**-**	**-**
Banco Bradesco S.A.	59.036	408.691	-	-
Dividendos a receber	**448**	**215**	**-**	**-**
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	262	-	-	-
Ágora Corretora de Seguros	186	201	-	-
Ágora Gestão de Recursos	-	14	-	-
Dividendos a pagar	**-**	**(319)**	**-**	**-**
Bradesco Holding Investimento S.A.	-	(319)	-	-
Rendimento letras financeiras	**-**	**-**	**54.265**	**58.078**
Banco Bradesco S.A.	-	-	54.265	58.078
Rendimento de aplicações em CDB	**-**	**-**	**1.507**	**2.273**
Banco Bradesco S.A.	-	-	1.507	2.273

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Sociedade.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(76.266)**	**(52.751)**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 2.10)	(25.930)	(17.935)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	7.943	(1.588)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(64)	(54)
Outros valores	253	434
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(17.798)**	**(19.143)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(17.798)**	**(19.120)**
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	-	(23)
Total dos impostos diferidos	**-**	**(23)**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(17.798)**	**(19.143)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

			Em 31 de dezembro	
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1.917	-	(1.917)	-
Total dos créditos tributários (Nota 2.10)	**1.917**	**-**	**(1.917)**	**-**
Obrigações fiscais diferidas	-	76	-	76
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**1.917**	**76**	**(1.917)**	**76**

d) Obrigações fiscais diferidas

			Em 31 de dezembro	
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	76	-	76
Total dos impostos diferidos	**-**	**76**	**-**	**76**

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R$ 187 (2022 - R$ 883), refere-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 3.028 (2022 - R$ 4.407), referem-se à Imposto de Renda R$ 2.999 (2022 - R$ 2.562), Contribuição Social R$ 0 (2022 - R$ 1.122), Cofins R$ 25 (2022 - R$ 622) e PIS R$ 4 (2022 - R$ 101).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Ágora Investimentos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ágora Investimentos S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho de auditoria do grupo e consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7DF7-ADA8-5C87-7147.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7DF7-ADA8-5C87-7147.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7DF7-ADA8-5C87-7147 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7DF7-ADA8-5C87-7147

Hash do Documento

07E1C5290C5B00A31503197D12D3A2B74CEDE81F43F545E586B7D62CCBB80818

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.701.201/0001-89

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo (Kirton Bank ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2023, o Kirton Bank registrou lucro líquido no montante de R$ 1.461 milhões, patrimônio líquido de R$ 11.446 milhões e ativos totais de R$ 14.486 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Instituição possui participação societária nas empresas Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., Serel Participações em Imóveis S.A., Andorra Holdings, Nova Paiol Participações Ltda., Embaúba Holdings Ltda., Scopus desenvolvimento de Sistema Ltda., Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.

O Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo contrata e faz a gestão dos serviços das auditorias independentes de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	**101**	**101**
Instrumentos Financeiros		**4.517.409**	**3.056.319**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	1.683.702	38.860
Títulos e Valores Mobiliários	6a	227.083	1.444.337
Operações de Crédito	7	259.995	283.835
Outros Instrumentos Financeiros Ativos	8	2.346.629	1.289.287
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	7	**(221.630)**	**(230.507)**
Operações de Crédito		(221.485)	(230.476)
Outros Créditos		(145)	(31)
Créditos Tributários	21c	**1.129.266**	**1.147.327**
Investimentos em Coligadas e Controladas	9	**8.684.644**	**12.664.893**
Outros Ativos	10	**400.209**	**215.399**
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		**(24.205)**	**(24.205)**
Total do Ativo		**14.485.794**	**16.829.327**

Passivo	Nota	2023	2022
Instrumentos Financeiros		**1.748.562**	**1.531.278**
Recursos de Instituições Financeiras	11a	1.748.562	1.531.278
Provisões		**673.568**	**679.747**
Outras Provisões	12	673.568	679.747
Impostos Diferidos	21e	**133.273**	**117.701**
Outros Passivos	13	**484.228**	**1.145.220**
Total do Passivo		**3.039.631**	**3.473.946**
Patrimônio Líquido	15		
Capital Social		8.828.882	10.574.516
Aumento de Capital		-	1.134.380
Reservas de Capital		29.182	29.182
Reservas de Reavaliação		2.970	2.970
Reservas de Lucros		2.442.363	1.481.202
Outros Resultados Abrangentes		142.766	133.131
Total do Patrimônio Líquido		**11.446.163**	**13.355.381**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**14.485.794**	**16.829.327**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira		**117.938**	**379.807**	**628.140**
Operações de Crédito	7	4.077	9.274	210.168
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6b	113.861	370.533	417.972
Despesas da Intermediação Financeira		**(110.531)**	**(217.285)**	**(131.278)**
Operações de Captações do Mercado	13b	(110.531)	(217.285)	(131.278)
Resultado da Intermediação Financeira		**7.407**	**162.522**	**496.862**
Reversão/(Despesas) com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7h	**2.653**	**8.876**	**(190.916)**
Operações de Crédito		2.650	8.859	(190.919)
Outros Créditos		3	17	3
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**10.060**	**171.398**	**305.946**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**766.794**	**1.322.158**	**951.345**
Despesas de Pessoal		-	355	(18.580)
Despesas Administrativas	16	(8.309)	(24.747)	(24.965)
Despesas Tributárias	17	(19.569)	(33.030)	(21.680)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9b	616.794	1.149.206	985.941
Outras Receitas Operacionais	18	210.618	295.964	125.877
Outras Despesas Operacionais	19	(35.131)	(100.014)	(96.088)
Reversão de Provisões	13	2.391	35.134	840
- Trabalhistas		-	1.772	-
- Fiscais		2.391	4.100	670
- Cíveis		-	29.262	170
Resultado Operacional		**776.854**	**1.493.556**	**1.257.291**
Resultado Não Operacional	20	**701**	**5.747**	**(7.737)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**777.555**	**1.499.303**	**1.249.554**
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	28.862	(38.142)	(86.039)
Lucro Líquido		**806.417**	**1.461.161**	**1.163.515**
Lucro por Lote de mil Ações em R$		**150,21**	**272,17**	**94,51**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Lucro Líquido do Período	**806.417**	**1.461.161**	**1.163.515**
Itens que podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	**18.091**	**9.685**	**70.114**
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	18.083	9.709	70.189
- Próprios	1.453	2.218	(1.464)
- De Coligadas e Controladas	16.630	7.491	71.653
Ajuste de Conversão de Subsidiária no Exterior	8	(74)	(75)
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado	**-**	**-**	**(3.229)**
Avaliação Atuarial	-	-	(3.229)
Resultado Abrangente do Semestre	**824.508**	**1.470.796**	**1.230.400**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**777.555**	**1.499.303**	**1.249.554**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	**(619.447)**	**(1.092.882)**	**(722.614)**
Reversão/(Despesa) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.653)	(8.876)	190.916
Constituição/(Reversão) de Provisões para Processos Judiciais	-	65.200	69.938
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(616.794)	(1.149.206)	(985.941)
Outros	-	-	2.473
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	**654.413**	**412.169**	**526.940**
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.817)	(31.370)	7.792.520
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	1.261.978	1.217.254	(1.235.804)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	11.638	23.725	(175.175)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros Ativos	(353.146)	(1.057.228)	275.974
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(264.240)	259.788	(1.039.593)
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos	**581.117**	**581.674**	**-**
Aumento/(Redução) em Recursos de Instituições Financeiras	110.531	217.285	1.531.278
Aumento/(Redução) em Provisões	11.059	(71.378)	(148.241)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	463.896	467.438	1.038.273
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.369)	(31.671)	(51.938)
Caixa Líquido Utilizado das Atividades Operacionais	**1.393.638**	**1.400.264**	**8.514.234**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	1.454	2.218	(1.201)
Dividendos Recebidos	-	4.196.345	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	**1.454**	**4.198.563**	**(1.201)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	-	(1.105.340)	(2.380.081)
Aumento de Capital por Incorporação	-	-	1.134.380
Redução de Capital	-	(2.880.014)	(9.484.419)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**-**	**(3.985.354)**	**(10.730.120)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.395.092**	**1.613.473**	**(2.217.087)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	257.342	38.961	2.256.048
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.652.434	1.652.434	38.961
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.395.092**	**1.613.473**	**(2.217.087)**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento/ (Redução) de Capital	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**21.299.948**	**(1.241.013)**	**29.182**	**2.970**	**1.423.026**	**2.288.967**	**66.246**	**-**	**23.869.326**
Aumento de Capital por Incorporação	-	1.134.380	-	-	-	-	-	-	1.134.380
Redução de Capital	(10.725.432)	1.241.013	-	-	-	-	-	-	(9.484.919)
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	66.885	-	66.885
Dividendos Deliberados com Reservas	-	-	-	-	-	(2.288.967)	-	-	(2.288.967)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	1.163.515	1.163.515
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	58.176	-	-	(58.176)	-
- Dividendos Deliberados com Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.105.339)	(1.105.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.574.516**	**1.134.380**	**29.182**	**2.970**	**1.481.202**	**-**	**133.131**	**-**	**13.355.381**
Homologação Aumento de Capital por Incorporação	1.134.380	(1.134.380)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	(2.880.014)	-	-	-	-	-	-	-	(2.880.014)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	9.635	-	9.635
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	1.461.161	1.461.161
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	73.058	888.103	-	(961.161)	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(500.000)	(500.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.828.882**	**-**	**29.182**	**2.970**	**1.554.260**	**888.103**	**142.766**	**-**	**11.446.163**
Saldos em 30 de junho de 2023	**8.828.882**	**-**	**29.182**	**2.970**	**1.513.939**	**466.505**	**124.675**	**-**	**10.966.153**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	18.091	-	18.091
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	806.417	806.417
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	40.321	421.598	-	(461.919)	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(500.000)	(500.000)
- Reversão de Dividendos do 1º Semestre de 2023	-	-	-	-	-	-	-	155.502	155.502
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.828.882**	**-**	**29.182**	**2.970**	**1.554.260**	**888.103**	**142.766**	**-**	**11.446.163**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo (Kirton Bank ou Instituição), parte integrante de um conjunto de empresas da Organização Bradesco, está autorizado a operar, sob a forma de banco múltiplo, nas carteiras comerciais, de investimentos, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de câmbio e também na administração de cartões de crédito e de fundos mútuos de investimento.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; e provisões cíveis e fiscais. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Kirton Bank.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução n° 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos em empresas controladas e coligadas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata die*.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

l) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D7C2-BCC4-8BEF-9BAD.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D7C2-BCC4-8BEF-9BAD.

...continuação

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.701.201/0001-89

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	101	101
Total de disponibilidades (caixa)	**101**	**101**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.652.333	38.860
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1.652.434**	**38.961**

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	1 a 30 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2023	2022
Aplicações no mercado aberto:					
Posição bancada	**1.652.333**	**-**	**-**	**1.652.333**	**38.860**
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	38.860
Letras do tesouro nacional	1.652.333	-	-	1.652.333	-
Subtotal	**1.652.333**	**-**	**-**	**1.652.333**	**38.860**
Aplicações em depósitos interfinanceiros:					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	31.369	31.369	-
Subtotal	**-**	**-**	**31.369**	**31.369**	**-**
Em 31 de dezembro de 2023	**1.652.333**	**-**	**31.369**	**1.683.702**	
%	**98,1**	**-**	**1,9**	**100,0**	
Em 31 de dezembro de 2022	**38.860**	**-**	**-**		**38.860**
%	**100,0**	**-**	**-**		**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	22.598	183.182	27.423
Subtotal	**22.598**	**183.182**	**27.423**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.817	3.621	287.217
Subtotal	**1.817**	**3.621**	**287.217**
Total (Nota 6b)	**24.415**	**186.803**	**314.640**

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023				2022	
Títulos	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado/ contábil (1)**	**Valor de custo atualizado**	**Marcação a mercado**	**Valor de mercado/ contábil (1)**	**Marcação a mercado**
Títulos disponíveis para venda	**227.083**	**227.083**	**227.204**	**(121)**	**1.444.337**	**(4.154)**
Letras financeiras do tesouro	227.083	227.083	227.204	(121)	223.368	(560)
Letras financeiras	-	-	-	-	1.193.220	(3.594)
Outros	-	-	-	-	27.749	-
Total geral	**227.083**	**227.083**	**227.204**	**(121)**	**1.444.337**	**(4.154)**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Títulos de renda fixa	89.446	183.730	103.333
Títulos de renda variável	-	-	(1)
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	24.415	186.803	314.640
Total	**113.861**	**370.533**	**417.972**

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Kirton Bank não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Níveis de risco												
	AA	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Empréstimos e títulos descontados	-	4.471	29.838	-	-	4.864	7.922	-	212.573	259.668	100,0	283.623	100,0
Subtotal	**-**	**4.471**	**29.838**	**-**	**-**	**4.864**	**7.922**	**-**	**212.573**	**259.668**	**100,0**	**283.623**	**100,0**
Outros créditos	-	-	77	119	-	-	-	-	131	327	-	212	-
Total geral em 31 de dezembro de 2023	**-**	**4.471**	**29.915**	**119**	**-**	**4.864**	**7.922**	**-**	**212.704**	**259.995**			
%	**-**	**1,7**	**11,5**	**-**	**-**	**1,9**	**3,0**	**-**	**81,9**		**100,0**		
Total geral em 31 de dezembro de 2022	**-**	**15.193**	**48.940**	**59**	**-**	**13.046**	**-**	**-**	**238.157**			**283,835**	
%	**-**	**4,8**	**15,5**	**-**	**-**	**4,1**	**-**	**-**	**75,51**				**100,0**

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Níveis de risco										
	AA	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**2023**	**2022**
Curso normal	**-**	**4.471**	**29.915**	**119**	**-**	**4.864**	**-**	**-**	**212.704**	**252.073**	**272.558**
Parcelas vincendas	**-**	**4.471**	**29.915**	**119**	**-**	**4.864**	**-**	**-**	**212.704**	**252.073**	**272.428**
1 a 30	-	339	1.422	3	-	431	-	-	79	2.274	10.716
31 a 60	-	337	1.422	3	-	414	-	-	156	2.332	2.024
61 a 90	-	330	1.422	3	-	409	-	-	3.182	5.346	1.920
91 a 180	-	948	4.267	9	-	1.173	-	-	236	6.634	5.409
181 a 360	-	1.732	8.533	19	-	1.783	-	-	402	12.470	9.966
Acima de 360	-	785	12.849	82	-	654	-	-	208.649	223.017	242.393
Vencidas até 14 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**130**
Curso anormal	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.922**	**-**	**-**	**7.922**	**11.277**
Parcelas vencidas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.967**	**-**	**-**	**2.967**	**1.067**
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	-	-	-	-	2.967	-	-	2.967	1.067
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelas vincendas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.955**	**-**	**-**	**4.955**	**10.210**
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
181 a 360	-	-	-	-	-	-	4.955	-	-	4.955	5.105
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.105
Total geral	**-**	**4.471**	**29.915**	**119**	**-**	**4.864**	**7.922**	**-**	**212.704**	**259.995**	**283.835**
Provisão mínima requerida	-	22	299	4	-	1.459	3.961	-	212.704	218.449	227.848
Provisão complementar	-	22	595	8	-	972	1.584	-	-	3.181	2.659
Provisão existente	**-**	**44**	**894**	**12**	**-**	**2.432**	**5.544**	**-**	**212.704**	**221.630**	**230.507**

I - Segregação de prazo por operação

R$ mil

Exposição - Operações de crédito	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Total
Total em 31 de dezembro de 2023	252.073	-	2.967	-	4.955	259.995
Total em 31 de dezembro de 2022	260.215	12.343	11.277	-	-	283.835

c) Concentração das operações de crédito

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	% (1)	2022	% (1)
Maior devedor	198.154	76,2	198.154	69,8
Dez maiores devedores	259.995	100,0	283.835	100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

d) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	%	2022	%
Pessoa jurídica	**259.668**	**99,9**	**283.624**	**99,9**
Comércio	206.077	79,3	209.431	73,8
Construção e imobiliário	4.864	1,9	8.906	3,1
Educação, saúde e outros serviços	34.309	13,2	50.009	17,6
Siderurgia e metalurgia	11.316	4,4	12.181	4,3
Indústria	3.102	1,2	3.097	1,1
Pessoa física	**327**	**0,1**	**211**	**0,1**
Total	**259.995**	**100,0**	**283.835**	**100,0**

e) Movimentação da carteira de renegociação

R$ mil

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	**224.710**	**238.156**
Renegociação	20.883	221.100
Recebimentos/Outros (1)	(25.098)	(198.168)
Baixas	(1)	(36.378)
Saldo final em 31 de dezembro	**220.494**	**224.710**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**220.494**	**224.710**
Percentual sobre a carteira de renegociação	100,0	100,0

(1) Contempla as liquidações de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

f) Receitas de operações de crédito

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Empréstimos e títulos descontados	3.704	8.847	11.245
Subtotal	**3.704**	**8.847**	**11.245**
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	373	427	198.923
Total	**4.077**	**9.274**	**210.168**

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

R$ mil

	2023	2022
Provisão genérica (1)	227.848	242.637
Provisão complementar (2)	2.659	3.661
Saldo inicial em 1º de janeiro	**230.507**	**246.298**
Despesa/(Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.876)	190.916
Baixas	(1)	(206.707)
Saldo final em 31 de dezembro	**221.630**	**230.507**
Provisão genérica (1)	218.449	227.848
Provisão complementar (2)	3.181	2.659

(1) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada como provisão específica; e

(2) A provisão complementar é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos.

h) Despesa de PDD líquida de recuperações

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
(Constituição)/Reversão	2.653	8.876	(190.916)
Recuperações	373	427	198.923
Total	**3.026**	**9.303**	**8.007**

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Devedores por depósitos em garantia	1.081.884	1.128.887
Pagamentos a ressarcir	140.512	133.907
Títulos patrimoniais (1)	14.379	14.380
Dividendos a receber	1.105.032	9.366
Outros	4.822	2.747
Total	**2.346.629**	**1.289.287**

(1) Contém provisão de R$ (14.380) mil em 30 de junho 2023 e 31 de dezembro de 2022 registradas na rubrica Provisões para redução ao valor recuperável de ativos do balanço patrimonial.

9) INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

a) Composição dos investimentos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Valor contábil	
Empresas	**2023**	**2022**
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (2)	5.787.694	7.024.455
Nova Paiol Participações Ltda. (2)	1.659.400	4.161.909
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	560.084	995.320
Scopus Desenvolvimento de Sistema Ltda.	374.205	-
Andorra Holdings (1)	285.231	-
Embaúba Holdings Ltda.	16.192	24.204
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	1.838	1.857
Ganant Corretora de Seguros Ltda.	-	457.148
Total de investimentos	**8.684.644**	**12.664.893**

(1) Investimento inclui ágio de R$ 17.486 mil (Serel) e R$ 79.536 mil (Andorra). O ágio da Andorra veio através após redução de capital na Nova Paiol em setembro de 2023 (antigo controlador), entregando o investimento ao Kirton Bank, que contempla tal ágio; e

(2) Em janeiro 2023 houve redução de capital (Quixaba - R$ 1.034 mil, Nova Paiol - R$ 589 mil e Serel - R$ 9.915 mil) e pagamento de dividendos.

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

R$ mil

			Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)				Resultado de equivalência patrimonial		
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido ajustado**	**Ações**	**Cotas**	**Participação no capital (1)**	**Lucro líquido ajustado**	**2º Semestre 2023**	**Acumulado em 31 de dezembro 2023**	**Acumulado em 31 de dezembro 2022**
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	4.835.257	5.787.688	-	865.077.202	100,00%	751.225	381.447	751.225	564.822
Serel Participações em Imóveis S.A.	167.000	1.366.435	5.470	-	37,88%	124.625	22.514	47.222	75.326
Ganant Corretora de Seguros Ltda. (2)	274.550	292.743	-	274.550	100,00%	34.922	14.750	34.922	35.267
Nova Paiol Participações Ltda.	1.393.115	1.659.401	-	2.307.255	100,00%	283.914	167.257	283.914	308.618
Andorra Holdings S.A.	91.000	205.694	259.171	-	100,00%	15.906	15.906	15.906	-
Scopus Desenvolvimento de Sistema Ltda.	180.000	374.205	-	180.000	100,00%	13.793	13.793	13.793	-
Embaúba Holdings Ltda.	370.000	443.119	-	11.023	3,38%	63.778	1.093	2.157	1.849
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	800	1.800	-	555	99,99%	67	34	67	59
Total de investimentos							**616.794**	**1.149.206**	**985.941**

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Empresa incorporada pela Nova Paiol, em novembro de 2023.

10) OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Tributos antecipados	379.223	193.991
Outros valores e bens	1.905	2.027
Devedores diversos	9.179	9.479
Certificados de investimento (1)	9.902	9.902
Total	**400.209**	**215.399**

(1) Contém provisão de R$ (9.725) mil em 30 de junho 2023 e 31 de dezembro de 2022 registradas na rubrica "Provisões para redução ao valor recuperável de ativos" do balanço patrimonial.

a) Outros valores e bens

Em 31 de dezembro - R$ mil

			Custo líquido de provisão	
	Custo	**Provisões para redução ao valor recuperável de ativos**	**2023**	**2022**
Imóveis	15.958	(14.053)	1.905	2.027
Veículos e afins	240	(240)	-	-
Total em 31 de dezembro de 2023	**16.198**	**(14.293)**	**1.905**	
Total em 31 de dezembro de 2022	**22.771**	**(20.744)**		**2.027**

11) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

Em 31 de dezembro - R$ mil

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2023	2022
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	1.748.562	1.748.562	
Total em 31 de dezembro de 2023	**-**	**-**	**-**	**1.748.562**	**1.748.562**	
%	**-**	**-**	**-**	**100,0**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**		**1.531.278**
%	**-**	**-**	**-**	**-**		**100,0**

12) OUTRAS PROVISÕES

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Provisões para contingências fiscais	610.749	588.532
Provisão para pagamentos a efetuar	62.267	59.705
Provisões cíveis	205	29.453
Provisões trabalhistas	-	1.686
Outros	347	371
Total	**673.568**	**679.747**

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D7C2-BCC4-8BEF-9BAD.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D7C2-BCC4-8BEF-9BAD.

...continuação

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.701.201/0001-89

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Kirton Bank não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

A principal tese é:

- INSS - Contribuição ao SAT no montante de R$ 500.776 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 480.085 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07;

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

R$ mil

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.686**	**29.453**	**588.532**
Atualização monetária	86	13	30.707
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(1.772)	6.434	(1.802)
Pagamentos	-	(35.695)	(6.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**205**	**610.749**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R$ 1.587.388 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.222.418 mil) para os processos cíveis e R$ 3.283.240 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 2.980.245 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- PLR - Participação nos Lucros e Resultados - Anos-bases de 2009 a 2011 - R$ 182.786 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 172.292 mil): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00;
- PIS e Cofins - R$ 370.272 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 238.112 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de PIS e Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- Autuações de IRPJ - Anos-bases de 2008 e 2009 - R$ 327.753 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 307.927 mil): relativas as supostas exclusões não autorizadas na apuração do lucro real em virtude de superveniência de depreciação, de despesas e receitas operacionais relacionadas; e
- Autuação Fiscal lavrada pela Prefeitura de Salvador por suposta falta de recolhimento de ISS sobre operações de *leasing* para o período de dezembro/2008 a dezembro/2012, no montante de R$ 1.564.244 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.483.333 mil).

14) OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Dividendos a pagar	425.000	1.105.339
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	94
Credores diversos	30.811	29.116
Obrigações por aquisição de bens e direitos	10.962	9.589
Impostos e contribuições a recolher	17.432	1.082
Outros	23	-
Total	**484.228**	**1.145.220**

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R$ 8.828.882 (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 10.574.516 mil), totalmente subscrito e integralizado, é composto por 12.310.614.949 (em 31 de dezembro de 2022 - 12.310.614.949) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2023 foi deliberada a redução de capital social no valor de R$ 2.880.014 mil, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade. Em conformidade com o disposto no artigo 173 da Lei nº 6.404/76, proposta pela Diretoria em Reunião de 5 de janeiro de 2023. O processo foi aprovado pelo Bacen em 21 de abril de 2023.

b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Reservas de lucros	**2.442.363**	**1.481.202**
- Reserva legal (1)	1.554.260	1.481.202
- Reserva estatutária (2)	888.103	-

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 20 de dezembro de 2023 o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 500.000 mil. Os referidos juros sobre capital próprio serão computados no cálculo de dividendo mínimo obrigatório do exercício, previsto no Estatuto Social.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

16) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Serviços de terceiros e técnicos especializados	4.951	20.061	22.206
Contribuições filantrópicas	-	-	450
Serviços do sistema financeiro	204	465	751
Propaganda, promoções e publicidade	61	175	89
Seguros	80	181	640
Outras	3.013	3.865	829
Total	**8.309**	**24.747**	**24.965**

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Contribuição à Cofins	16.029	27.081	17.564
Contribuição ao PIS	2.605	4.359	2.854
Outras	935	1.590	1.262
Total	**19.569**	**33.030**	**21.680**

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Atualização de depósitos judiciais	143.844	223.770	110.240
Reversão de provisões operacionais	29.087	31.959	15.030
Outras	37.687	40.235	607
Total	**210.618**	**295.964**	**125.877**

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Atualizações monetárias passivas	24.308	34.998	46.800
Provisões passivas	-	35.695	47.680
Outras	10.823	29.321	1.608
Total	**35.131**	**100.014**	**96.088**

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	701	5.747	(7.737)
Total	**701**	**5.747**	**(7.737)**

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**777.555**	**1.499.303**	**1.249.554**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(349.900)	(674.686)	(562.299)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Resultado de participações em coligadas e controladas	277.558	517.143	443.673
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	225.000	225.000	-
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(166.500)	(166.500)	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	40.193	51.215	6.116
Outros valores	2.511	9.686	26.471
Imposto de renda e contribuição social do período	**28.862**	**(38.142)**	**(86.039)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	**30.482**	**(6.323)**	**(38.716)**
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(14.884)	(27.338)	(33.025)
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	5.895	(2.043)	(6.445)
Prejuízo fiscal	7.369	(2.438)	(7.853)
Total dos impostos diferidos	**(1.620)**	**(31.819)**	**(47.323)**
Imposto de renda e contribuição social do período	**28.862**	**(38.142)**	**(86.039)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	219.130	59	(4.053)	215.136
Provisões cíveis	12.946	6	(12.860)	92
Provisões fiscais	270.400	15.251	(14.736)	270.915
Provisões trabalhistas	753	-	(753)	-
Provisão para perdas de títulos e investimentos	47.416	1.236	(594)	48.058
Provisão para desvalorização de ativos mantidos para venda	9.335	164	(3.067)	6.432
Outros	103.632	10.189	(2.608)	111.213
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**663.612**	**26.905**	**(38.671)**	**651.846**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	481.808	-	(4.481)	477.327
Subtotal	**1.145.420**	**26.905**	**(43.152)**	**1.129.173**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1.907	-	(1.814)	93
Total dos créditos tributários	**1.147.327**	**26.905**	**(44.966)**	**1.129.266**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 21e)	**117.701**	**31.009**	**(15.437)**	**133.273**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**1.029.626**	**(4.104)**	**(29.529)**	**995.993**

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

R$ mil

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2024	-	-	13.410	10.728	24.138
2025	30.074	24.059	4.003	3.203	61.339
2026	58.765	47.012	426	6.303	112.506
2027	40.336	32.269	-	1.613	74.218
2028	41.387	33.109	-	9.149	83.645
2029	500	400	-	20.465	21.365
2030	150.550	121.265	-	-	271.815
2031	500	400	29.865	23.892	54.657
2032	27.196	21.764	24.226	25.842	99.028
2033	12.367	9.894	43.924	260.277	326.462
Total	**361.675**	**290.172**	**115.854**	**361.472**	**1.129.173**

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, serão contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco Bradesco S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 905.895 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 970.584 mil), sendo: R$ 545.974 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 581.771 mil) de diferenças temporárias e R$ 359.921 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 388.813 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Kirton Bank foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

Saldo em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	Constituição	Realização	2023
Atualização de depósitos judiciais	117.701	31.009	(15.437)	133.273
Total dos impostos diferidos (Nota 21c)	**117.701**	**31.009**	**(15.437)**	**133.273**

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Controlador (1)		Coligadas e Controladas	
	2023	2022	2023	2022
Ativos:				
Aplicações no mercado aberto	1.683.702	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	1.105.032	9.366
Passivos:				
Depósitos interfinanceiros	1.748.562	1.531.278	-	-
Dividendos a pagar	-	1.105.339	-	-

Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil

	Controlador (1)		Coligadas e Controladas	
	2023	2022	2023	2022
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	162.387	314.640	-	-
Despesas de intermediação financeira	(106.754)	(131.278)	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

23) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

R$ mil

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo:						
Caixa e equivalentes a caixa	**101**	**-**	**-**	**-**	**-**	**101**
Instrumentos financeiros	**1.671.954**	**1.119.344**	**50.928**	**1.675.183**	**-**	**4.517.409**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.652.333	-	31.369	-	-	1.683.702
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	227.083	-	227.083
Operações de crédito	5.241	14.312	17.425	223.017	-	259.995
Outros instrumentos financeiros	14.380	1.105.032	2.134	1.225.083	-	2.346.629
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	**(2.418)**	**(4.801)**	**(5.036)**	**(209.375)**	**-**	**(221.630)**
Operações de crédito	(2.410)	(4.788)	(5.013)	(209.274)	-	(221.485)
Outros créditos	(8)	(13)	(23)	(101)	-	(145)
Créditos tributários	**-**	**12.076**	**12.076**	**1.105.114**	**-**	**1.129.266**
Investimentos em coligadas e controladas	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.684.644**	**8.684.644**
Outros ativos	**20.986**	**-**	**-**	**379.223**	**-**	**400.209**
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(24.205)**	**(24.205)**
Total em 31 de dezembro de 2023	**1.690.623**	**1.126.619**	**57.968**	**2.950.145**	**8.660.439**	**14.485.794**
Total em 31 de dezembro de 2022	**55.039**	**94.126**	**80.513**	**3.934.756**	**12.664.893**	**16.829.327**
Passivo:						
Instrumentos financeiros	**-**	**-**	**-**	**1.748.562**	**-**	**1.748.562**
Recursos de instituições financeiras	-	-	-	1.748.562	-	1.748.562
Provisões	**372**	**522**	**815**	**671.859**	**-**	**673.568**
Outras provisões	372	522	815	671.859	-	673.568
Impostos diferidos	**-**	**-**	**-**	**133.273**	**-**	**133.273**
Outros passivos	**28.418**	**425.000**	**30.810**	**-**	**-**	**484.228**
Total do passivo	**28.790**	**425.522**	**31.625**	**2.553.694**	**-**	**3.039.631**
Patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.446.163**	**11.446.163**
Total em 31 de dezembro de 2023	**28.790**	**425.522**	**31.625**	**2.553.694**	**11.446.163**	**14.485.794**
Total em 31 de dezembro de 2022	**1.106.703**	**772**	**136.356**	**2.230.115**	**13.355.381**	**16.829.327**

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.461.161 mil, sendo todo esse valor tratado como resultado recorrente.

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.163.515 mil, sendo todo esse valor tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Kirton Bank como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

d) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva
Contador – CRC 1SP210689/O-2

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D7C2-BCC4-8BEF-9BAD.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D7C2-BCC4-8BEF-9BAD.

...continuação

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.701.201/0001-89

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo ("Kirton Bank" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D7C2-BCC4-8BEF-9BAD.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D7C2-BCC4-8BEF-9BAD.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D7C2-BCC4-8BEF-9BAD ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D7C2-BCC4-8BEF-9BAD

Hash do Documento

3B3506BF03C1C20479B9A001EDC040D0002470189073237B89B3BA826BD96825

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Marrom, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.238 grupos de consórcios em andamento (3.554 em 31 de dezembro de 2022), com 1.531.419 cotas ativas (1.569.684 em 31 de dezembro de 2022) e 2.726.945 bens entregues (2.500.203 em 31 de dezembro de 2022).

No final do exercício de 2023, a Bradesco Consórcios registrou lucro líquido de R$ 1.985 milhões, correspondente a R$ 1.985,06 por lote de mil cotas, patrimônio líquido de R$ 4.479 milhões, ativos totais de R$ 5.468 milhões e receita bruta de prestação de serviços de R$ 2.409 milhões.

Conforme a Alteração contratual de 12 de janeiro de 2023 foi deliberada a redução de capital social de R$ 5.000.000 mil, com o cancelamento de 5.000.000.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 11 de maio de 2023.

A política de dividendos da Instituição assegura aos sócios-cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Bradesco Consórcios contrata e faz a gestão dos serviços da auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	6	**2.343**	**2.712**
Instrumentos Financeiros		**4.722.125**	**11.643.480**
Títulos e Valores Mobiliários	7a	4.675.808	11.590.125
Outros Instrumentos Financeiros	8	46.317	53.355
Créditos Tributários	22c	**240.360**	**118.925**
Imobilizado de Uso	9	**3.813**	**4.923**
Intangível	10	**170.569**	**146.150**
Depreciações e Amortizações		**(114.123)**	**(97.256)**
Imobilizado de Uso	9	(2.185)	(3.069)
Intangível	10	(111.938)	(94.187)
Outros Ativos	11	**443.143**	**343.938**
Provisões para Redução Ao Valor Recuperável de Ativos		**(109)**	**(19)**
Total do Ativo		**5.468.121**	**12.162.853**

Passivo	Nota	2023	2022
Provisões		**43.331**	**39.591**
Outras Provisões	12	43.331	39.591
Impostos Diferidos	22C	16.783	-
Outros Passivos	14	**928.752**	**4.332.271**
Total do Passivo		**988.866**	**4.371.862**
Patrimônio Líquido	15		
Capital Social		1.000.000	6.000.000
Reservas de Lucros		3.479.255	1.828.392
Outros Resultados Abrangentes		-	(37.401)
Total do Patrimônio Líquido		**4.479.255**	**7.790.991**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.468.121**	**12.162.853**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira		**307.309**	**799.316**	**1.562.437**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7b	307.309	799.316	1.562.437
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**307.309**	**799.316**	**1.562.437**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**1.035.599**	**2.013.469**	**2.161.960**
Receitas de Prestação de Serviços	16	1.261.387	2.409.650	2.425.909
Despesas de Pessoal	17	(31.807)	(60.785)	(56.180)
Outras Despesas Administrativas	18	(51.303)	(77.343)	(70.468)
Despesas Tributárias	19	(166.177)	(327.386)	(355.725)
Outras Receitas Operacionais	20	116.612	212.689	309.043
Outras Despesas Operacionais	21	(75.980)	(118.077)	(68.618)
(Despesas)/Reversões de Provisões		(17.133)	(25.279)	(22.001)
- Trabalhistas	13	(939)	(864)	(730)
- Cíveis	13	(16.194)	(24.415)	(21.271)
Resultado Operacional		**1.342.908**	**2.812.785**	**3.724.397**
Resultado Não Operacional		**192**	**372**	**83**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**1.343.100**	**2.813.157**	**3.724.480**
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(329.820)	(828.094)	(579.965)
Lucro Líquido		**1.013.280**	**1.985.063**	**3.144.515**
Lucro por Lote de mil Cotas em R$		**1.013,28**	**1.985,06**	**574,34**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Lucro Líquido do Período	**1.013.280**	**1.985.063**	**3.144.515**
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado	**-**	**-**	**(29.565)**
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-	-	(29.565)
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido	**-**	**-**	**(29.565)**
Resultado Abrangente do Período	**1.013.280**	**1.985.063**	**3.114.950**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.343.100**	**2.813.157**	**3.724.480**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	**(18.522)**	**(81.846)**	**21.716**
Depreciações e Amortizações	9.322	18.113	14.913
Receita Diferida	(46.297)	(72.841)	-
Constituições/(Reversões) e Atualização Monetária de Processos Judiciais	18.385	18.878	6.803
Outros	68	301	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	**1.324.578**	**2.731.311**	**3.746.196**
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(47)	1.387.624	552.587
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros	(746)	7.038	(4.536)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	130.864	(111.579)	(294.670)
Aumento/(Redução) em Provisões	(15.072)	(15.440)	(10.579)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	(28.794)	164.736	(937.410)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(227.088)	(425.434)	(911.778)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**1.183.695**	**3.738.256**	**2.139.810**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	-	4.604.020	-
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	(619.259)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(137)	(137)	(7.515)
Aquisição de Intangível	(13.277)	(24.419)	(15.868)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	**(13.414)**	**4.579.464**	**(642.642)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Redução de Capital	-	(5.000.000)	-
Dividendos Pagos	-	-	(343.230)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(334.200)	(4.297.430)	(1.693.540)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	**(334.200)**	**(9.297.430)**	**(2.036.770)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**836.081**	**(979.710)**	**(539.602)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	3.830.239	5.646.030	6.185.632
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	4.666.320	4.666.320	5.646.030
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**836.081**	**(979.710)**	**(539.602)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2023	2022
Caixa e Equivalente de Caixa	**9.843**	**44.464**
Depósitos Bancários	9.843	44.464
Aplicações Financeiras - Grupos em Andamento e Formação	**9.608.715**	**9.403.731**
Aplicações Financeiras	1.472.208	1.464.108
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	8.136.507	7.939.623
Outros Créditos	**13.941.994**	**12.863.343**
Direitos junto a Consorciados Contemplados	13.925.029	12.844.696
- Normais	13.544.499	12.411.713
- Em Atraso	80.375	127.037
- Em Cobrança Judicial	300.155	305.945
Bens Retomados	16.965	18.648
Compensação	**92.545.012**	**92.156.094**
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	827.394	798.587
Contribuições Devidas ao Grupo	48.974.499	48.491.710
Valor dos Bens a Contemplar	42.743.119	42.865.797
Total do Ativo e Compensações	**116.105.565**	**114.467.633**
Passivo		
Obrigações com Consorciados	8.677.442	8.225.601
Valores a Repassar	164.587	161.371
Obrigações por Contemplações a Entregar	8.136.507	7.939.623
Recursos a Devolver a Consorciados	4.652.292	4.318.187
Recursos dos Grupos	1.929.679	1.664.159
Obrigações com a Administradora	46	2.597
Compensação	**92.545.012**	**92.156.094**
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	827.394	798.587
Obrigações do Grupo por Contribuições	48.974.499	48.491.710
Obrigações por Futuras Contemplações	42.743.119	42.865.797
Total do Passivo e Compensação	**116.105.565**	**114.467.633**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.100.000**	**363.783**	**5.518.954**	**(7.836)**	**-**	**10.974.901**
Aumento de Capital	900.000	-	(900.000)	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(29.565)	-	(29.565)
Juros sobre o Capital Próprio Pago com Reservas	-	-	(1.992.400)	-	-	(1.992.400)
Dividendos Deliberados com Reservas	-	-	(2.626.554)	-	-	(2.626.554)
Lucro Líquido	-	-	-	-	3.144.515	3.144.515
Destinações: - Reservas	-	157.226	1.307.383	-	(1.464.609)	-
- Dividendos Deliberados com Resultado do Exercício	-	-	-	-	(1.679.906)	(1.679.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.000.000**	**521.009**	**1.307.383**	**(37.401)**	**-**	**7.790.991**
Redução de Capital	(5.000.000)	-	-	-	-	(5.000.000)
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	37.401	-	37.401
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(334.200)	(334.200)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.985.063	1.985.063
Destinações: - Reservas	-	99.253	1.551.610	-	(1.650.863)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.000.000**	**620.262**	**2.858.993**	**-**	**-**	**4.479.255**
Saldos em 30 de junho de 2023	**1.000.000**	**569.598**	**2.221.207**	**-**	**-**	**3.790.805**
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(334.200)	(334.200)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.013.280	1.013.280
Destinações: - Reservas	-	50.664	637.786	-	(688.450)	-
- Reversão de Dividendos Propostos no 1º Semestre	-	-	-	-	9.370	9.370
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.000.000**	**620.262**	**2.858.993**	**-**	**-**	**4.479.255**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Disponibilidades no Início do Período	**9.473.262**	**9.448.195**	**9.278.149**
Depósitos Bancários	2.322	44.464	32.764
Aplicações Financeiras	1.487.217	1.464.108	1.570.856
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	7.983.723	7.939.623	7.674.529
(+) Recursos Coletados	**9.558.798**	**18.608.114**	**17.541.321**
Contribuições para Aquisição de Bens	7.434.041	14.447.177	13.538.062
Taxa de Administração	1.325.342	2.545.360	2.464.364
Contribuições ao Fundo de Reserva	214.367	415.654	395.444
Rendimentos de Aplicações Financeiras	436.550	892.282	815.475
Multas e Juros Moratórios	23.476	48.098	46.276
Prêmios de Seguro	77.473	156.444	172.966
Custas Judiciais	-	-	-
Reembolso de Despesas com Registro de Contratos	16.438	34.129	31.687
Outros	31.111	68.969	77.046
(-) Recursos Utilizados	**(9.413.501)**	**(18.437.750)**	**(17.371.275)**
Aquisição de Bens	(7.068.866)	(13.675.844)	(12.546.263)
Taxa de Administração	(1.325.342)	(2.545.361)	(2.466.683)
Multas e Juros Moratórios	(11.588)	(23.759)	(23.025)
Prêmios de Seguro	(78.942)	(158.733)	(174.143)
Custas Judiciais	-	-	-
Devolução a Consorciados Desligados	(471.401)	(943.874)	(966.902)
Despesas com Registro de Contratos	(16.438)	(34.131)	(31.863)
Outros	(440.924)	(1.056.048)	(1.162.397)
Disponibilidades no Final do Período	**9.618.559**	**9.618.559**	**9.448.195**
Depósitos Bancários	9.843	9.843	44.464
Aplicações Financeiras	1.472.208	1.472.208	1.464.108
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	8.136.507	8.136.507	7.939.623

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição) é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Instituição, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e pelas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para empresas administradoras de consórcios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Bradesco Consórcios evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas financeiras foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto, fundos de investimentos e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros

I - Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

e) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

f) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

São compostos por:

- *Software*: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

g) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados. Esses ativos são alocados em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado e, subsequentemente, na redução dos outros ativos de modo *pro rata*.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro tributável considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

I - Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime da competência.

j) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

l) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o período atual:

a) Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021

A norma dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida resolução revogou o art. nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no exercício/2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no exercício/2022, pelo regime de competência.

Conforme o art. nº 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de vigência da Resolução.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A77B-2DBA-62B0-6F03.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A77B-2DBA-62B0-6F03.

...continuação

bradesco consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Marrom, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I - Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

Com a aplicação do CPC 47 o valor relacionado a taxa de administração de clientes contemplados inadimplentes e não contemplados inadimplentes passou a ser reconhecido em resultado no seu respectivo mês de vencimento, com contrapartida em conta patrimonial do ativo, não seguindo mais o reconhecimento em receita apenas no recebimento em caixa.

Os impactos da aplicação nestas linhas estão apresentados nas Notas 11 e 14 desta demonstração financeira.

b) Resolução BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021

A norma alterou a forma de registros financeiros que passaram a ser controlados em contas de compensação, dos seguintes saldos:

- Valores pendentes de recebimento objeto de cobrança judicial, transferidos para administradora de consórcio após o encerramento contábil dos respectivos grupos;
- Valor total dos recursos devidos aos consorciados de grupos encerrados;
- Valor da aplicação, conforme previsto na regulamentação, dos recursos não procurados de grupos encerrados após a Lei nº 11.795/2008 e dos demais recursos recebidos de consorciados de grupos encerrados; e
- A Lei nº 11.795 de 8 de outubro de 2008, define que as disponibilidades financeiras remanescentes na data do encerramento do grupo pelos respectivos consorciados e participantes excluídos como recurso não procurado e independente da sua origem, devem ter tratamento contábil específico, de maneira independente dos registros contábeis da administradora de consórcio. Os recursos posteriores a Lei mencionada, foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156.

A referida norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

	Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Compensação ativa:		
Valores aplicados pela administradora - Recursos de grupos encerrados e recursos não procurados...	500.103	508.668
Compensação passiva:		
Valores devidos aos consorciados - Grupos encerrados - Recursos não procurados	500.103	508.668

c) Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022

Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

- **Aplicações financeiras**

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do Bacen.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comuns e de reserva de cada grupo diariamente.

- **Outros créditos**

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

- **Passivo**

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora, relativos aos prêmios de seguros.

III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após período subsequente a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

- **Contas de compensação**

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados, inclusive em atraso, para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

5) DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

Apresenta recursos coletados e utilizados a valores históricos.

I - Recursos coletados

Representam recursos coletados dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros decorrentes. O valor mensal da contribuição para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos calculado com base em: Valor do bem adquirido, taxa de administração, fundo de reserva e seguros.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de apuração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

II - Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para: entrega do bem, repasse de taxa de administração, repasse de prêmio de seguros, devoluções e distribuição de valores remanescentes de fundo de reserva.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Disponibilidades em moeda nacional	2.343	2.712
Total de disponibilidade (caixa)	**2.343**	**2.712**
Cotas de fundos de investimento (1)	4.663.977	5.643.318
Total de caixa e equivalentes de caixa	**4.666.320**	**5.646.030**

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R$ mil							
	2023						**2022**	
Títulos	**1 a 30 dias**	**31 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado/ contábil**	**Valor de custo atualizado**	**Marcação a mercado**	**Valor de mercado/ contábil**	**Marcação a mercado**
Títulos para negociação	**4.675.808**	**-**	**-**	**4.675.808**	**4.675.808**	**-**	**5.655.085**	**-**
Cotas de fundos de investimentos	4.675.808	-	-	4.675.808	4.675.808	-	5.655.085	-
Títulos disponíveis para venda	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.935.040**	**(56.668)**
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	5.935.040	(56.668)
Total geral	**4.675.808**	**-**	**-**	**4.675.808**	**4.675.808**	**-**	**11.590.125**	**(56.668)**

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R$ mil		
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	307.309	572.976	849.712
Rendas de títulos de renda fixa	-	226.340	712.725
Total	**307.309**	**799.316**	**1.562.437**

c) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Devedores por depósitos em garantia	32.470	31.251
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1)	13.835	22.091
Outros	12	13
Total	**46.317**	**53.355**

(1) Referem-se basicamente a custas pagas aos escritórios de cobrança.

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica dos bens.

				Em 31 de dezembro - R$ mil	
				Custo líquido de depreciação	
	Taxa	**Custo**	**Depreciação**	**2023**	**2022**
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.150	(1.251)	899	1.057
Sistemas de segurança	10%	18	(18)	-	-
Sistema de processamento de dados	20%	1.645	(916)	729	797
Total em 31 de dezembro de 2023		**3.813**	**(2.185)**	**1.628**	
Total em 31 de dezembro de 2022		**4.923**	**(3.069)**		**1.854**

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

					Em 31 de dezembro - R$ - mil	
					Custo líquido de amortização	
	Taxa anual	**Custo**	**Amortização**	***Impairment***	**2023**	**2022**
Software	20%	170.569	(111.938)	(96)	58.535	51.957
Total em 31 de dezembro de 2023		**170.569**	**(111.938)**	**(96)**	**58.535**	
Total em 31 de dezembro de 2022		**146.150**	**(94.187)**	**(6)**		**51.957**

11) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Cessão de cotas	355.477	104.689
Taxas de administração a receber (1)	60.906	87.163
Impostos e contribuições a compensar	25.328	151.132
Outros	1.432	954
Total	**443.143**	**343.938**

(1) Refere-se à taxa de administração sobre parcelas não pagas de cotas contempladas e não contempladas, registradas pelo regime de competência conforme Resolução BCB nº 120/2021.

12) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Provisão para contingências	18.771	18.007
Provisões despesas administrativas	11.748	7.700
Provisões despesas de pessoal	11.403	12.600
Provisão para pagamento a efetuar	1.409	1.284
Total	**43.331**	**39.591**

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Bradesco Consórcios não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

			R$ mil
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**2.480**	**13.705**	**50**
Atualização monetária	632	5.939	3
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	864	24.415	-
Pagamentos	(630)	(30.399)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.346**	**13.661**	**53**

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R$ 54.420 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 39.448 mil) para os processos cíveis e R$ 1.537 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.422 mil) para os processos fiscais.

14) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Rendas antecipadas (1)	594.252	310.382
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	282.805	-
Impostos e contribuições a recolher	32.153	45.804
Sociais e estatutárias	-	3.963.230
Recursos pendentes de identificação	6.428	5.826
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	5.403	5.941
Outras	7.712	1.088
Total	**928.752**	**4.332.271**

(1) Refere-se às receitas de taxa de administração pagas antecipadas, registradas pelo regime de competência.

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R$ 1.000.000 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 6.000.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.000.000.000 (em 31 de dezembro de 2022 - 6.000.000.000) cotas ao valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

Conforme a Alteração contratual de 12 de janeiro de 2023 foi deliberada a redução de capital social de R$ 5.000.000 mil, com o cancelamento de 5.000.000.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 11 de maio de 2023.

b) Movimentação do capital social

				R$ mil
	Quantidade de cotas			
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Início do período	**6.000.000.000**	**5.100.000.000**	**6.000.000**	**5.100.000**
Aumento de capital (1)	-	900.000.000	-	900.000
Redução de capital (2)	(5.000.000.000)	-	(5.000.000)	-
Final do período	**1.000.000.000**	**6.000.000.000**	**1.000.000**	**6.000.000**

(1) Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado o aumento de capital social de R$ 900.000 mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", com a criação de 900.000.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 28 de julho de 2022; e

(2) Conforme a Alteração contratual de 12 de janeiro de 2023, foi deliberada a redução de capital social no montante de R$ 5.000.000 mil, com o cancelamento de 5.000.000.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 11 de maio de 2023.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Reservas de lucros	**3.479.255**	**1.828.392**
- Reserva legal (1)	620.262	521.009
- Reserva estatutária (2)	2.858.993	1.307.383

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações financeiras. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 18 de dezembro de 2023 o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 334.200 mil, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício.

e) Lucro básico por cotas

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade de cotas.

O cálculo do lucro básico por cota relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	Nº de cotas em circulação	**Fração**	**Nº de cotas proporcional em circulação**
Número de cotas no início do período	6.000.000	4/12	2.000.000
Número de cotas após a redução de cotas (Nota 13b)	1.000.000	8/12	666.667
Média ponderada de cotas no período			**2.666.667**
Lucro líquido do período em R$ mil			1.985.063
Lucro básico por cota			**744,40**

16) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Taxa de Administração de grupos de consórcios (1)	1.194.584	2.265.468	2.274.793
Taxa de permanência	66.803	144.182	151.116
Total	**1.261.387**	**2.409.650**	**2.425.909**

(1) Em 2022 o montante de R$ 334.612 mil passou a ser contabilizado em "outros passivos", conforme Resolução BCB nº 120/2021.

17) DESPESAS DE PESSOAL

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Proventos	15.015	28.590	26.288
Encargos sociais	8.483	16.223	14.615
Benefícios	5.417	10.497	9.852
Participação dos empregados nos lucros	2.411	4.742	5.076
Outras	481	733	349
Total	**31.807**	**60.785**	**56.180**

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Contribuições filantrópicas	20.308	20.308	18.607
Depreciações e amortizações	9.322	18.112	14.913
Serviços técnicos especializados	7.882	14.405	13.881
Propaganda, promoções e publicidade	5.401	7.673	7.933
Processamentos de dados	2.986	5.522	4.625
Comunicações	1.259	3.033	3.067
Viagens	1.035	2.097	1.700
Transportes	548	1.164	1.086
Manutenção e conservação de bens	276	528	482
Aluguéis	208	417	476
Outras	2.078	4.084	3.698
Total	**51.303**	**77.343**	**70.468**

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Contribuição à Cofins	115.078	227.716	254.027
Impostos sobre serviços - ISS	26.792	51.512	49.961
Contribuição ao PIS	24.307	48.158	51.737
Total	**166.177**	**327.386**	**355.725**

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Reembolso de taxas (1)	98.871	184.448	109.606
Outras (2)	17.741	28.240	199.437
Total	**116.612**	**212.688**	**309.043**

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências, substituição de bens, vistorias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis; e

(2) Em 2022, a administração através de sua avaliação de riscos efetuou a reversão de uma provisão anteriormente constituída de impostos municipais.

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran	13.704	27.589	25.412
Despesas compartilhadas (1)	27.416	27.416	-
Custas	13.701	26.093	16.943
Ações de reconhecimento	9.343	15.636	6.041
Gravames	3.878	7.751	6.812
Atualização monetária passiva	4.035	6.574	2.435
Taxa de avaliação	973	1.896	1.940
Vistoria	862	1.835	2.240
Comissões sobre vendas	639	977	267
Indenizações	62	125	105
Outras	1.367	2.185	6.423
Total	**75.980**	**118.077**	**68.618**

(1) Refere-se a despesas compartilhadas da estrutura de suporte administrativo do Controlador com a Bradesco Consórcios.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**1.343.100**	**2.813.156**	**3.724.480**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3h)	(456.654)	(956.473)	(1.266.323)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(7.250)	(5.837)	(7.534)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	113.628	113.628	677.416
Outros valores	20.456	20.588	16.476
Imposto de renda e contribuição social do período	**(329.820)**	**(828.094)**	**(579.965)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(386.947)**	**(952.014)**	**(605.496)**
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	57.127	123.920	25.531
Total dos impostos diferidos	**57.127**	**123.920**	**25.531**
Imposto de renda e contribuição social do período	**(329.820)**	**(828.094)**	**(579.965)**

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A77B-2DBA-62B0-6F03.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A77B-2DBA-62B0-6F03.

...continuação

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Marrom, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro - R$ mil			
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Provisões fiscais e trabalhistas	860	391	(96)	1.155
Provisões cíveis	4.660	4.645	(4.660)	4.645
Provisão para seguro de quebra de garantia	137	-	(121)	16
Provisões diversas (Perda líquida definitiva)	996	-	(81)	915
Outros	100.786	135.418	(2.575)	233.629
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**107.439**	**140.454**	**(7.533)**	**240.360**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	19.268	-	(19.268)	-
Total dos créditos tributários	**126.707**	**140.454**	**(26.801)**	**240.360**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 22e)	**7.782**	**9.001**	**-**	**16.783**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**118.925**	**131.453**	**(26.801)**	**223.577**

d) Projeção da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R$ mil		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2024	9.276	2.451	11.727
2025	10.552	2.911	13.463
2026	9.276	2.451	11.727
2027	9.276	2.451	11.727
2028	11.402	3.217	14.619
2029	9.277	2.452	11.729
2030	9.290	2.456	11.746
2031	9.277	2.452	11.729
2032	9.277	2.452	11.729
2033	102.891	27.273	130.164
Total	**189.794**	**50.566**	**240.360**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 188.092 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 85.615 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31 de dezembro - R$ mil			
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Atualização de depósitos judiciais	-	10	-	10
Outros	7.782	8.991	-	16.773
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias (Nota 22c)	**7.782**	**9.001**	**-**	**16.783**

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETA E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R$ mil			
	Controlador (1)		**Coligada (2)**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo:				
Disponibilidades	2.344	2.712	-	-
Letras financeiras	-	5.935.040	-	-
Passivo:				
Dividendos	-	3.963.230	-	-

	Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil			
	Controlador (1)		**Coligada (2)**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas com títulos e valores mobiliários	226.340	712.725	-	-
Outras despesas	-	-	(405)	(265)

(1) O Banco Bradesco S.A., entidade controladora direta e controladora final da Instituição; e

(2) A Andorra Holdings S.A., entidade controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócios-Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R$ 2.850 mil (2022 - R$ 3.500 mil) para remuneração dos administradores e de R$ 2.950 mil (2022 - R$ 2.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Remuneração	2.614	1.634
Total	**2.614**	**1.634**

Benefícios pós-emprego

	Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.950	1.123
Total	**2.950**	**1.123**

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

24) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R$ 9.608.715 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 9.403.731 mil), estão compostas basicamente por cotas de fundos referenciadas DI administrados pelo Banco Bradesco.

A taxa de administração auferida pelo Banco Bradesco e Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários pagas pelo grupo no exercício de 2023 totalizou R$ 120.375 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 124.774 mil).

25) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Quantidade de bens entregues totais	2.726.945	2.500.203
Quantidade de consorciados ativos totais	1.531.419	1.569.684
Quantidade de desistentes e cancelados totais	1.656.631	1.533.725
Quantidade de bens pendentes de entrega	125.363	128.874
Quantidade de grupos administrados	3.238	3.554
Taxa de inadimplência	3,75%	3,75%

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Quantidade de consorciados ativos no período	389.486	418.513
Quantidade de bens entregues no período	226.742	224.964
Quantidade de desistentes e cancelados no período	304.582	322.686

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	827.394	798.587
Obrigações do grupo por contribuições	48.974.499	48.491.710
Consorciados - Bens a contemplar	42.743.119	42.865.797
Créditos à disposição de consorciados	8.136.507	7.939.623

26) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R$ mil					
	1 a 30 dias	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Prazo indeterminado**	**Total**
Ativo						
Disponibilidades	**2.343**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.343**
Instrumentos financeiros	**4.685.365**	**-**	**3.112**	**33.648**	**-**	**4.722.125**
Títulos e valores mobiliários	4.675.808	-	-	-	-	4.675.808
Outros Instrumentos financeiros	9.557	-	3.112	33.648	-	46.317
Créditos tributários	**-**	**-**	**191.025**	**49.335**	**-**	**240.360**
Imobilizado de uso	**19**	**95**	**114**	**1.400**	**-**	**1.628**
Intangível	**977**	**4.885**	**5.862**	**46.907**	**-**	**58.631**
Outros ativos	**356.105**	**25.289**	**803**	**60.946**	**-**	**443.143**
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	**(109)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(109)**
Total em 31 de dezembro de 2023	**5.044.700**	**30.269**	**200.916**	**192.236**	**-**	**5.468.121**
Total em 31 de dezembro de 2022	**125.320**	**5.810.631**	**104.460**	**6.122.442**	**-**	**12.162.853**
Passivo						
Provisões	**7.995**	**-**	**35.098**	**238**	**-**	**43.331**
Outras provisões	7.995	-	35.098	238	-	43.331
Impostos diferido	**-**	**-**	**-**	**16.783**	**-**	**16.783**
Outros passivos	**332.193**	**1.688**	**314**	**594.557**	**-**	**928.752**
Total do passivo	**340.188**	**1.688**	**35.412**	**611.578**	**-**	**988.866**
Total do patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.479.255**	**4.479.255**
Total em 31 de dezembro de 2023	**340.188**	**1.688**	**35.412**	**611.578**	**4.479.255**	**5.468.121**
Total em 31 de dezembro de 2022	**4.025.131**	**-**	**45.313**	**301.418**	**7.790.991**	**12.162.853**

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.985.063 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 3.144.515 mil), sendo este total tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

d) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Diretor Geral
José Ramos Rocha Neto

Diretores-Vice-Presidentes
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior

Diretores Gerentes
João Carlos Gomes da Silva
Antonio José da Barbara

Diretores
Oswaldo Tadeu Fernandes
José Gomes Fernandes
Clayton Neves Xavier
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Francisco Henrique França Fernandes

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos para o semestre e exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Consórcios em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consóricio para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6 SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP 296875/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A77B-2DBA-62B0-6F03.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A77B-2DBA-62B0-6F03.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A77B-2DBA-62B0-6F03 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A77B-2DBA-62B0-6F03

Hash do Documento

89573C6B81D9BE9B0BEBB99293E40E954A2CAFBFC2A273F49C626B31B8A24E85

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Bitz Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 15.011.719/0001-03

Sede: Rua da Consolação, 2.302, 7º andar, Consolação, São Paulo, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras da empresa Bitz Instituição de Pagamento S.A. ("Bitz" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em março de 2023, com o objetivo de fortalecer seu segmento de negócios digitais, o Bradesco convidou os clientes da carteira digital Bitz a abrirem uma conta no Banco Digio. Trata-se de uma decisão estratégica natural, que segue a tendência de mercado de buscar ganhos de sinergia. O *App* do Bitz manteve-se funcional até abril de 2023 e um canal foi mantido para atendimento aos clientes que permaneceram com saldo na carteira digital Bitz para realização do resgate.

Em outubro de 2023, completaram-se 180 dias dos saldos paralisados dos clientes desde abril de 2023. Desta forma, em novembro de 2023, os valores a devolver a clientes foram reportados ao SVR (Sistema de Valores a Receber) do Banco Central do Brasil e a informação ao cliente foi disponibilizada no *site* do Bradesco.

A Companhia está avaliando as alternativas para a melhor utilização dos ativos atualmente registrados, considerando o impacto da nova estratégia de negócio e não identificou até o momento impactos contábeis relevantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou prejuízo de R$ 23.630 mil, Patrimônio Líquido de R$ 838.696 mil e Ativos Totais de R$ 857.202 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

A Companhia contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	6	**82**	**823**
Instrumentos Financeiros		**558.125**	**698.058**
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7a	542.718	695.592
- Títulos e Valores Mobiliários	8a	15.404	1.606
- Outros Instrumentos Financeiros		3	860
Créditos Tributários	21c e 21d	**209.525**	**192.405**
Investimentos em Coligadas e Controladas	9	**5.527**	**13.077**
Imobilizado de Uso	10	**486**	**1.172**
Intangível	11	**64.923**	**35.863**
Depreciações e Amortizações		**(18.050)**	**(6.600)**
- Imobilizado de Uso	10	(221)	(307)
- Intangível	11	(17.829)	(6.293)
Outros Ativos	12	**40.906**	**78.663**
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	9	**(4.322)**	**(11.508)**
Total do Ativo		**857.202**	**1.001.953**

Passivo	Nota	2023	2022
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**45**	**110.768**
- Recursos Disponíveis de Clientes	13	-	93.376
- Outros Passivos Financeiros	13	45	17.392
Provisões		**4.044**	**15.217**
- Outras Provisões	14	4.044	15.217
Outros Passivos	15	**14.417**	**13.642**
Total do Passivo		**18.506**	**139.627**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	1.256.001	1.256.001
Prejuízos Acumulados		(417.305)	(393.675)
Total do Patrimônio Líquido		**838.696**	**862.326**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**857.202**	**1.001.953**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Receitas de Intermediação Financeira	8b	32.841	71.907	97.125
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**32.841**	**71.907**	**97.125**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(17.126)**	**(112.507)**	**(414.383)**
Receitas de Prestação de Serviços	17	-	3.335	9.377
Despesas de Pessoal	18	(328)	(22.310)	(48.078)
Outras Despesas Administrativas	19	(15.900)	(91.680)	(255.539)
Despesas Tributárias		(2.221)	(8.087)	(6.970)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	(120)	(106)	(154)
Outras Receitas Operacionais		1.513	12.868	8.249
Outras Despesas Operacionais	20	(70)	(6.527)	(121.268)
Resultado Operacional		**15.715**	**(40.600)**	**(317.258)**
Resultado Não Operacional		**(1)**	**(150)**	**(6)**
Resultado antes da Tributação sobre o Prejuízo		**15.714**	**(40.750)**	**(317.264)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	21a e 21b	(4.158)	17.120	105.588
Lucro/(Prejuízo) Líquido		**11.556**	**(23.630)**	**(211.676)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	**11.556**	**(23.630)**	**(211.676)**
Ajustes ao Prejuízo Líquido:			
Depreciação e Amortização	6.653	11.930	6.695
Resultado de Equivalência Patrimonial	120	106	154
Lucro/(Prejuízo) Líquido Ajustado antes dos Impostos	**18.329**	**(11.594)**	**(204.827)**
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários	2.351	153.731	(679.556)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(11.666)	37.651	(63.588)
(Aumento)/Redução em Créditos Tributários	4.158	(17.120)	(105.075)
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	(16.871)	(110.723)	80.417
Aumento/(Redução) em Provisões	(799)	(11.173)	(2.698)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	12.524	775	7.493
Caixa Líquido Utilizado das Atividades Operacionais	**8.026**	**41.547**	**(967.834)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	-	(609)
Alienação de Imobilizado de Uso	135	570	-
Aquisição de Intangível	-	(29.060)	(13.859)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	**135**	**(28.490)**	**(14.468)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.161**	**13.057**	**(982.302)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	7.325	2.429	984.731
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	15.486	15.486	2.429
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.161**	**13.057**	**(982.302)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.256.001**	**-**	**-**	**(181.989)**	**1.074.012**
Absorção do Resultado por Incorporação	-	-	-	(10)	(10)
(Prejuízo) do Exercício	-	-	-	(211.676)	(211.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.256.001**	**-**	**-**	**(393.675)**	**862.326**
(Prejuízo) do Exercício	-	-	-	(23.630)	(23.630)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.256.001**	**-**	**-**	**(417.305)**	**838.696**
Saldos em 30 de junho de 2023	**1.256.001**	**-**	**-**	**(428.861)**	**827.140**
Lucro do Semestre	-	-	-	11.556	11.556
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.256.001**	**-**	**-**	**(417.305)**	**838.696**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período/Exercício	**11.556**	**(23.630)**	**(211.676)**
Resultado Abrangente do Período/Exercício	**11.556**	**(23.630)**	**(211.676)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Bitz Instituição de Pagamento S.A. ("Bitz" ou "Companhia") é uma Companhia fechada que desenvolvia atividades não financeiras, tais como: (a) disponibilizar serviço de aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento; (b) executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive a transferência originada de ou destinada à conta de pagamento; (c) gerir conta de pagamento; (d) emitir instrumento de pagamento; (e) credenciar a aceitação de instrumento de pagamento; (f) executar remessa de fundos; (g) converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, e credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica; (h) outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil; e (i) participar de outras sociedades, como sócio, cotista ou acionista.

Em março de 2023, com o objetivo de fortalecer seu segmento de negócios digitais, o Bradesco convidou os clientes da carteira digital Bitz a abrirem uma conta no Banco Digio. Trata-se de uma decisão estratégica natural, que segue a tendência de mercado de buscar ganhos de sinergia. O *App* do Bitz manteve-se funcional até abril de 2023 e um canal foi mantido para atendimento aos clientes que permaneceram com saldo na carteira digital Bitz para realização do resgate.

Em outubro de 2023, completaram-se 180 dias dos saldos paralisados dos clientes desde abril de 2023. Desta forma, em novembro de 2023, os valores a devolver a clientes foram reportados ao SVR (Sistema de Valores a Receber) do Banco Central do Brasil e a informação ao cliente foi disponibilizada no *site* do Bradesco.

A Companhia está avaliando as alternativas para a melhor utilização dos ativos atualmente registrados, considerando o impacto da nova estratégia de negócio e não identificou até o momento impactos contábeis relevantes.

A Companhia está domiciliada na Rua da Consolação, 2.302 - 7º andar - Consolação - 01302-001 - São Paulo/SP.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

O Bitz obteve, em 13 de dezembro de 2022, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade emissor de moeda eletrônica, concedida pelo Bacen, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo Banco Central.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, quando aplicável.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R$). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais.

b) Apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia que está especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos de investimento, debêntures, letras do tesouro nacional, atualização monetária e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e cotas de fundos de investimentos cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantido até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

g) Investimentos em empresas controladas e coligadas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com esta finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 20% ao ano; e
- Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ao ano ou de acordo com a vigência do contrato de locação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por *softwares*, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

m) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Bitz, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, e de liquidez e operacional.

5) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	82	424
Disponibilidades em moeda estrangeira	-	399
Total de disponibilidades	**82**	**823**
Cotas de fundos de investimentos (1)	15.404	1.606
Total de caixa e equivalentes de caixa	**15.486**	**2.429**

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 3.c., os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023: 01 a 30 dias	2023: Prazo indeterminado	2023: Total	2022
Aplicações no mercado aberto:				
Posição financiada:				
- Letras do Tesouro Nacional (1)	-	-	-	86.627
- Debêntures	542.718	-	542.718	608.965
Em 31 de dezembro de 2023	**542.718**	**-**	**542.718**	
%	**100,0**	**-**	**100,0**	
Em 31 de dezembro de 2022	**608.965**	**86.627**		**695.592**
%	**87,6**	**12,4**		**100,0**

(1) Aplicação em título público federal para garantia dos recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, em atendimento a Circular nº 3.681/13.

8) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria

Em 31 de dezembro - R$ mil

Títulos	1 a 30 dias	2023: Valor de mercado/ contábil (1)	2023: Valor de custo atualizado	2023: Marcação a mercado	2022: Valor de mercado/ contábil (1)	2022: Marcação a mercado
Títulos para negociação	**15.404**	**15.404**	**15.404**	**-**	**1.606**	**-**
Cotas de fundos de investimentos (2)	15.404	15.404	15.404	-	1.606	-
Total geral em 31 de dezembro de 2023	**15.404**	**15.404**	**15.404**	**-**		
Total geral em 31 de dezembro de 2022	**1.606**	**1.606**	**1.606**	**-**	**1.606**	**-**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(2) Fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de intermediação financeira.

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Resultado de aplicações em fundos de investimentos	416	746	1.639
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7a)	32.425	71.161	95.486
Total	**32.841**	**71.907**	**97.125**

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DB5E-4EE7-1C3A-4D74.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DB5E-4EE7-1C3A-4D74.

...continuação

Bitz Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 15.011.719/0001-03
Sede: Rua da Consolação, 2.302, 7º andar, Consolação, São Paulo, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

a) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

R$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas	Participação no capital social - %	Investimentos 2023	Investimentos 2022	Resultado de equivalência patrimonial 2023	Resultado de equivalência patrimonial 2022
DINDIN Soluções Financeiras S.A. ...	-	-	-	-	-	-	-	-	(108)
Ágio DINDIN (1)			(10)			41	51	-	-
TECIQ Solutions Tecnologia da Informação Ltda.	1.512	440	(106)	1.511.749	100	440	546	(106)	(46)
Ágio TECIQ (1)			(248)			724	972	-	-
Total em 31 de dezembro			**(364)**	**1.511.749**	**100**	**1.205**	**1.569**	**(106)**	**(154)**

(1) Saldo líquido de baixa por *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 4.322 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 11.508 mil).

b) Conciliação do valor contábil

Movimentação do custo dos Investimentos:

R$ mil

	Participação em coligada - DinDin	Participação em coligada - Teciq	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**50**	**1.519**	**1.569**
Equivalência patrimonial	-	(106)	(106)
Amortização do ágio	(10)	(248)	(258)
Em 31 de dezembro de 2023	**40**	**1.165**	**1.205**

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Taxas de depreciação	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação 2023	Custo líquido de depreciação 2022
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20%	**400**	(135)	**265**	**865**
Total em 31 de dezembro de 2023		**400**	**(135)**	**265**	
Total em 31 de dezembro de 2022		**1.010**	**(145)**		**865**

11) ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Taxas de amortização	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização 2023	Custo líquido de amortização 2022
Marcas e patentes (1)	-	90	-	90	90
Softwares da plataforma Bitz	20%	58.541	(11.537)	47.004	29.480
Total em 31 de dezembro de 2023		**58.631**	**(11.537)**	**47.094**	
Total em 31 de dezembro de 2022		**35.863**	**(6.293)**		**29.570**

(1) Por ter vida útil indefinida, o custo da conta Marcas e Patentes não sofre amortização.

12) OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Suprimento Tecban e valores recebidos via Boleto, TED e PIX	-	29.599
Imposto e contribuições a compensar	39.678	22.146
Adiantamento a fornecedores	-	18.074
Despesas antecipadas a amortizar	1.228	8.699
Adiantamento de pessoal	-	145
Total	**40.906**	**78.663**

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Recursos disponíveis de clientes (1)	-	93.376
Outros passivos financeiros	45	17.392
Total	**45**	**110.768**

(1) O Bitz encerrou as atividades de transações operacionais com os clientes em abril de 2023 e os recursos disponíveis dos clientes foram reclassificados para "Credores Diversos" e disponibilizados no Sistema de Valores a Receber (SVR) do Bacen.

14) OUTRAS PROVISÕES

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Provisão de despesa com pessoal	3.889	14.089
Outras provisões (1)	-	1.067
Provisão de restruturação	61	61
Provisão para contingência cível	94	-
Total	**4.044**	**15.217**

(1) Refere-se basicamente a provisão de custos operacionais e *marketing*.

15) OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Credores diversos - País	-	10.387
Fiscais e previdenciárias	240	3.255
Saldos de clientes paralisados há mais de 180 dias	14.177	-
Total	**14.417**	**13.642**

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é de R$ 1.256.001 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.256.001 mil), dividido em 20.429.247 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2022 - 20.429.247 ações ordinárias), nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. Não houve distribuição devido a Companhia apresentar prejuízos nos últimos períodos.

Reserva de retenção de lucros (estatutária): É destinada à manutenção de margem operacional compatível com as operações ativas da Companhia, até o limite de 95% do capital social. Não houve distribuição devido a Companhia apresentar prejuízos nos últimos exercícios.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do período ajustado na forma da Lei. Não houve distribuição devido à companhia apresentar prejuízos nos últimos exercícios.

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Prestação de serviços com intercâmbio com bandeira e tarifa de saque	-	3.335	9.377
Total	**-**	**3.335**	**9.377**

18) DESPESAS DE PESSOAL

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Proventos/Encargos	256	18.793	40.895
Benefícios	14	1.127	2.238
Previdência privada	58	2.390	4.945
Total	**328**	**22.310**	**48.078**

19) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Serviços administrativos e *marketing*	9.247	79.750	248.844
Depreciação, amortização e ágio	6.653	11.930	6.695
Total	**15.900**	**91.680**	**255.539**

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Custos com o processamento de bônus e *cashback*	-	5.928	117.244
Outros	70	599	4.024
Total	**70**	**6.527**	**121.268**

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(15.714)**	**(40.750)**	**(317.264)**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	5.343	13.855	107.870
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e controladas	40	(36)	(53)
Despesas e provisões não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.225)	858	(169)
Outros valores	-	2.443	(2.060)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**4.158**	**17.120**	**105.588**

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Impostos diferidos:			
Constituição/realização sobre adições temporárias	65	(1.202)	1.577
Constituição no período sobre:			
Base negativa de contribuição social	1.298	4.926	27.550
Prejuízo fiscal	2.795	13.396	76.461
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**4.158**	**17.120**	**105.588**

c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para gratificação	293	-	(293)	-
Provisão de remuneração variável	1.979	982	(1.979)	982
Provisão para reestruturação	21	-	-	21
Ágio amortizado	95	88	-	183
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**2.388**	**1.070**	**(2.272)**	**1.186**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	190.017	18.322	-	208.339
Total dos créditos tributários	**192.405**	**19.392**	**(2.272)**	**209.525**

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Em 31 de dezembro - R$ mil

Ano	Diferenças temporárias: Imposto de renda	Diferenças temporárias: Contribuição social	Prejuízo fiscal: Imposto de renda	Base negativa: Contribuição social	Total
2024	184	66	4.060	1.462	5.772
2025	184	66	4.262	1.534	6.046
2026	184	66	4.601	1.656	6.507
2027	184	66	5.025	1.809	7.084
2028	-	-	5.590	2.012	7.602
2029	-	-	6.101	2.196	8.297
2030	-	-	6.659	2.397	9.056
2031	-	-	7.269	2.617	9.886
2032	-	-	7.934	2.856	10.790
2033	137	49	101.461	36.838	138.485
Total	**873**	**313**	**152.962**	**55.377**	**209.525**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 159.260 mil (em dezembro de 2022 - R$ 159.198 mil), sendo: R$ 1.065 mil (em dezembro de 2022 - R$ 2.216 mil) de diferenças temporárias e R$ 158.195 mil (em dezembro de 2022 - R$ 156.982 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Bitz foram devidamente ativados.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar correspondem ao montante de R$ 39.678 mil (R$ 22.080 mil em dezembro de 2022) e referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas, sendo a Aranaú Holdings S.A. como controlador direto e o Banco Bradesco S.A. como controlador final, são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 Ativo (Passivo)	2023 Receitas	2022 Ativo (Passivo)	2022 Receitas
Ativos:				
Disponibilidades (1)	82	-	823	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	542.718	71.161	695.592	95.486

(1) Controlador indireto - Banco Bradesco S.A.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Há processos judiciais evidenciados na Nota 14 destas demonstrações financeiras, considerando os processos com *status* "Provável" para as contingências cíveis. Não há processos classificados como "Possíveis" nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022.

b) Não há operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c) Resultados recorrentes e não recorrentes:

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Companhia, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos exercícios:

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ (23.630) mil, sendo que não houve resultado não recorrente no exercício.

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ (211.676) mil, sendo que não houve resultado não recorrente no exercício.

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito, a Resolução CMN nº 4.966 estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

24) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

DIRETORIA

Evandro Alves de Souza
Contador – CRC 1SP335578/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da

Bitz Instituição de Pagamento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bitz Instituição de Pagamento S.A. ("Bitz" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bitz Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DB5E-4EE7-1C3A-4D74.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DB5E-4EE7-1C3A-4D74.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DB5E-4EE7-1C3A-4D74 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DB5E-4EE7-1C3A-4D74

Hash do Documento

423441D33D711F71CC2104D577522B5B84E0B74EA1C18955B81DD8F5A05810DC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado integrando serviços financeiros com soluções de tecnologia. Nossa proposta é gerar valor, compartilhar estratégias e impulsionar negócios para nossos parceiros de forma sustentável, contínua e crescente, com foco permanente na centralidade do cliente. Com destaque no crédito ao consumo por meio da emissão e gestão de cartões de crédito *co-branded* das bandeiras Visa, Elo e Mastercard, crédito pessoal e seguros.

A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias estratégicas.

No exercício de 2023, o Bradescard registrou prejuízo de R$ 127 milhões, Patrimônio Líquido de R$ 194 milhões e Ativos Totais de R$ 14.779 milhões.

A Instituição possui participação societária na empresa Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	**3.301**	**3.246**
Instrumentos Financeiros		**10.881.816**	**11.272.375**
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	733.134	514.932
- Títulos e Valores Mobiliários	6a	14	13
- Operações de Crédito	7	3.916.204	3.609.855
- Outros Instrumentos Financeiros	8	6.232.464	7.147.575
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7h	**(2.133.012)**	**(1.687.481)**
- Operações de Crédito		(1.936.664)	(1.390.033)
- Outros Créditos		(196.348)	(297.448)
Créditos Tributários	24c	**2.002.708**	**1.527.285**
Investimentos em Coligadas	9	**102.366**	**157.230**
Imobilizado de Uso	10	**11.266**	**40.677**
Intangível	11	**3.429.023**	**3.190.607**
Depreciações e Amortizações		**(1.540.327)**	**(1.206.481)**
- Imobilizado de Uso	10	(9.020)	(38.657)
- Intangível	11	(1.531.307)	(1.167.824)
Outros Ativos	12	**2.040.379**	**1.914.803**
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	11	**(18.104)**	**(18.104)**
Total do Ativo		**14.779.416**	**15.194.157**

Passivo	Nota	2023	2022
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**10.384.331**	**9.594.538**
- Recursos de Instituições Financeiras	13a	7.085.731	6.115.174
- Outros Passivos Financeiros	13c	3.298.600	3.479.364
Provisões	14	**1.663.693**	**1.568.797**
- Outras Provisões	14	1.663.693	1.568.797
Impostos Diferidos	24e	**370.514**	**333.441**
Outros Passivos	16	**2.167.070**	**3.268.617**
Total do Passivo		**14.585.608**	**14.765.393**
Patrimônio Líquido			
- Capital Social	17a	280.000	265.000
- Reservas de Lucros	17c	41.190	163.868
- Ajuste de Avaliação Patrimonial		36	(104)
- Prejuízo Acumulado		(127.418)	-
Total do Patrimônio Líquido		**193.808**	**428.764**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**14.779.416**	**15.194.157**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reail mil

	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira		**976.864**	**2.074.873**	**1.487.553**
Operações de Crédito	7g	967.020	2.091.018	2.239.458
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6b	28.133	63.481	124.261
Resultado de Operações de Câmbio		(3)	(179)	(3.389)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(18.286)	(79.447)	(872.777)
Despesas de Intermediação Financeira		**(438.707)**	**(868.239)**	**(415.176)**
Operações de Captações no Mercado	13b	(438.707)	(868.239)	(415.176)
Resultado da Intermediação Financeira		**538.157**	**1.206.634**	**1.072.377**
(Despesa)/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7h	(916.382)	(1.979.808)	(991.533)
- Operações de Crédito		(975.449)	(2.095.688)	(1.013.768)
- Outros Créditos		59.067	115.880	22.235
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**(378.225)**	**(773.174)**	**80.844**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**152.350**	**338.117**	**247.124**
Receitas de Prestação de Serviços	18	771.846	1.531.454	1.481.663
Despesas de Pessoal	19	(9.967)	(19.774)	(19.645)
Outras Despesas Administrativas	20	(352.374)	(752.088)	(828.231)
Despesas Tributárias	21	(80.791)	(170.526)	(180.771)
Resultado de Participações em Coligadas	9	7.596	14.814	14.093
Outras Receitas Operacionais	22	184.984	442.261	545.203
Outras Despesas Operacionais	23	(334.431)	(642.997)	(700.551)
Despesas de Provisões		(34.513)	(65.027)	(64.637)
- Trabalhistas	15b	(518)	(1.876)	(12.288)
- Cíveis	15b	(33.847)	(60.425)	(50.459)
- Outras		(148)	(2.726)	(1.890)
Resultado Operacional		**(225.875)**	**(435.057)**	**327.968**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**(225.875)**	**(435.057)**	**327.968**
Imposto de Renda e Contribuição Social	24a	104.915	199.961	(91.598)
Lucro/(Prejuízo) Líquido		**(120.960)**	**(235.096)**	**236.370**
Lucro por Lote de mil Ações		**(19,35)**	**(37,61)**	**37,81**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Lucro Líquido do Período	**(120.960)**	**(235.096)**	**236.370**
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado	**125**	**140**	**134**
Outros Resultados Abrangentes	125	140	134
Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado	**-**	**-**	**-**
Resultado Abrangente do Período	**(120.835)**	**(234.956)**	**236.504**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento/ (Redução) de Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.862.677**	**-**	**89.483**	**577.412**	**(238)**	**-**	**5.529.334**
Aumento de Capital com Reservas	45.111	-	(45.111)	-	-	-	-
Redução de Capital em Espécie	(4.642.788)	-	-	-	-	-	(4.642.788)
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	134	-	134
Dividendos Pagos com Reservas	-	-	-	(577.412)	-	-	(577.412)
Juros sobre Capital Próprio Deliberado	-	-	-	-	-	(116.874)	(116.874)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	236.370	236.370
Destinações: - Reservas	-	-	11.818	107.678	-	(119.496)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**265.000**	**-**	**56.190**	**107.678**	**(104)**	**-**	**428.764**
Aumento de Capital com Reservas	15.000	-	(15.000)	-	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	140	-	140
Lucro Líquido/(Prejuízo)	-	-	-	-	-	(235.096)	(235.096)
Destinações: - Reservas	-	-	-	(107.678)	-	107.678	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**280.000**	**-**	**41.190**	**-**	**36**	**(127.418)**	**193.808**
Saldos em 30 de junho de 2023	**265.000**	**15.000**	**41.190**	**107.678**	**(89)**	**(114.136)**	**314.643**
Aumento de Capital com Reservas	15.000	(15.000)	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	125	-	125
Lucro Líquido/(Prejuízo)	-	-	-	-	-	(120.960)	(120.960)
Destinações: - Reservas	-	-	-	(107.678)	-	107.678	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**280.000**	**-**	**41.190**	**-**	**36**	**(127.418)**	**193.808**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(225.875)**	**(435.057)**	**327.968**
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos:	**1.092.112**	**2.353.324**	**1.323.330**
- Constituição/Reversão e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	83.943	162.801	153.843
Depreciações e Amortizações	99.343	225.068	191.474
Resultado de Participações em Coligadas	(7.596)	(14.814)	(14.093)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	916.382	1.979.808	991.533
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	3	178	313
Outros	37	283	260
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	**(338.515)**	**(981.274)**	**(2.087.478)**
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
- Operações de Crédito	(696.237)	(1.840.626)	(1.199.220)
- Outros Instrumentos Financeiros	379.088	915.111	(717.080)
- Outros Ativos	(21.366)	(55.759)	(171.178)
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos	**(41.300)**	**(518.987)**	**5.758.167**
- Recursos de Clientes	-	-	(2.276)
- Recursos de Instituições Financeiras	347.085	970.557	6.115.174
- Outros Instrumentos Financeiros Passivos	67.742	(180.764)	193.112
- Provisões	(37.041)	(68.188)	(72.328)
- Outros Passivos	(284.331)	(975.589)	(318.848)
- Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(134.755)	(265.003)	(156.667)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**486.422**	**418.006**	**5.321.987**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação/(Aquisição) de Imobilizado de Uso	(3.960)	(9.189)	(1.463)
Aquisição de Intangível	38.205	(91.038)	(2.059.517)
Dividendos Recebidos	-	-	65
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	**34.245**	**(100.227)**	**(2.060.915)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Redução de Capital	-	-	(4.642.788)
Juros sobre Capital Próprio Pagos	-	(99.343)	(745.712)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	**-**	**(99.343)**	**(5.388.500)**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**520.667**	**218.436**	**(2.127.428)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	215.771	518.178	2.645.919
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	(179)	(313)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	736.435	736.435	518.178
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**520.667**	**218.436**	**(2.127.428)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações financeiras Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações financeiras do Bradescard, estão sendo apresentada parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, por no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, é registrada na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

O investimento em empresa coligada, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Ativo intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e
- *Software*: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando a geração de benefícios econômicos futuros.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC).

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores de exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6B1A-58E9-1F29-9B2F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6B1A-58E9-1F29-9B2F.

...continuação

Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 37 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	343	283
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.958	2.963
Total de disponibilidades (caixa)	**3.301**	**3.246**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	733.134	514.932
Total de caixa e equivalentes de caixa	**736.435**	**518.178**

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	1 a 30 dias	2023	2022
Aplicações no mercado aberto:			
Posição bancada:			
Letras do Tesouro Nacional	733.134	733.134	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	514.932
Total em 31 de dezembro de 2023	**733.134**	**733.134**	
%	**100,0**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2022	**514.932**		**514.932**
%	**100,0**		**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	28.133	63.481	84.211
Subtotal	**28.133**	**63.481**	**84.211**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**-**	**-**	**40.050**
Total	**28.133**	**63.481**	**124.261**

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Por categorias e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023				2022	
Títulos	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado/ contábil (1)**	**Valor de custo atualizado**	**Marcação mercado**	**Valor de mercado/ contábil (1)**	**Marcação a mercado**
Títulos disponíveis para venda:						
Certificado de depósito bancário	14	14	14	-	13	-
Total geral	**14**	**14**	**14**	**-**	**13**	**-**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	28.133	63.481	124.261
Total	**28.133**	**63.481**	**124.261**

c) Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Bradescard não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Níveis de risco										
	AA	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**2023**	**2022**
Empréstimos e títulos descontados	4.158	1.261.581	179.748	217.789	254.471	226.913	198.005	174.221	1.399.318	3.916.204	3.609.855
Outros créditos (1)	21.839	5.739.798	148.893	116.650	48.539	26.181	13.505	10.916	98.739	6.225.060	7.140.503
Total geral em 31 de dezembro de 2023	**25.997**	**7.001.379**	**328.641**	**334.439**	**303.010**	**253.094**	**211.510**	**185.137**	**1.498.057**	**10.141.264**	
Total geral em 31 de dezembro de 2022	**83.141**	**5.948.579**	**1.645.658**	**958.623**	**543.662**	**301.390**	**251.303**	**223.052**	**794.950**		**10.750.358**

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Níveis de risco										
	AA	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**2023**	**2022**
Curso normal	**25.997**	**7.001.379**	**240.824**	**216.044**	**145.919**	**78.209**	**39.451**	**30.605**	**201.550**	**7.979.978**	**9.031.901**
Parcelas vincendas	**25.943**	**6.919.612**	**238.807**	**210.943**	**141.695**	**75.562**	**38.181**	**29.626**	**196.581**	**7.876.949**	**8.924.454**
1 a 30	7.249	2.305.378	57.341	48.387	29.584	15.724	7.742	6.209	55.847	2.533.458	2.812.231
31 a 60	4.091	1.214.327	38.294	32.407	19.215	10.201	5.536	4.291	32.561	1.360.924	1.507.348
61 a 90	2.774	795.437	25.412	21.856	13.482	7.048	3.804	2.882	19.526	892.221	965.877
91 a 180	5.237	1.343.219	48.222	42.362	27.662	14.169	7.330	5.447	34.370	1.528.017	1.762.255
181 a 360	4.698	958.328	42.358	37.748	27.298	14.217	6.998	5.364	30.059	1.127.069	1.276.674
Acima de 360	1.894	302.923	27.180	28.183	24.454	14.203	6.771	5.433	24.218	435.260	600.069
Vencidas até 14 dias	**54**	**81.767**	**2.017**	**5.101**	**4.225**	**2.647**	**1.270**	**979**	**4.969**	**103.029**	**107.447**
Curso anormal	**-**	**-**	**87.816**	**118.395**	**157.091**	**174.884**	**172.059**	**154.532**	**1.296.507**	**2.161.286**	**1.718.457**
Parcelas vencidas	**-**	**-**	**68.072**	**102.136**	**149.663**	**171.716**	**170.556**	**153.476**	**1.291.259**	**2.106.879**	**1.652.734**
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
15 a 30	-	-	68.072	7.558	7.270	4.867	1.925	1.324	7.013	98.029	107.463
31 a 60	-	-	-	94.578	15.454	8.954	4.035	3.062	14.448	140.530	178.393
61 a 90	-	-	-	-	126.939	10.617	4.624	3.129	16.240	161.550	191.014
91 a 180	-	-	-	-	-	147.279	159.973	145.961	65.025	518.237	615.137
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	1.188.533	1.188.533	560.708
Parcelas vincendas	**-**	**-**	**19.744**	**16.259**	**7.428**	**3.168**	**1.503**	**1.056**	**5.248**	**54.407**	**65.723**
1 a 30	-	-	3.032	2.496	1.659	871	449	285	1.477	10.267	15.285
31 a 60	-	-	536	404	312	140	66	50	234	1.742	2.018
61 a 90	-	-	701	496	303	137	62	47	222	1.968	2.173
91 a 180	-	-	1.974	1.453	796	359	156	128	575	5.440	5.858
181 a 360	-	-	4.191	3.466	1.439	600	265	208	964	11.132	12.322
Acima de 360	-	-	9.311	7.945	2.919	1.062	506	339	1.778	23.858	28.067
Total geral	**25.997**	**7.001.379**	**328.641**	**334.439**	**303.010**	**253.094**	**211.510**	**185.137**	**1.498.057**	**10.141.264**	**10.750.358**
Provisão mínima requerida	-	35.007	3.286	10.033	30.301	75.928	105.756	129.595	1.498.057	1.887.963	1.296.479
Provisão complementar	-	6.149	6.540	23.377	60.572	50.593	42.281	55.536	-	245.048	391.002
Provisão existente	**-**	**41.155**	**9.826**	**33.411**	**90.873**	**126.522**	**148.036**	**185.132**	**1.498.057**	**2.133.012**	**1.687.481**

c) Segregação de prazo por operação

R$ mil

Exposição - Operações de crédito	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Total
Total em 31 de dezembro de 2023	7.479.118	328.704	434.773	179.414	528.108	1.191.147	10.141.264
Total em 31 de dezembro de 2022	8.464.688	340.812	539.915	212.105	628.450	564.388	10.750.358

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	% (1)	2022	% (1)
Maior devedor	837	-	1.390	-
Dez maiores devedores	5.651	0,1	5.616	-
Vinte maiores devedores	9.045	0,1	8.521	0,1
Cinquenta maiores devedores	15.824	0,2	13.628	0,1
Cem maiores devedores	23.364	0,2	19.011	0,2

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	%	2022	%
Setor privado	**10.141.264**	**100,0**	**10.750.358**	**100,0**
Pessoa jurídica	(2.549)	-	558	-
Pessoa física	10.143.813	100,0	10.749.800	100,0
Total	**10.141.264**	**100,0**	**10.750.358**	**100,0**

f) Movimentação da carteira de renegociação

R$ mil

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	**687.718**	**494.064**
Renegociação	960.002	1.388.925
Recebimentos/Outros (1)	(581.437)	(1.146.477)
Baixas	(155.005)	(48.794)
Saldo final do exercício	**911.278**	**687.718**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	523.489	329.878
Percentual sobre a carteira de renegociação	57,0	48,0

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

g) Receitas de operações de crédito

Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Empréstimos e títulos descontados	2.011.906	1.938.991
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	79.112	300.467
Total	**2.091.018**	**2.239.458**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve cessão de crédito no montante de R$ 530.750 mil (2022 - R$ 3.974.839 mil), sendo operações ativas R$ 132.477 mil (2022 - R$ 964.796 mil) e, operações já baixadas para prejuízo no montante de R$ 398.272 mil (R$ 3.010.040 mil em 2022), sem retenção de riscos e benefícios, cujo valor de venda total foi de R$ 23.407 mil (R$ 304.103 mil em 2022).

h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
- Provisão específica (1)	984.554	845.400
- Provisão genérica (2)	311.925	314.780
- Provisão complementar (3)	391.002	339.372
Saldo inicial do exercício	**1.687.481**	**1.499.552**
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.979.808	991.533
Baixas para prejuízo	(1.534.277)	(803.604)
Saldo final do exercício	**2.133.012**	**1.687.481**
- Provisão específica (1)	1.563.314	984.554
- Provisão genérica (2)	324.650	311.925
- Provisão complementar (3)	245.048	391.002

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7b).

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Outros créditos - Cartões de crédito	6.225.060	7.140.503
Títulos e créditos a receber	5.588	6.310
Relações interfinanceiras de liquidez	1.816	762
Total	**6.232.464**	**7.147.575**

9) INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Valor contábil	
Empresa	**2023**	**2022**
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. (1)	102.366	157.230
Total	**102.366**	**157.230**

(1) Em março de 2023 houve pagamento de dividendos no montante de R$ 69.817 mil.

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

R$ mil

						Resultado de equivalência patrimonial		
						2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
Empresa	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Quantidade de cotas possuídas (em milhares)**	**Participação no capital social %**	**Lucro líquido**	**2023**	**2023**	**2022**
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda.	236.250	263.735	77.321	35,921415	41.241	7.596	14.814	14.093
Total	**236.250**	**263.735**	**77.321**		**41.241**	**7.596**	**14.814**	**14.093**

10) IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro - R$ mil

				Custo líquido de depreciação	
	Taxa	**Custo**	**Depreciação**	**2023**	**2022**
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos	10%	2.194	(2)	2.192	1.154
Sistema de processamento de dados	20%	9.072	(9.018)	54	866
Total em 31 de dezembro de 2023		**11.266**	**(9.020)**	**2.246**	
Total em 31 de dezembro de 2022		**40.677**	**(38.657)**		**2.020**

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Em 31 de dezembro - R$ mil

					Custo líquido de amortização	
	Taxa	**Custo**	**Amortização (1)**	***Impairment* (3)**	**2023**	**2022**
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	Contrato	1.612.990	(294.869)	-	1.318.121	1.396.492
Software (2)	20%	430.811	(367.482)	-	63.329	80.820
Acordos operacionais	-	1.385.222	(868.956)	(18.104)	498.162	527.367
Total em 31 de dezembro de 2023		**3.429.023**	**(1.531.307)**	**(18.104)**	**1.879.612**	
Total geral em 31 de dezembro de 2022		**3.190.607**	**(1.167.824)**	**(18.104)**		**2.004.679**

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;

(2) *Softwares* adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas; e

(3) Valor referente ao *impairment* registrado para acordos de parcerias.

12) OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Depósitos fiscais	1.592.237	1.495.735
Impostos a compensar	127.539	190.096
Depósitos cíveis	75.750	76.483
Depósitos trabalhistas	43.844	34.691
Outros	201.009	117.798
Total	**2.040.379**	**1.914.803**

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

Em 31 de dezembro - R$ mil

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2023	2022
- Depósitos interfinanceiros	314.243	3.906.046	1.413.278	1.452.164	7.085.731	6.115.174
Total em 31 de dezembro de 2023	**314.243**	**3.906.046**	**1.413.278**	**1.452.164**	**7.085.731**	
%	**4,4**	**55,1**	**20,0**	**20,5**	**100,0**	
Total em 31 de dezembro de 2022	**-**	**3.840.709**	**935.664**	**1.338.801**		**6.115.174**
%	**-**	**62,8**	**15,3**	**21,9**		**100,0**

b) Despesas de intermediação financeira

R$ mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Depósitos interfinanceiros	438.707	868.239	415.174
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	-	-	2
Total	**438.707**	**868.239**	**415.176**

c) Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Relações interfinanceiras	3.298.600	3.479.364
Total	**3.298.600**	**3.479.364**

14) OUTRAS PROVISÕES

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Provisões fiscais	1.579.414	1.483.772
Provisões cíveis	67.212	64.054
Provisões trabalhistas	7.208	6.964
Outras	9.859	14.007
Total	**1.663.693**	**1.568.797**

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradescard não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6B1A-58E9-1F29-9B2F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6B1A-58E9-1F29-9B2F.

...continuação

Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

A principal tese é:

– PIS e Cofins no montante de R$ 1.579.414 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.483.772 mil): pleiteia calcular e recolher as referidas contribuições sobre as receitas de prestação de serviços (faturamento), afastando a aplicabilidade dos artigos 3º, § 1º e 8º da Lei nº 9.718/98 e ainda, recolher a Cofins utilizando a alíquota de 2% prevista na LC 70/91.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

			R$ mil
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**6.964**	**64.054**	**1.483.772**
Atualização monetária	796	4.061	95.642
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	3.661	60.425	-
Pagamentos	(4.213)	(61.328)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.208**	**67.212**	**1.579.414**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R$ 98.629 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 101.437 mil) para os processos cíveis e R$ 317.990 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 285.604) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

– IRPJ e CSLL - Ano-base de 2008 a 2013 - R$ 61.443 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 52.760 mil) lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimento.

16) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Operações relacionadas a cartão de crédito	2.055.412	3.102.307
Passivo de receita diferida	94.745	44.057
Impostos e contribuições a recolher	15.691	22.826
Sociais e estatutárias	-	99.343
Outros	1.222	84
Total	**2.167.070**	**3.268.617**

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R$ 280.000 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 265.000 mil), está representado por 6.251.374.560 (em 31 de dezembro de 2022 - 6.251.374.560) ações nominativas-escriturais, sendo 3.125.687.280 (em 31 de dezembro de 2022 - 3.125.687.280) Ordinárias e 3.125.687.280 (em 31 de dezembro de 2022 - 3.125.687.280) Preferenciais.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R$ mil	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Início do período	**6.251.374**	**6.251.374**	**265.000**	**4.862.677**
Aumento de capital com reserva (1)	-	-	15.000	45.111
Redução de capital em espécie	-	-	-	(4.642.788)
Final do período	**6.251.374**	**6.251.374**	**280.000**	**265.000**

(1) Em alteração contratual de 28 de abril de 2023, deliberou-se o aumento de capital social de R$ 15.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "reserva de lucros - estatutária", sem emissão de ações. O processo foi aprovado pelo Bacen em 19 de julho de 2023.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Reservas de lucros	**41.190**	**163.868**
- Reserva legal (1)	41.190	56.190
- Reservas estatutárias (2)	-	107.678

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

e) Lucro por ação

O lucro/(prejuízo) por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de ações. O valor apurado do exercício de 2023 foi de R$ (37,61) e, em 2022, R$ 37,81.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Rendas com cartões de crédito (1)	427.119	857.079	864.732
Comissões	235.815	471.553	498.419
Rendas de antecipação de obrigações	108.912	202.822	118.512
Total	**771.846**	**1.531.454**	**1.481.663**

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

19) DESPESAS DE PESSOAL

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Proventos	5.534	10.994	10.899
Benefícios	2.088	4.076	3.840
Encargos sociais	1.717	3.338	3.419
Participação dos empregados no lucro	555	1.261	1.428
Outros	73	105	59
Total	**9.967**	**19.774**	**19.645**

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Serviços de terceiros	144.870	283.913	313.444
Depreciações e amortizações	99.343	225.068	191.474
Processamentos de dados	61.164	143.005	177.415
Comunicações	32.557	71.676	99.046
Propaganda, promoções e publicidade	6.265	8.478	10.827
Serviços do sistema financeiro	3.152	6.790	8.429
Manutenção e conservação de bens	3.532	5.906	5.165
Transporte	149	5.082	19.861
Outras	1.342	2.170	2.570
Total	**352.374**	**752.088**	**828.231**

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Contribuição à Cofins	56.815	121.068	128.521
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	13.260	26.590	27.704
Contribuição ao PIS	9.233	19.678	20.888
Outras	1.483	3.190	3.658
Total	**80.791**	**170.526**	**180.771**

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Reversões de provisões operacionais	119.653	267.398	421.847
Atualização monetária ativa	52.444	106.382	108.953
Recuperação de encargos e despesas	12.792	29.645	11.748
Outras	95	38.836	2.655
Total	**184.984**	**442.261**	**545.203**

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Despesas de comercialização de cartão de crédito	126.706	228.443	279.383
Descontos concedidos em renegociações	87.403	164.220	157.095
Atualização monetária passiva	50.014	111.626	126.825
Despesas de serviços de associados	41.624	80.413	82.707
Perdas operacionais	75	9.293	18.656
Outras	28.609	49.002	35.885
Total	**334.431**	**642.997**	**700.551**

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(225.875)**	**(435.057)**	**327.968**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	101.644	195.776	(147.585)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas	3.418	6.666	6.342
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(1.707)	(4.051)	(2.298)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	-	-	52.593
Outros valores	1.560	1.570	(650)
Imposto de renda e contribuição social do período	**104.915**	**199.961**	**(91.598)**

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

			R$ mil
	2º Semestre	**Acumulado em 31 de dezembro**	
	2023	**2023**	**2022**
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(11.646)**	**(238.389)**	**(72.979)**
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período, sobre adições e exclusões temporárias	116.561	438.350	(18.619)
Total dos impostos diferidos	**116.561**	**438.350**	**(18.619)**
Imposto de renda e contribuição social do período	**104.915**	**199.961**	**(91.598)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

			Saldo em 31 de dezembro - R$ mil	
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	828.900	958.779	(526.403)	1.261.276
Provisões fiscais	643.324	43.039	-	686.363
Provisões cíveis	28.824	1.827	(406)	30.245
Provisões trabalhistas	3.134	1.162	(1.053)	3.243
Impairment de títulos e investimentos	8.147	-	-	8.147
Outros	14.956	1.764	(3.286)	13.434
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 3g)	**1.527.285**	**1.006.571**	**(531.148)**	**2.002.708**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e)	**333.441**	**43.387**	**(6.314)**	**370.514**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**1.193.844**	**963.184**	**(524.834)**	**1.632.194**

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

			R$ mil
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2024	436.305	349.044	785.349
2025	77.518	62.014	139.532
2026	92.958	74.366	167.324
2027	97.484	77.987	175.471
2028	23.317	18.653	41.970
2030	391.643	294.720	686.363
2033	3.722	2.977	6.699
Total	**1.122.947**	**879.761**	**2.002.708**

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, serão contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários calculados considerando a taxa média de captação do Banco Bradesco S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 1.797.921 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1. 362.327 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do Banco Bradescard foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

			Saldo em 31 de dezembro - R$ mil	
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Atualização de depósitos judiciais	333.441	43.387	(6.314)	370.514
Total dos impostos diferidos (Nota 24c)	**333.441**	**43.387**	**(6.314)**	**370.514**

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

						Em 31 de dezembro - R$ mil
	Controlador (1)		**Coligadas (2)**		**Pessoal-Chave da Administração (3)**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativos:						
Disponibilidades	2.958	2.963	-	-	-	-
Aplicações no mercado aberto	733.134	514.932	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	69.817	65	-	-
Operações de crédito, outros créditos e outros valores e bens	-	-	8.864	6.915	34	-
Passivos:						
Depósitos à vista	7.085.731	9.703.531	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	99.343	-	-	-	-
Outros passivos	120	517	-	-	-	-

						Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil
	Controlador (1)		**Coligadas (2)**		**Pessoal-Chave da Administração (3)**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Resultado:						
Receitas de intermediação financeira	63.394	124.261	-	-	-	-
Despesas de intermediação financeira	846.294	415.176	-	-	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	-	-	9.625	8.581	-	-

(1) O Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora direta e a controladora final da Instituição;

(2) Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

26) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

						R$ mil
	1 a 30 dias	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Prazo indeterminado**	**Total**
Ativo:						
Disponibilidades	**3.301**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.301**
Instrumentos financeiros	**5.494.171**	**2.973.326**	**1.955.187**	**459.132**	**-**	**10.881.816**
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	733.134	-	-	-	-	733.134
- Títulos e valores mobiliários	-	-	-	14	-	14
- Operações de crédito	3.034.589	378.748	236.830	266.037	-	3.916.204
- Outros Instrumentos financeiros	1.726.448	2.594.578	1.718.357	193.081	-	6.232.464
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	**(1.825.073)**	**(179.654)**	**(68.832)**	**(59.453)**	**-**	**(2.133.012)**
- Operações de crédito	(1.768.256)	(68.960)	(44.507)	(54.949)	-	(1.936.672)
- Outros créditos	(56.817)	(110.694)	(24.325)	(4.504)	-	(196.340)
Créditos tributários	**-**	**332.357**	**332.356**	**1.337.995**	**-**	**2.002.708**
Investimentos em coligadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**102.366**	**102.366**
Imobilizado de uso	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.266**	**11.266**
Intangível	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.429.023**	**3.429.023**
Depreciação e amortização acumulada	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.540.327)**	**(1.540.327)**
- Imobilizado de uso	-	-	-	-	(9.020)	(9.020)
- Intangível	-	-	-	-	(1.531.307)	(1.531.307)
Outros ativos	**175.341**	**93.138**	**18.119**	**1.753.781**	**-**	**2.040.379**
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.104)**	**(18.104)**
Total do ativo em 31 de dezembro de 2023	**5.831.964**	**3.219.167**	**2.236.830**	**-**	**1.984.224**	**14.779.416**
Total do ativo em 31 de dezembro de 2022	**3.940.824**	**4.275.487**	**1.519.155**	**3.294.762**	**2.163.929**	**15.194.157**
Passivo:						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**3.612.843**	**3.906.046**	**1.413.278**	**1.452.164**	**-**	**10.384.331**
- Outros passivos financeiros	3.298.600	-	-	-	-	3.298.600
- Recursos de instituições financeiras	314.243	3.906.046	1.413.278	1.452.164	-	7.085.731
Provisões	**12.050**	**8.549**	**8.366**	**1.634.728**	**-**	**1.663.693**
- Outras provisões	12.050	8.549	8.366	1.634.728	-	1.663.693
Impostos diferidos	**-**	**-**	**-**	**370.514**	**-**	**370.514**
Outros passivos	**2.167.070**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.167.070**
Total do passivo	**5.791.963**	**3.914.595**	**1.421.644**	**3.457.406**	**-**	**14.585.608**
Total do patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**193.808**	**193.808**
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.791.963**	**3.914.595**	**1.421.644**	**3.457.406**	**193.808**	**14.779.416**
Total em 31 de dezembro de 2023	**5.791.963**	**3.914.595**	**1.421.644**	**3.457.406**	**193.808**	**14.779.416**
Total em 31 de dezembro de 2022	**6.662.012**	**3.948.514**	**944.030**	**3.210.837**	**428.764**	**15.194.157**

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

No exercício de 2023 nosso resultado contábil foi de R$ (235.096) mil, onde o resultado recorrente foi de R$ (235.096) mil, não havendo resultado não recorrente.

No exercício de 2022 nosso resultado contábil foi de R$ 236.370 mil, onde o resultado recorrente foi de R$ 236.370 mil, não havendo resultado não recorrente.

b) Plano de previdência complementar

O Banco Bradescard é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a Bram - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do Bradescard são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradescard são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2023 totalizaram R$ 1.361 mil (2022 - R$ 1.310 mil).

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Banco Bradescard, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

e) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva

Contador - CRC 1SP210689/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradescard S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bradescard S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6B1A-58E9-1F29-9B2F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6B1A-58E9-1F29-9B2F.

...continuação

bradescard

Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7h a Instituição registrou em 31 de dezembro de 2023 o montante de, R$ 2.133.012 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito, que compreendem, as operações de crédito e outros créditos.

Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("*ratings*"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada *rating*.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("*ratings*") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos *ratings*, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações contábeis e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de *rating* em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de *ratings* de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto ao aumento da inadimplência aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como *ratings* mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior *rating* para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do *rating* anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras nos montantes de R$ 1.579.414 mil e R$ 67.212 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2023.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e premissas utilizados para mensurar as provisões de passivos contingentes.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.

Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.

Obtivemos e avaliamos as confirmações recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.

Para as ações cíveis, testamos a suficiência da provisão comparando o valor dos desembolsos efetivos para processos encerrados no exercício com os valores anteriormente provisionados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

As demonstrações financeiras incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R$ 1.632.194 mil (notas explicativas nº 24c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.

Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Instituição, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros e taxas de câmbio aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte:

Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo da Instituição para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e às projeções finais de lucros tributáveis pela Instituição.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Instituição e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6B1A-58E9-1F29-9B2F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6B1A-58E9-1F29-9B2F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6B1A-58E9-1F29-9B2F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6B1A-58E9-1F29-9B2F

Hash do Documento

7F19C8176D3F4654A3BD98FF1F42F94E558731BEECD929938854201C8DBA0421

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 24

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 22 de março de 2024

TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV DIstribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Tivio Capital DTVM" ou "Companhia") (antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Tivio Capital DTVM é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar carteiras e fundos de investimentos.

Em agosto de 2022, o Banco Votorantim S.A., então controlador da Companhia, firmou parceria estratégica com o Banco Bradesco para a formação de uma gestora de investimentos independente, com autonomia na gestão dos recursos e marca própria. Na transação, o Banco Bradesco, por meio de uma de suas controladas, adquiriu 51% do capital da Companhia. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 15 de fevereiro de 2023 e liquidada em 28 de fevereiro de 2023 (*closing*).

Conforme fato relevante publicado em 22 de junho de 2023, a nova gestora de investimentos teve sua denominação social alterada de BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Tivio Capital DTVM registrou Resultado de operações com títulos e valores mobiliários no montante de R$ 21,0 milhões, queda de 40,1% sobre as Receitas obtidas no exercício de 2022. A variação nas receitas reflete, principalmente, a queda nos ativos sob gestão da Companhia. A Companhia encerrou o exercício de 2023 com R$ 31,6 bilhões de ativos sob gestão, comparado a R$ 47,8 bilhões no encerramento de 2022. A Tivio Capital DTVM registrou prejuízo líquido de R$ 11,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma queda de 57,4% ante o prejuízo de R$ 26,3 milhões registrados no exercício de 2022.

A administração da Tivio Capital DTVM agradece aos quotistas, clientes e parceiros pela confiança depositada, e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	**84.352**	**3.405**
Disponibilidades	–	634	205
Aplicações interfinanceiras de liquidez	–	83.718	3.200
Ativos financeiros	–	**33.330**	**295.359**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6a	**–**	**256.330**
Títulos e valores mobiliários	7a	**19.615**	**17.918**
Carteira de títulos e valores mobiliários	–	21.368	19.671
(Provisões para redução ao valor recuperável)	–	(1.753)	(1.753)
Outros ativos financeiros	8a	**13.715**	**21.111**
Ativos fiscais	–	**65.246**	**58.573**
Ativos tributários correntes	15a.1	3.874	882
Ativos fiscais diferidos	15a.2	61.372	57.691
Imobilizado de uso	9	**3.624**	**5**
Outras imobilizações de uso	–	10.621	6.895
(Depreciação acumulada)	–	(6.997)	(6.890)
Intangível	10a	**8.884**	**9.939**
Ativos intangíveis	–	37.439	37.053
(Amortização acumulada)	–	(18.727)	(17.286)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	–	(9.828)	(9.828)
Outros ativos	8a	**6.083**	**11.480**
TOTAL DO ATIVO	–	**201.519**	**378.761**

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Passivos financeiros	–	**2.069**	**10.424**
Outros passivos financeiros	11a	2.069	10.424
Passivos fiscais	–	**9.042**	**13.495**
Passivos tributários correntes	15b.1	9.042	13.495
Provisões para contingências	18a	**7.053**	**10.039**
Outros passivos	11a	**63.942**	**63.354**
Patrimônio líquido	–	**119.413**	**281.449**
Capital social	13a	133.082	322.774
(Prejuízos) acumulados	–	(13.669)	(41.325)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	–	**201.519**	**378.761**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	–	**6.999**	**18.687**	**20.995**	**35.057**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7c	6.999	18.687	20.995	35.057
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	–	**6.999**	**18.687**	**20.995**	**35.057**
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		**6.371**	**(1.011)**	**3.918**	**(3.076)**
Outras (provisões)/reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	8a	6.371	(1.011)	3.918	(3.076)
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	–	**(21.098)**	**(30.373)**	**(19.630)**	**(56.734)**
Receitas de prestação de serviços	12a	55.777	53.275	109.987	113.308
Despesas de pessoal	12b	(53.873)	(50.708)	(84.940)	(112.646)
Outras despesas administrativas	12c	(22.420)	(27.900)	(40.306)	(53.350)
Despesas tributárias	15c	(5.251)	(6.132)	(10.591)	(11.893)
(Constituição)/reversão de provisão para passivos contingentes	18a.3	2.841	1.824	2.986	8.764
Outras receitas operacionais	12d	2.265	691	4.116	1.135
Outras despesas operacionais	12e	(437)	(1.423)	(882)	(2.052)
RESULTADO OPERACIONAL	–	**(7.728)**	**(12.697)**	**5.283**	**(24.753)**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	13	**(941)**	**470**	**(941)**	**470**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	–	**(8.669)**	**(12.227)**	**4.342**	**(24.283)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14d.2	**4.838**	**6.106**	**5.235**	**12.991**
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	–	**(12.336)**	**(5.574)**	**(20.762)**	**(14.988)**
PREJUÍZO	–	**(16.167)**	**(11.695)**	**(11.185)**	**(26.280)**
RESULTADO POR AÇÃO					
(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - R$		(0,50)	(0,36)	(0,35)	(0,81)
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	14c	32.277.389	32.277.389	32.277.389	32.277.389

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Individual	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**322.774**	**–**	**(15.045)**	**307.729**
(Prejuízo) líquido do período	–	–	–	(26.280)	(26.280)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**322.774**	**–**	**(41.325)**	**281.449**
Mutações do período		**–**	**–**	**(26.280)**	**(26.280)**
Saldos em 30 de Junho de 2023		**133.082**	**125**	**2.373**	**135.580**
(Prejuízo) líquido do período	–	–	–	(16.167)	(16.167)
Reserva legal	–	–	(125)	125	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**133.082**	**–**	**(13.669)**	**119.413**
Mutações do período		**–**	**(125)**	**(16.042)**	**(16.167)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**322.774**	**–**	**(41.325)**	**281.449**
Redução de capital	13a	(189.692)	–	38.841	(150.851)
(Prejuízo) líquido do período	–	–	–	(11.185)	(11.185)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**133.082**	**–**	**(13.669)**	**119.413**
Mutações do período		**(189.692)**	**–**	**27.656**	**(162.036)**

O (Prejuízo) por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
(Prejuízo) do período	**(16.167)**	**(11.695)**	**(11.185)**	**(26.280)**
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	–	–	–	–
Resultado abrangente	**(16.167)**	**(11.695)**	**(11.185)**	**(26.280)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais	–		
Resultado antes dos tributos e participações	–	**4.342**	**(24.283)**
Ajustes ao lucro/(prejuízo) antes dos tributos e participações	–	**(4.697)**	**(1.736)**
Outras provisões/(reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	8a	(3.918)	3.076
Depreciações e amortizações	12c	1.547	4.983
Provisão/(reversão de provisão) para perdas de investimentos por incentivos fiscais	–	(520)	(470)
Despesas com baixas de ativos intangíveis	–	1.450	–
Despesas/(reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais e outras provisões operacionais	17a.3	(2.986)	(8.764)
Despesas/(receitas) de atualização de depósitos em garantia	12d	(270)	(561)
Variações patrimoniais	–	**240.805**	**1.053**
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	–	256.330	(197.926)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários para negociação	–	631	211.035
(Aumento)/redução em ativos fiscais	–	(2.992)	(160)
(Aumento)/redução de outros ativos	–	17.502	34.120
(Redução)/aumento em passivos fiscais	–	(2.138)	3.387
(Redução)/aumento em outros passivos	–	(28.528)	(49.403)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	**(761)**	**(738)**
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	–	**239.689**	**(25.704)**
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento	–		
(Aquisição/aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	–	(2.328)	(1.949)
(Aquisição) de imobilizado de uso	–	(3.726)	–
(Aquisição/reconhecimento) de intangíveis	10b	(1.837)	(7.017)
Alienação/redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	–	–	2.134
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	–	**(7.891)**	**(6.832)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos:	–		
Redução de capital	–	(150.851)	–
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	–	**(150.851)**	**–**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	–	**80.947**	**(32.536)**
Início do período	–	3.405	35.941
Fim do período	5	84.352	3.405
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	–	**80.947**	**(32.536)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. A TIVIO CAPITAL DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Tivio Capital DTVM" ou "Companhia") é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar carteiras e fundos de investimentos.

Em agosto de 2022, o Banco Votorantim S.A., então controlador da Companhia, firmou parceria estratégica com o Banco Bradesco para a formação de uma gestora de investimentos independente, com autonomia na gestão dos recursos e marca própria. Na transação, o Banco Bradesco, por meio de uma de suas controladas, adquiriu 51% do capital da Companhia. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 15 de fevereiro de 2023 e liquidada em 28 de fevereiro de 2023 (*closing*).

Conforme fato relevante publicado em 22 de junho de 2023, a nova gestora de investimentos teve sua denominação social alterada de BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

b) Uso de julgamento

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicados sobre ativos e passivos estão descritos na nota explicativa 4.

c) Convergência do padrão contábil do Banco Central às normas internacionais de contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são:

c.1) Resoluções do CMN que incorporaram totalmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Assunto	Resolução CMN	CPC
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/2009	CPC 25
Pagamento baseado em ações	3.989/2011	CPC 10 (R1)
Benefícios a empregados	4.877/2020	CPC 33 (R1)
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas;		CPC 03 (R2)
Demonstração dos fluxos de caixa;		CPC 05 (R1)
Divulgação sobre partes relacionadas;	4.818/2020	CPC 24
Eventos subsequentes; Resultado por ação.		CPC 41
Reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis	4.924/2021	CPC 00 (R2) CPC 01 (R1) CPC 23 CPC 46 CPC 47

c.2) Resoluções do CMN que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Assunto	Resolução CMN	CPC
Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016	CPC 02 (R2)
Ativo intangível	4.534/2016	CPC 04 (R1)
Ativo imobilizado	4.535/2016	CPC 27
Instrumentos financeiros	4.966/2021	CPC 48
Arrendamentos	4.975/2021	CPC 06 (R2)
Investimentos em coligadas e controladas	4.817/2020	CPC 18 (R2)
Demonstrações intermediárias	4.818/2020	CPC 21
Apresentação das demonstrações contábeis	4.818/2020	CPC 26 (R1)
Propriedade para investimento	4.967/2021	CPC 28
Ativo não financeiro mantido para venda	4.966/2021	CPC 31
Demonstrações consolidadas	4.818/2020	CPC 36 (R3)

c.3) Outras Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, que incorporam os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

• Resolução CMN nº 4.966/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

c.4) Normativos do CPC, incorporados total ou parcialmente pelo CMN para adoção futura que podem gerar impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis quando de sua respectiva adoção:

CPC 48 - Instrumentos financeiros:

A classificação de ativos financeiros é efetuada de acordo com a intenção da sociedade sobre esses ativos, diferente do disposto no CPC 48, em que há a introdução do conceito de avaliação do modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais.

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 traz um novo modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, a ser mensurada dependendo da classificação dos ativos financeiros em três estágios de acordo com as alterações no risco de crédito, além de utilização de informações de caráter prospectivo (*forward looking*), como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

Os dispositivos mencionados, bem como demais diferenças existentes entre a regulamentação do Banco Central e as normas internacionais de contabilidade referentes a instrumentos financeiros foram endereçados pelo Banco Central com a emissão da Resolução CMN nº 4.966/2021, com início de vigência em 01 de janeiro de 2025. Os ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial serão lançados em contrapartida a lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o princípio da competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes. As receitas de taxa de performance de fundos de investimento são reconhecidas somente quando auferidas, ou seja, quando a performance for atingida e não for mais passível de reversão.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma Companhia opera, é o Real. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime da competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

As receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias são reconhecidas no resultado por regime de competência, pela efetiva realização dos serviços, independente do seu efetivo recebimento.

As principais receitas de prestação de serviço da Companhia, referem-se à gestão e administração de ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. Parte das taxas de administração possuem como base o desempenho do fundo de investimento por taxas de performance. Quando estas incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente quando auferidas, ou seja, quando a performance for atingida e não for mais passível de reversão. Os ativos e passivos desses fundos não integram estas Demonstrações Contábeis.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito). Vale mencionar que o valor justo é equivalente ao valor contábil.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas sobre o valor depreciável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando existir): veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 10% a 20% e demais itens - 10% (nota explicativa 9). A Companhia realiza inventário desses ativos e avalia o seu valor residual periodicamente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a licenças de uso e *softwares* (nota explicativa 10a). A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas - Amortização. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.

i) Resultado por ação

A divulgação do resultado por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por ação. O resultado básico e diluído por ação da Companhia foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que a Companhia não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

Quando o número de ações totais diminuir ou aumentar como resultado de atos societários, como redução ou aumento de capital, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os períodos apresentados é ajustado, para fins de comparabilidade.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade e baixa

A Companhia avalia no mínimo anualmente se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Intangível: *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Companhia fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente para *softwares* em desenvolvimento e para *softwares* concluídos.

Baixa de ativos: Os ativos são baixados quando a provisão para redução ao valor recuperável - imparidade atingir 100% do custo do ativo e, também, for constatada a inexistência, em definitivo, de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos.

k) Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4.877/2020. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a Companhia reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

A Companhia possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesa de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos".

Os valores referentes à participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei nº 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

l) Tributos

Os tributos, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	15%
Demais tributos	
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (2)	De 2% a 5%

1 A Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, elevou a alíquota da CSLL das demais entidades do setor financeiro de 15% para 16% de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas anteriores a partir de 01 de janeiro de 2023, sendo 15% para as demais entidades do setor financeiro.

2 Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

m) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 18).

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a Companhia constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

n) Outros ativos e passivos

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Outros itens patrimoniais

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die.*

o) Eventos subsequentes

Entre o encerramento do exercício e a data de autorização da emissão das Demonstrações Contábeis, podem existir eventos que, sob determinadas condições, demandam ou não ajustes às Demonstrações Contábeis.

Eventos que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Contábeis demandam ajustes nestas demonstrações, enquanto eventos que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Contábeis, não demandam ajustes.

Quando o evento subsequente demandar ajustes nas Demonstrações Contábeis do exercício encerrado, por exemplo perda por redução ao valor recuperável no crédito em caso de falência ou outros fatos relevantes de deterioração do crédito avaliados caso a caso, a Administração faz a atualização de suas divulgações financeiras reconhecendo os impactos no balanço patrimonial e no resultado, o que for aplicável.

Para os eventos que não originam ajustes, a Administração divulga a natureza do evento e a estimativa de efeito financeiro para cada categoria significativa, quando aplicável, na nota explicativa de Outras informações, no item Eventos subsequentes ou em outra nota específica que for julgada mais apropriada sua divulgação, para melhor entendimento do leitor destas Demonstrações Contábeis.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica, em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevado nível de julgamento e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a) Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável e considera as seguintes situações, não se limitando a elas, como indicativos:

(i) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;

(ii) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;

(iii) Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pelo banco BV, então controlador da Companhia, incluindo a Tivio Capital DTVM, que não seria considerada em condições normais;

(iv) Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor torna-se provável;

(v) Desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD2D-A8F5-199B-31A3.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD2D-A8F5-199B-31A3.

TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV DIstribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

b) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis.

O detalhamento da projeção de realização de créditos tributários com base em resultados futuros está apresentado na nota explicativa 14a.2.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

São empregadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis (níveis 2 e 3 da hierarquia do valor justo). Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 3f.

d) Provisões para passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a Companhia constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da Companhia para cada demanda, considerando as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e pode incorrer em alto grau de julgamento.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 18.

e) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e de outros ativos

O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 3k.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	**634**	**205**
Disponibilidades em moeda nacional	634	205
Aplicações interfinanceiras de liquidez [1]	**83.718**	**3.200**
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	83.718	3.200
Total	**84.352**	**3.405**

[1] Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	256.330
Total	**–**	**256.330**
Ativo circulante	–	256.330

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada	1.750	412	2.879	1.771
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.549	16.795	14.827	24.767
Total [1]	**5.299**	**17.207**	**17.706**	**26.538**

[1] Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 7c).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em dias	31.12.2023				31.12.2022		
	Valor justo	Total			Total		
	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	–	**–**	**–**	–	**631**	**631**	**–**
Títulos públicos	–	**–**	**–**	–	**631**	**631**	**–**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	631	631	–
2 - Títulos disponíveis para venda	**19.615**	**19.615**	**19.615**	–	**17.287**	**17.287**	**–**
Títulos privados	**19.615**	**19.615**	**19.615**	–	**17.287**	**17.287**	**–**
Cotas de fundo de investimento	19.615	19.615	19.615	–	17.287	17.287	–
Total	**19.615**	**19.615**	**19.615**	–	**17.918**	**17.918**	**–**

b) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.12.2023		31.12.2022	
1 - Títulos para negociação	–	0%	631	4%
2 - Títulos disponíveis para venda	19.615	100%	17.287	96%
Valor justo da carteira	**19.615**	**100%**	**17.918**	**100%**

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	5.299	17.207	17.706	26.538
Títulos de renda fixa	490	393	912	6.570
Títulos de renda variável	–	–	22	–
Aplicações em fundos de investimentos	1.210	1.087	2.355	1.949
Total	**6.999**	**18.687**	**20.995**	**35.057**

d) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

8. OUTROS ATIVOS

a) Composição

	31.12.2023	31.12.2022
Outros ativos financeiros	**13.715**	**21.111**
Rendas a receber [1]	11.842	10.995
Negociação e intermediação de valores	1.873	10.116
Outros ativos	**6.083**	**11.480**
Despesas antecipadas	731	674
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 18c)	2.372	10.161
Adiantamentos e antecipações salariais	276	161
Outros	2.704	484
Total	**19.798**	**32.591**
Ativo circulante	17.197	19.953
Ativo não circulante	2.601	12.638

[1]Valores apresentados líquidos de provisão para perdas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado em "Resultado de provisão para perdas" no montante de R$ 3.918 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ (3.076) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Estes saldos referem-se a provisões para perdas sobre serviços de custódia e taxas de administração.

9. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2022	Exercício/2023 [1]		31.12.2023		
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	–	2.651	(74)	2.913	(336)	2.577
Móveis e equipamentos de uso	5	297	(5)	2.146	(1.849)	297
Sistema de comunicação	–	101	(4)	1.471	(1.374)	97
Sistema de processamento de dados	–	633	(22)	3.952	(3.341)	611
Sistema de segurança	–	44	(2)	139	(97)	42
Total	**5**	**3.725**	**(107)**	**10.621**	**(6.997)**	**3.624**

	31.12.2021	Exercício/2022 [1]	31.12.2022		
	Saldo contábil	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	–	–	262	(262)	–
Móveis e equipamentos de uso	62	(57)	1.849	(1.844)	5
Sistema de comunicação	–	–	1.370	(1.370)	–
Sistema de processamento de dados	–	–	3.319	(3.319)	–
Sistema de segurança	–	–	95	(95)	–
Total	**62**	**(57)**	**6.895**	**(6.890)**	**5**

[1] Não houve aquisições e baixa de imobilizado de uso.

10. INTANGÍVEL

a) Composição

	31.12.2023				31.12.2022			
	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil [1]	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Softwares adquiridos	4	(4)	–	–	4	(4)	–	–
Licenças de uso	10.960	(10.747)	–	213	10.738	(9.593)	–	1.145
Softwares desenvolvidos internamente	26.475	(7.976)	(9.828)	8.671	26.311	(7.689)	(9.828)	8.794
Total	**37.439**	**(18.727)**	**(9.828)**	**8.884**	**37.053**	**(17.286)**	**(9.828)**	**9.939**

[1] O prazo remanescente de amortização é de até 10 anos.

b) Movimentação

	31.12.2022	Exercício/2023			31.12.2023
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo contábil
Licenças de uso	1.145	222	–	(1.154)	213
Softwares desenvolvidos internamente	8.794	1.614	(1.450)	(287)	8.671
Total	**9.939**	**1.836**	**(1.450)**	**(1.441)**	**8.884**

	31.12.2021	Exercício/2022		31.12.2022
	Saldo contábil	Aquisições [1]	Amortização	Saldo contábil
Licenças de uso	3	3.339	(2.197)	1.145
Softwares desenvolvidos internamente	7.845	3.678	(2.729)	8.794
Total	**7.848**	**7.017**	**(4.926)**	**9.939**

[1] Não houve baixa de ativos intangíveis e não ocorreram movimentações nas provisões para redução ao valor recuperável.

11. OUTROS PASSIVOS

a) Composição

	31.12.2023	31.12.2022
Outros passivos financeiros	**2.069**	**10.424**
Negociação e intermediação de valores	1.877	10.424
Obrigações por aquisição de bens e direitos	192	–
Outros passivos	**63.942**	**63.354**
Provisão para despesas administrativas	2.505	2.309
Provisão para despesas de pessoal	31.274	24.327
Provisão para participação nos lucros e resultados	17.225	16.373
Obrigações legais (Nota 18d)	1.703	1.400
Valores a pagar sociedades ligadas	–	6.290
Credores diversos - No país e outras provisões operacionais	11.235	12.655
Total	**66.012**	**73.778**
Passivo circulante	52.575	65.786
Passivo não circulante	14.437	7.992

12. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Administração de recursos de terceiros	32.526	42.865	70.906	92.186
Comissões sobre colocação de títulos	3.054	385	3.445	999
Rendas de serviços de custódia	5.092	7.782	13.093	16.557
Receitas com parceiros comerciais	14.701	–	21.345	–
Corretagens de operações em bolsas	225	835	715	2.076
Outros serviços	179	1.408	483	1.490
Total	**55.777**	**53.275**	**109.987**	**113.308**

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Honorários, pró-labore e outros	(2.238)	(1.085)	(3.116)	(2.196)
Benefícios	(3.768)	(6.516)	(7.426)	(12.547)
Encargos sociais	(7.161)	(8.405)	(13.569)	(17.303)
Proventos [1]	(34.924)	(30.541)	(53.033)	(66.634)
Demandas trabalhistas	(3.880)	(2.881)	(5.133)	(11.541)
Treinamentos	(1.130)	(448)	(1.275)	(837)
Previdência privada complementar	(772)	(832)	(1.388)	(1.588)
Total	**(53.873)**	**(50.708)**	**(84.940)**	**(112.646)**

[1] Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Água, energia e gás	(31)	(141)	(30)	(185)
Aluguéis	(2.073)	(1.286)	(3.170)	(2.434)
Comunicações	(24)	(361)	(35)	(837)
Manutenção e conservação de bens	(198)	(529)	(206)	(967)
Material	(73)	(76)	(156)	(326)
Processamento de dados	(4.759)	(11.142)	(11.278)	(21.057)
Promoções e relações públicas	(305)	(302)	(543)	(696)
Publicações, propaganda e publicidade	(280)	(148)	(481)	(210)
Serviços do sistema financeiro	(10)	(34)	(24)	(44)
Serviços de terceiros	(42)	(43)	(57)	(75)
Serviços de vigilância e segurança	–	(66)	(1)	(159)
Serviços técnicos especializados	(10.393)	(5.026)	(16.635)	(9.311)
Transportes	(82)	(48)	(86)	(82)
Viagens	(527)	(350)	(751)	(460)
Seguros	(97)	(146)	(154)	(293)
Emolumentos judiciais e cartorários	(96)	(54)	(119)	(97)
Depreciação	(105)	(1)	(106)	(57)
Amortização	(1.703)	(2.536)	(1.441)	(4.926)
Outras	(1.622)	(5.611)	(5.033)	(11.134)
Total [1]	**(22.420)**	**(27.900)**	**(40.306)**	**(53.350)**

[1] Contempla até janeiro de 2023, os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com o Banco Votorantim, então controlador (Nota 1).

d) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Atualização de tributos pagos a maior	125	62	1.190	115
Atualização de depósitos em garantia [1]	45	348	270	561
Recuperação de encargos e despesas	1.512	117	1.930	117
Outras	583	164	726	342
Total [2]	**2.265**	**691**	**4.116**	**1.135**

[1] Inclui os efeitos decorrentes da aplicação do índice de atualização de depósitos judiciais (aumento).

[2] Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

e) Outras despesas operacionais

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Demandas cíveis	(18)	–	(18)	–
Demandas fiscais	(159)	(127)	(303)	(248)
Despesas de juros COFINS (adesão REFIS e PERT)	(12)	(220)	(234)	(397)
Perdas operacionais	(134)	(1.076)	(140)	(1.404)
Outras	(114)	–	(187)	(3)
Total [1]	**(437)**	**(1.423)**	**(882)**	**(2.052)**

[1] Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Outras receitas	**520**	**470**	**520**	**470**
Reversão de provisão para perdas ao valor recuperável (impairment) de investimentos por incentivos fiscais [1]	520	470	520	470
Outras despesas	**(1.461)**	**–**	**(1.461)**	**–**
Baixas de ativos intangíveis	(1.450)	–	(1.450)	–
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	(11)	–	(11)	–
Total	**(941)**	**470**	**(941)**	**470**

[1] O resultado apurado na venda de investimentos por incentivos fiscais é apresentado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 133.082 (R$ 322.774 em 31 de dezembro de 2022) está representado por 32.277.389.215 ações (32.277.389.215 quotas em 31 de dezembro de 2022).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2023, foi deliberado e aprovado a redução do Capital social no valor de R$ 189.692, sendo R$ 38.841 para absorção de prejuízos acumulados e sem cancelamento de ações.

b) Reserva de lucros e prejuízos acumulados

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva de lucros

A Lei e o Contrato Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja retida na "Reserva de lucros", com a finalidade de fazer distribuição de resultados ou sua capitalização. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para compensar prejuízos.

Prejuízos acumulados

Eventual prejuízo apurado ao final do exercício é absorvido por lucros acumulados, reservas de lucros (exceto reserva legal), reserva legal e reservas de capital, nesta ordem. Os prejuízos acumulados também podem ser absorvidos por redução de capital previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.872/2020.

c) Resultado por ação

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
(Prejuízo) (R$ mil)	(16.167)	(11.695)	(11.185)	(26.280)
Quantidade média ponderado de ações por lote de mil [1]	32.277.389	32.277.389	32.277.389	32.277.389
(Prejuízo) por ação (básico e diluído) (R$)	(0,50)	(0,36)	(0,35)	(0,81)

[1] O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

15. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos tributários correntes (Nota 15a.1)	3.874	882
Ativos fiscais diferidos (Nota 15a.2)	61.372	57.691
Total	**65.246**	**58.573**
Ativo circulante	3.874	785
Ativo não circulante	61.372	57.788

a.1) Ativos tributários correntes

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições a compensar	3.874	882
Total	**3.874**	**882**

a.2) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Ativado)

	31.12.2022	Exercício/2023 Movimentação do período		31.12.2023
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	**25.645**	**8.532**	**(10.746)**	**23.431**
Provisões passivas	22.416	8.532	(9.743)	21.205
Outras provisões [1]	3.229	–	(1.003)	2.226
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	**32.046**	**5.895**	**–**	**37.941**
Total dos créditos tributários ativados	**57.691**	**14.427**	**(10.746)**	**61.372**
Imposto de renda	30.767	7.222	(5.952)	32.037
Contribuição social	26.924	7.205	(4.794)	29.335

[1] Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2024	10.743	9.760
Em 2025	3.171	2.629
Em 2026	6.803	5.147
Em 2027	8.606	5.925
Em 2028	10.127	6.345
De 2029 a 2030	12.259	6.761
De 2031 a 2033	9.663	4.111
Total de créditos tributários	**61.372**	**40.678**

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo fiscal/ CSLL a compensar [1]	Diferenças intertemporais [2]
Em 2024	0%	46%
Em 2025	0%	14%
Em 2026	13%	7%
Em 2027	18%	7%
Em 2028	24%	5%
De 2029 a 2030	32%	0%
De 2031 a 2033	13%	21%

[1] Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

[2] A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Não ativado)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

b) Passivos fiscais

b.1) Passivos tributários correntes

	31.12.2023	31.12.2022
IOF a recolher	–	23
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	–	6.533
Impostos e contribuições a recolher	9.042	6.939
Total [1]	**9.042**	**13.495**
Passivo circulante	–	6.556
Passivo não circulante	9.042	6.939

[1] Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

c) Despesas tributárias

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Cofins	(2.472)	(2.783)	(5.175)	(5.781)
ISSQN	(1.849)	(1.318)	(3.420)	(2.845)
PIS	(402)	(452)	(841)	(939)
Outras	(528)	(1.579)	(1.155)	(2.328)
Total	**(5.251)**	**(6.132)**	**(10.591)**	**(11.893)**

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Valores correntes	**–**	**–**	**1.554**	**–**
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	–	–	1.554	–
Valores diferidos	**4.838**	**6.106**	**3.681**	**12.991**
Ativo fiscal diferido	**4.838**	**6.106**	**3.681**	**12.991**
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	782	4.376	5.895	17.928
Diferenças temporárias	4.056	1.730	(2.214)	(4.925)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	–	–	–	(12)
Total	**4.838**	**6.106**	**5.235**	**12.991**

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Resultado antes dos tributos e participações	**(8.669)**	**(12.227)**	**4.342**	**(24.283)**
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%)	3.468	5.013	(1.736)	9.836
Participação nos lucros e resultados	4.934	2.285	8.304	6.051
Outros valores	(3.564)	(1.192)	(1.333)	(2.896)
Imposto de renda e contribuição social do período	**4.838**	**6.106**	**5.235**	**12.991**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD2D-A8F5-199B-31A3.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD2D-A8F5-199B-31A3.

TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Antiga BV DIstribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

16. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem, além das operações com o Banco Votorantim e suas controladas, o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A. A partir de fevereiro de 2023, essas operações também compreendem a Organização Bradesco.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2023[1]			
	Organização Bradesco	Conglom. Banco do Brasil	Banco Votorantim S.A. e Controladas	Total
Ativos				
Disponibilidades	–	22	587	**609**
Aplicações interfinanceiras de liquidez [(1)]	–	–	83.718	**83.718**
Outros ativos	35	–	2.691	**2.726**
Passivos				
Outros passivos	–	–	(1.644)	**(1.644)**
	2º Semestre/2023			
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	92	–	20.626	**20.718**
Despesas administrativas e outras despesas	(51)	–	(7.814)	**(7.865)**
	Exercício/2023			
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	127	–	40.008	**40.134**
Despesas administrativas e outras despesas	(113)	–	(12.177)	**(12.290)**

	31.12.2022[1]		
	Conglom. Banco do Brasil	Banco Votorantim S.A. e Controladas	Total
Ativos			
Disponibilidades	19	186	**205**
Aplicações interfinanceiras de liquidez [2]	–	259.530	**259.530**
Passivos			
Outros passivos	–	(20.544)	**(20.544)**
	2º Semestre/2022		
Resultado			
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	–	17.207	**17.207**
Despesas administrativas e outras despesas	–	(4.602)	**(4.602)**
	Exercício/2022		
Resultado			
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	–	26.538	**26.538**
Despesas administrativas e outras despesas	–	(8.967)	**(8.967)**

[1] Não houve transações com a parte relacionada Votorantim S.A. ao longo do período.

[2] Inclui as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias classificados como caixa e equivalentes de caixa.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados são: seguro-saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços à Companhia pelos beneficiários dos programas de remuneração variável foram reconhecidos no resultado em "Despesas de pessoal - Proventos" no montante de R$ 6.395 (R$ 5.648 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou na rubrica de "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" o montante de R$ 19.395 (R$ 10.482 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.

18. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas - Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Para as ações fiscais, a Companhia está sujeita, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatores econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas. Para as ações classificadas como massificadas a estimativa de desfecho e valor financeiro são calculados através de modelo estatístico. Para os demais casos, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos e contadores com base nos elementos e decisões do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

Para as ações trabalhistas, a Companhia o é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas que representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais	58	66
Demandas cíveis	12	12
Demandas trabalhistas	6.983	9.961
Total	**7.053**	**10.039**

a.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Demandas fiscais				Demandas cíveis			
	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Saldo inicial	**55**	**64**	**66**	**50**	**12**	**12**	**12**	**–**
Constituições	137	–	137	12	–	–	–	12
Baixa por pagamento [(1)]	(138)	–	(151)	–	–	–	–	–
Atualizações [(2)]	4	2	6	4	–	–	–	–
Saldo final	**58**	**66**	**58**	**66**	**12**	**12**	**12**	**12**

	Demandas trabalhistas			
	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Saldo inicial	**9.827**	**11.787**	**9.961**	**18.753**
Constituições	777	1.902	2.261	4.304
Reversão da provisão	183	(1.225)	(682)	(2.077)
Baixa por pagamento[1]	(4.130)	(2.882)	(5.316)	(12.190)
Atualizações [2]	326	379	759	1.171
Saldo final	**6.983**	**9.961**	**6.983**	**9.961**

[1] Refere-se à baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 12b e 12e.

[2] Em demandas cíveis e trabalhistas, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

a.2) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2023

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	58	12	6.983
Total	**58**	**12**	**6.983**

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

a.3) (Constituição)/reversão de provisão para passivos contingentes

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Demandas fiscais	(3)	(2)	8	(16)
Demandas cíveis	–	–	–	(12)
Demandas trabalhistas	2.844	1.826	2.978	8.792
Total	**2.841**	**1.824**	**2.986**	**8.764**

b) Passivos contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota**.**

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais [1]	71.464	62.782
Demandas cíveis	17.546	7.225
Demandas trabalhistas [2]	8.245	6.921
Total	**97.255**	**76.928**

[1] Em 31 de dezembro de 2023, os principais processos contingentes avaliados como risco de perda possível estão relacionados a: (a) Contribuição Previdenciária incidente sobre o pagamento de PLR a empregados no valor de R$ 25.352 (R$ 23.390 em 31 de dezembro de 2022); e (b) PIS/COFINS sobre desmutualização no valor de R$ 26.463 (R$ 25.433 em 31 de dezembro de 2022). A discussão relativa à distribuição de JCP teve seu prognóstico alterado para remoto em 30 de junho de 2023, diante das recentes decisões proferidas pelos Tribunais Superiores.

[2] Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais	1.076	8.700
Demandas cíveis	421	413
Demandas trabalhistas	875	1.048
Total	**2.372**	**10.161**

d) Obrigações Legais

A Companhia obteve liminar para assegurar o recolhimento do PIS e da COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento final do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela. O montante de R$ 1.703 (R$ 1.400 em 31 de dezembro de 2022) foi constituído na rubrica Outros passivos - Obrigações legais.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes

	31.12.2023		31.12.2022	
Riscos cobertos	**Valores cobertos**	**Valor do prêmio**	**Valores cobertos**	**Valor do prêmio**
Seguro garantia - Fiança para processos judiciais	59.279	841	50.974	507

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Patrimônio líquido	
	Capital social	Total
Saldo em 31.12.2022	**322.774**	**322.774**
Variações com efeito de caixa	**(189.692)**	**(189.692)**
Redução de capital	(189.692)	(189.692)
Saldo em 31.12.2023	**133.082**	**133.082**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve variações com e sem efeito caixa nos passivos e patrimônio líquido, que se enquadrem como atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de caixa da Companhia.

c) Administração e gestão de recursos de terceiros

Posição dos fundos de investimentos que estão sob gestão e/ou são administrados pela Companhia:

	Quantidade de fundos/carteiras		Saldo	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos e carteiras administradas [1]	172	192	31.632.279	47.821.997

[1] Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se à posição do ranking de gestores da Anbima.

d) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Companhia, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

No exercício findo em 2023, o resultado contábil da Companhia foi de R$ (11.185), sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

No exercício findo em 2022 o resultado contábil da Companhia foi de R$ (26.280), sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

e) Gerenciamento de riscos e de capital

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização, da qual a Companhia faz parte. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Companhia, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

f) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Morais - Contador - CRC 1SP-220814/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o semestre e exercício findos nessa data e os seus respectivos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José de Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD2D-A8F5-199B-31A3.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD2D-A8F5-199B-31A3.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CD2D-A8F5-199B-31A3 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CD2D-A8F5-199B-31A3

Hash do Documento

17E607D4B944609E71615AE6D12753533DF53A3992405D3E529FA9CE05C0C87C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 22/03/2024 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24